



Universidade de Aveiro  
2021

**EDUARDO  
MARTINS  
BIZARRO**

**POTENCIAL DAS RELAÇÕES SINO-LUSÓFONAS**



Universidade de Aveiro  
2021

**EDUARDO  
MARTINS  
BIZARRO**

## **POTENCIAL DAS RELAÇÕES SINO-LUSÓFONAS**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos Chineses, realizada sob a orientação científica do Doutor Nelson António, Professor Catedrático do Departamento de Marketing, Operações e Gestão Geral e do ISCTE/IUL.



## **o júri**

presidente

**Prof. Doutor Carlos José de Oliveira e Silva Rodrigues**  
professor associado da Universidade de Aveiro

**Prof. Doutor Álvaro Augusto Rosa**  
professor associado com agregação do Instituto Universitário de Lisboa

**Prof. Doutor Nelson José dos Santos António**  
professor catedrático do Instituto Universitário de Lisboa

## **agradecimentos**

Aos meus pais e irmã que me proporcionaram a estabilidade e o apoio necessário nos melhores e nos piores momentos do meu percurso académico, que me fizeram persistir e que me deram a possibilidade de seguir o meu caminho. À Bruna que sempre esteve ao meu lado, que acreditou em mim e nas minhas capacidades e que me ajudou incansavelmente neste projeto.

Ao meu orientador, Professor Néelson António, pela disponibilidade e ajuda que dispôs, mesmo quando a meio mundo de distância.

Ao Diretor do Mestrado em Estudos Chineses Professor Carlos Rodrigues, pela disponibilidade concedida e motivação que me conseguiu passar.

Agradeço também aos especialistas da área que tive o prazer de entrevistar, nomeadamente ao Professor Álvaro Rosa, ao Presidente da OLI - Sistemas Sanitários, S.A., Engenheiro António Oliveira, ao Engenheiro Paulino Dias e ao Secretário-Geral Adjunto do Fórum Macau, Rodrigo Brum.

## palavras-chave

Cooperação / Desenvolvimento / Língua Portuguesa / Multilateralismo / Soft power.

## resumo

À medida que se desenvolvem as relações sino-africanas, desenvolvem-se também as relações sino-lusófonas, uma vez que estas passam em grande parte pelos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) que se inserem por sua vez na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Macau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, e Timor Leste têm uma herança histórica única que se estende ao longo de vários continentes, mas que partilha a Língua Portuguesa.

Macau não é um Estado Membro (EM) da CPLP, mas a sua relevância na organização está relacionada com o facto de se tratar de uma região administrativa especial da República Popular da China (RPC). Posto isto, a herança que une os países da CPLP está também presente no dragão chinês por via de Macau. Para além disso, alguns EM da CPLP encontram na China o seu maior parceiro comercial.

Dada a enorme presença no continente africano do gigante asiático e sendo este o maior parceiro comercial de vários dos países da CPLP é possível questionar como seriam as relações entre estas nações com a RPC, e os efeitos em cada um deles, se as relações fossem realizadas multilateralmente através de uma maior presença da CPLP como organização de mediação, lembrando que esta tem como um dos seus objetivos principais o reforço da presença dos EM no cenário internacional.



**keywords**

Cooperation / Development / Portuguese Language / Multilateralism / Soft power.

**abstract**

At the same time that the Sino African relations are being developed so too are Sino Lusophone relations given that the latter are deeply connected to the Portuguese-speaking African countries (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - PALOP) which are a part of the greater Community of Portuguese Language Countries (Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP). Angola, Brazil, Cape Verde, Guinea Bissau, Guinea Equatorial, Macau, Mozambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, and East Timor have a unique historical heritage that spreads through out several continents but shares the Portuguese Language.

Macau is not a member state of the CPLP but its relevance in the organization lies in the fact that it is a Special Administrative Region of the People's Republic of China. Thus, the heritage that unites the CPLP is also present in the Chinese dragon via Macau. Furthermore, some CPLP members have China as their biggest trade partner.

Given the massive presence of the Asian giant in the African continent and given that this is the biggest trade partner of several countries of the CPLP it is possible to wonder how the relations between these nations and the People's Republic of China would be, and the related effects, of multilaterally conducting these relations through a bigger presence of the CPLP as a mediating organization, keeping in mind that one of its main goal of said organization is to reinforce the presence of its member states in the international stage.







## Índice

1. Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos .....	iv
2. Introdução.....	1
3. Revisão de Literatura.....	2
4. Comunidade de Países de Língua Portuguesa: História e Objetivos .....	6
5. Países de Língua Portuguesa.....	9
5.1. Angola .....	9
5.2. Brasil .....	13
5.3. Cabo Verde .....	18
5.4. Guiné Bissau .....	21
5.5. Moçambique .....	24
5.6. Portugal .....	28
5.7. São Tomé e Príncipe .....	32
5.8. Timor-Leste .....	36
6. Macau e o Fórum Macau .....	39
7. República Popular da China .....	46
8. História das Relações Sino-Africanas .....	50
8.1. Década de 1950 - Promoção dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, a Conferência e a Atuação Chinesa .....	51
8.2. Década de 1960 - A estratégia de duas zonas intermediárias .....	54
8.3. Década de 1970 - Os três mundos .....	56
8.4. Década de 1980 - Deng Xiaoping e a abertura controlada da China .....	57
8.5. Década de 1990 - Fim da Guerra Fria e nova correlação de forças mundiais....	59
8.6. Década de 2000 - Auge da relação sino-africana .....	60
8.7. Década de 2010 até à atualidade - Aprofundamento da relação e o potencial criado através da mesma do ponto de vista político-económico .....	62
9. Relações Sino-Lusófonas .....	63
9.1. Relações Sino-Angolanas.....	63
9.1.1. História das Relações sino-angolanas .....	63
9.1.2. Cooperação Sino-angolana.....	66
9.1.3. Importação de Petróleo e Participação de Exploração Petrolífera .....	66
9.1.4. A presença Chinesa no Mercado Angolano .....	68
9.2. Relações Sino-Brasileiras.....	74
9.3. Relações Sino-Cabo-Verdianas.....	77

9.3.1.	História das Relações sino-cabo-verdianas.....	77
9.3.2.	A presença Chinesa no Mercado Cabo-verdiano .....	78
9.4.	Relações Sino-Moçambicanas .....	80
9.5.	Relações Sino-Guineenses .....	85
9.6.	Relações Sino-Portuguesas .....	86
9.6.1.	Relações pós Transferência de Soberania de Macau .....	86
9.6.2.	Grandes Investimentos Chineses em Portugal.....	88
9.6.3.	Porto de Sines e a “Porta para a Europa”.....	89
9.7.	Relações Sino-São-tomenses .....	90
9.8.	Relações Sino-Timorenses.....	91
10.	A presença chinesa em África.....	93
10.1.	Vantagens para África da presença chinesa .....	93
10.1.1.	Mão de obra.....	93
10.1.2.	Longevidade dos compromissos .....	94
10.1.3.	Administração e Gestão .....	96
10.1.4.	Progresso e Transferência de Tecnologia.....	97
10.1.5.	Maior diversidade nos investimentos.....	98
10.2.	Desvantagens para África da presença chinesa.....	100
10.2.1.	Pressão sobre as empresas locais.....	100
10.2.2.	Violações ambientais .....	100
10.2.2.1.	Setor petrolífero (Sudão e Sudão do Sul, Gabão e Chade) .....	101
10.2.2.2.	Setor Mineiro (Républica Democrática do Congo e Gabão).....	104
10.2.2.3.	Setor Madeireiro (Moçambique).....	107
10.2.2.4.	Setor das Pescas (África Ocidental) .....	109
10.2.3.	Violações Laborais.....	109
10.2.4.	Corrupção .....	110
10.2.5.	“Armadilha” da Dívida.....	112
10.3.	Mitos sobre o investimento chinês.....	116
11.	Potencial das Relações Sino-Lusófonas .....	119
11.1.	Potencial das Relações Sino-Africanas.....	119
11.2.	Potencial do fortalecimento da CPLP .....	120
11.2.1.	Oportunidades das relações China-CPLP .....	120
11.2.2.	Ameaças das relações China-CPLP .....	126
11.3.	Previsões e cenários de cooperação futura dos PLP’s.....	128

12.	Conclusão .....	130
13.	Bibliografia .....	133
14.	Anexos .....	139

## Índice de Figuras

Figura 1 – Organizações das quais Angola faz parte por data de adesão .....	10
Figura 2 – Organizações das quais o Brasil faz parte por data de adesão.....	14
Figura 3 – Organizações das quais Cabo Verde faz parte por data de adesão .....	19
Figura 4 – Organizações das quais a Guiné Bissau faz parte por data de adesão .....	22
Figura 5 – Organizações das quais Moçambique faz parte por data de adesão .....	25
Figura 6 – Organizações das quais Portugal faz parte por data de adesão .....	29
Figura 7 – Organizações das quais São Tomé e Príncipe faz parte por data de adesão.....	33

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Produção das potências mundiais nos últimos 2.000 anos.....	46
Gráfico 2 – Investimento chinês em Moçambique por setor (2002-2017).....	82
Gráfico 3 – Distribuição do investimento chinês no setor da indústria em Moçambique de 2002 a 2017 .....	83
Gráfico 4 – Empregabilidade local das empresas chinesas (em percentagem) .....	94
Gráfico 5 – Programas de formação proporcionados por empresas chinesas (percentagem de empresas).....	95
Gráfico 6 – Contributo das empresas chinesas na modernização do mercado africano.....	97
Gráfico 7 – Investimento Chinês e Norte-Americano em África, 2015 .....	99
Gráfico 8 – Importações chinesas e exportações moçambicanas de madeira 2007-2012 (m <sup>3</sup> ) .....	108

## 1. Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

ACIML	(Associação Comercial para os Mercados Lusófonos)
AMICACHI	(Associação de Amizade Cabo Verde-China)
ASEAN	( <i>Association of Southeast Asian Nations</i> / Associação de Nações do Sudoeste Asiático)
BAD	(Banco Africano de Desenvolvimento)
Cbers	( <i>China-Brazil Earth Resource Satellite</i> )
CMEC	( <i>China National Machinery and Equipment Import and Export Corporation</i> )
CNPC	( <i>China National Petroleum Corporation</i> )
CPLP	(Comunidade dos Países de Língua Portuguesa)
DIMA	(Dikulwe-Mashamba)
EDP	(Energias de Portugal)
EIA	( <i>Environmental Investigation Agency</i> / Agência de Investigação Ambiental)
EM	(Estados Membros)
Enondas	(Energia das Ondas)
FMI	(Fundo Monetário Internacional)
FNLA	(Frente Nacional para a Libertação de Angola)
FOCAC	(Fórum de Cooperação China-África)
FRELIMO	(Frente de Libertação de Moçambique)
IDE	(Investimento Direto Estrangeiro)
MFA	(Movimento das Forças Armadas)
MLSTP	(Movimento Comitê pela Libertação de São Tomé e Príncipe)
MNE	(Ministério dos Negócios Estrangeiros)
MpD	(Movimento para a Democracia)
MPLA	(Movimento Popular para a Libertação de Angola)
OUA	(Organização da Unidade Africana)
PAICV	(Partido Africano da Independência de Cabo Verde)
PAIGC	(Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde)
PALOP	(País Africano de Língua Oficial Portuguesa)
PCC	(Partido Comunista Chinês)
PCUS	(Partido Comunista da União Soviética)
PIB	(Produto Interno Bruto)
PLP	(País de Língua Portuguesa)
PNR	(Programa Nacional de Reconstrução)
REN	(Redes Energéticas Nacionais)
RPC	(Républica Popular da China)

SAR	(Special Administrative Regions / Regiões Administrativas Especiais)
SLPA	( <i>Sri Lankan Ports Authority</i> / Autoridade de Portos do Sri Lanka)
EU	(União Europeia)
UNITA	(União Nacional para a Independência Total de Angola)
URSS	(União das Repúblicas Socialistas Soviéticas)
ZEE	(Zona Económica Exclusiva)





## 2. Introdução

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é uma organização desenhada para a cooperação e aprofundamento das relações entre os países e povos irmanados por uma herança histórica tendo um espaço geográfico descontínuo, mas que partilha a Língua Portuguesa. Esta jovem organização fundada a 17 de julho de 1996 encontra-se espalhada por vários continentes com realidades políticas, sociais e económicas distintas, mas tem por objetivo o desenvolvimento sustentável dos seus estados membros através da entreatada entre estes e da sua projeção conjunta no quadro internacional. Nos últimos anos a cooperação no seio da organização tem vindo a aumentar, passando do foco inicial da defesa do idioma comum para a cooperação social, comercial e política. Esta herança comum estende-se não só ao Brasil, aos PALOP's e a Portugal, mas também à cidade de Macau cuja história está intrinsecamente ligada à Língua Portuguesa trazendo assim para o campo da lusofonia o gigantesco país asiático que é a China.

As trocas comerciais entre África e a China têm crescido aproximadamente 20% ao ano desde o virar do século e o investimento direto estrangeiro (IDE) tem crescido ainda mais, cerca de 40% ao ano (Sun et al., 2017) e os PALOP's não são exceção. Como se trata da relação entre a segunda maior economia do mundo com países do continente africano é espectável que existam tanto benefícios como desafios.

Nesta dissertação pretende-se encontrar resposta para a questão do potencial das relações sino-lusófonas do ponto de vista diplomático, político e económico. Primeiro introduzirá o leitor à organização que é a CPLP, a sua história e objetivos. De seguida apresentará cada país que faz parte da organização lusófona, assim como a China, contendo ainda o histórico da relação desta com o continente Africano em geral. Partindo deste ponto é feita a análise da relação entre cada país lusófono com o gigante asiático e das vantagens e desvantagens da presença chinesa em África. Tendo em conta a informação apresentada até este ponto é então discutido o potencial das relações sino-africanas e o potencial do fortalecimento das relações sino-lusófonas através da análise das oportunidades e ameaças que se possam apresentar. Para finalizar são realizadas previsões e cenários de cooperação futura dos PLP's.

### 3. Revisão de Literatura

Tendo em consideração a temática abordada neste documento, considera-se relevante e necessário realizar um levantamento dos trabalhos académicos relacionados com o potencial das relações sino-lusófonas antes de partir para definição de conceitos chave relacionados com a mesma.

Para argumentar sobre as relações entre a China e os países de Língua Portuguesa tem de se referir indubitavelmente a ligação a Macau, e especificamente ao Fórum Macau, como faz Ramos (2017) ao analisar o papel do Fórum de Macau no posicionamento geoestratégico da República Popular da China nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, retratando o papel do fórum como uma extensão dos mecanismos da RPC para o desenvolvimento de estratégias que vão ao encontro dos seus interesses.

Outros trabalhos relacionados com o tema tendem a focar-se individualmente nas relações bilaterais entre a China e os países lusófonos.

No que toca às relações sino-angolanas existe um leque extenso de estudos, um dos quais dos autores Campos & Vines (2008) que descrevem a relação como pragmática, percorrendo o seu passado histórico e o período de maior intensificação das mesmas que decorre na década de 2000, ponto reforçado por Bernardo (2019) que caracteriza a relação como mutuamente vantajosa, mas questiona a vontade chinesa em contruir para uma relação duradora baseada no desenvolvimento sustentável de Angola. Não obstante, o autor reforça a possibilidade de uma relação mais equilibrada entre os dois países, citando o atual Presidente de Angola, João Lourenço, para melhorar o que está bem e corrigir o que está mal na parceria.

Quanto às relações sino-brasileiras Becard (2011) não só apresenta o contexto histórico, como descreve a evolução em termos económicos da parceria entre estes dois países, bem como a sua dimensão contemporânea, fazendo ainda prospetos de continuo melhoramento da mesma.

As relações sino-cabo-verdianas são descritas por Madeira (2017) à semelhança de Becard (2011) descrevendo o contexto histórico e a parceria económica entre a China e Cabo Verde, enaltecendo a China como um dos parceiros que mais tem contribuído para que o arquipélago ganhe confiança nas suas potencialidades de modo a ultrapassar as dificuldades relativas ao seu progresso socioeconómico. Também Ferreira (2018) toca nestes pontos, centrando, porém, o seu trabalho em torno do grande projeto urbano para

a construção de um resort e casino em Praia com capital chinês, analisando as suas implicações na economia cabo-verdiana e o peso deste projeto nas relações sino-cabo-verdianas, acabando por o considerar substancial.

No que diz respeito às relações sino-moçambicanas, após apresentar o contexto histórico e a parceria económica fruto destas relações, Abbas (2018) conclui que a parceria é mais semelhante ao colonialismo do que à cooperação entre povos. Focando-se nas violações laborais e ambientais por parte de empresas chinesas em Moçambique cimentadas pela falta de sustentabilidade da exploração de recursos naturais por parte da China, nas falhas de ajuda para a segurança alimentar neste país africano, e culpabilizando ainda as elites locais pelo atual estado da situação. Especificamente sobre segurança alimentar Jiang et al. (2016) atribui as dificuldades de transferência de tecnologia e de introdução de novos negócios como principais causas deste problema.

As relações sino-portuguesas são descritas por Galinha (2017) através da perspetiva histórica da relação que, tal como as relações sino-lusófonas, está muito relacionada com a cidade de Macau. Descreve ainda uma parceria estratégica global e a relação económica entre os dois países, assim como o potencial da mesma. Da mesma forma, Gaspar (2018) debruça-se sobre este assunto, dedicando, todavia, o seu trabalho ao potencial do Porto marítimo português de Sines e das vantagens que o mesmo pode trazer às trocas comerciais entre Portugal e a China. Lopes (2011) descreve a língua portuguesa como mais-valia através da qual Lisboa poderia ir à “boleia” da China e integrar consórcios luso-chineses.

Relativamente ao relacionamento entre a China e o mundo lusófono como um todo, Matias (2009) para além de efetuar uma breve análise país a país, conclui que considerando os aspetos estruturais das relações China-Macau-PLP's estas tratam-se de vínculos mutuamente vantajosos, mesmo sendo os chineses a beneficiar de maiores vantagens políticas e económicas. Esta ideia é reforçada pelo trabalho de Xing et al. (2020) ao realizar um estudo econométrico do comércio sino-lusófono e as implicações negativas de excessiva abertura dos mercados da lusofonia à China, enfatizando as vantagens competitivas assim como o potencial de uma maior união por parte dos PLP's. Para explorar, entre outras informações, a descrição das realidades socioeconómicas de cada país do mundo lusófono interessa explorar o Novo Atlas da Língua Portuguesa (Reto et al., 2018), que se apresentou como uma fonte de informação relevante e atualizada sobre os PLP's.

Tendo em mente que as relações sino-lusófonas se inserem numa temática mais abrangente, as relações sino-africanas, é pertinente analisar o trabalho de Sun et al. (2017) onde é descrito o processo através do qual a China se tornou o maior parceiro comercial do continente africano, bem como o desempenho de empresas chinesas dos mais variados setores e dimensões através de entrevistas a mais de 1000 empresas chinesas em África. Mitos e concepções menos corretas da presença chinesa no continente são desconstruídas. O processo é retratado como tendencialmente positivo apresentando ainda apenas cenários positivos de cooperação no futuro.

Feito o levantamento dos trabalhos académicos relacionados com o potencial das relações sino-lusófonas torna-se evidente que apesar de existir variedade nas análises estas focam-se essencialmente nas relações bilaterais entre os PLP's e a China, olhando para as relações sino-lusófonas do ponto de vista multilateral como uma extensão da política externa chinesa através de Macau. Com a exceção de Jiang et al. (2016) a questão do potencial do aprofundamento das relações sino-lusófonas teorizando um mundo lusófono a “falar numa só voz” é praticamente inexistente, daí a escolha desta temática para a realização desta dissertação de Mestrado.

Por último, existem conceitos chave que por serem fundamentais precisam de ser introduzidos neste trabalho com a ajuda de outros autores, sendo estes o multilateralismo e o *soft power*. Multilateralismo pode ser definido de duas maneiras distintas. Segundo Keohane (2006) a definição mais comum é a de ação coletiva institucionalizada por um determinado grupo inclusivo de estados independentes. Organizações verdadeiramente multilaterais estão abertas a todos os estados que se enquadrem em critérios especificados pelo coletivo dos estados que as compõem. As regras são do conhecimento público e persistem durante períodos de tempo substanciais. Esta definição é estritamente em termos institucionais e não normativos. Outra definição apresentada por Ruggie (1992) considera multilateralismo como a ação entre três ou mais estados na base de princípios generalizados de conduta como a reciprocidade difusa. Esta definição é útil para a análise das possíveis transformações no campo da geopolítica. Ambas as definições se aplicam à ação institucional da CPLP, uma instituição multilateral representada por nove Estados membros com uma coordenação de políticas comuns baseadas em planos estratégicos setoriais que estabelecem instrumentos políticos comuns.

Para compreender o conceito de *soft power* é necessário passar também pela definição de *hard power*. O século XX é marcado para o continente africano pelos movimentos de libertação que através da luta armada atingiram objetivos políticos, neste

caso a independência dos seus territórios. Processo este que demorou décadas e encontrou relutância por parte das potências colonizadoras que através do uso das suas forças armadas tentaram esmagar tais movimentos, tendo sido esta uma demonstração de *hard power*. Com o virar do século os Estados passaram a atuar com preferência através de formas de conflitualidade não armada e como tal o *soft power* é um instrumento de exercício de poder em prol dessas estratégias de atuação. Como define Nye (as cited in Ramos 2017) o *soft power* é a habilidade de atingir resultados políticos convencendo outros atores a mudar o seu comportamento sem recorrer a ameaças ou pagamentos, tratando-se de uma atração intangível em ir de encontro aos desejos de outros sem que qualquer ameaça ou troca ocorra. O termo *soft power* tem vindo a ser integrado no meio académico especialmente quando o assunto é a política externa chinesa cuja atuação, tal como acontece no Fórum Macau, vai de encontro à definição do mesmo.

#### **4. Comunidade de Países de Língua Portuguesa: História e Objetivos**

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é uma organização desenhada para a cooperação e aprofundamento das relações entre os países e povos irmanados por uma herança histórica tendo um espaço geográfico descontínuo, mas que partilha a Língua Portuguesa (CPLP, 1996).

Esta jovem organização apresenta-se em 1996 como um projeto político-diplomático multilateral de sete países Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe. Seis anos mais tarde, em 2002, com a conquista de sua independência, Timor-Leste tornou-se o oitavo país membro da Comunidade. Encontrando-se espalhada por vários continentes com realidades políticas, sociais e económicas distintas, mas que tem por objetivo o desenvolvimento sustentável dos seus Estados membros através da entreaajuda entre estes e da sua projeção conjunta no quadro internacional.

Através do “respeito pela igualdade soberana dos Estados membros e da não ingerência nos assuntos internos de cada Estado” (CPLP, 2007) estes países desejam “encarecer a progressiva afirmação internacional do conjunto dos Países de Língua Portuguesa” (CPLP, 1996).

Tendo em conta que a língua comum e as heranças históricas e culturais não representariam, em princípio, por si só fatores suficientes para existir criação de ação comum, a vontade para tal teria de se demonstrar também através dum genuíno sentido de cooperação e integração entre os Estados-membros.

Este sentido de cooperação e integração passou a ser então um dos (principais) pilares da formação da CPLP, aliado a outros dois, a concertação político-diplomática e o da promoção da Língua Portuguesa. A cooperação nos “domínios da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social” é essencial para o desenvolvimento dos seus membros, e facilita a sua integração (CPLP, 2007).

Este processo de decisão e coordenação multilateral é um mecanismo que favorece a representatividade de todos os Estados membros pertencentes à instituição e pode, de igual forma, potenciar uma das vantagens do multilateralismo, a da resolução de conflitos num contexto diplomático (Orbie as cited in Varela, 2016).

Efetuada uma análise de dados económicos globais, verificamos que em 2014, o conjunto destes oito países produziu € 2.056.380 milhões, representando assim 3,59% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, e ainda que a média do seu PIB per Capita se encontra muito próxima da média mundial, sendo inferior em apenas € 367. Ainda neste ano, o comércio dos países de Língua Portuguesa, atingiu 36.216.393 milhões de euros, representando apenas 1,9% do comércio mundial (Reto et al., 2018).

Em 2012, constata-se uma maior captação de investimento direto estrangeiro do que investimento externo a partir dos países de Língua Portuguesa, representando respetivamente 4,49% e 1,6% do total mundial. Esta discrepância deve-se ao facto de o investimento externo a partir dos Estados membros da CPLP se tratar de um fenómeno recente e com uma presença bastante reduzida ou até mesmo nula em grande parte destes Estados, ao contrário da captação de investimento que está presente em todos eles. No entanto, é de salientar que os que realizam investimento estrangeiro, o fazem regularmente para outros PLP's, demonstrando desta forma a importância económica desta comunidade linguística (Reto et al., 2018).

No que diz respeito à produção de energia, os quatro maiores países da CPLP – Angola, Brasil, Moçambique e Portugal – produziram em 2015, 373,33 milhões de toneladas equivalentes de petróleo, representando 2,75% do total mundial. A acrescer à produção atual, três destes países – Brasil, Moçambique e Angola - apresentam um peso de cerca de 50% no que diz respeito às novas descobertas de petróleo e gás natural desde 2005, com um valor estimado de 72.700 mil milhões de barris de petróleo (Reto et al., 2018).

Em 2015, foram realizadas exportações líquidas no valor de 23,54 milhões de toneladas equivalentes de petróleo, globalmente por estes quatro países, tendo em conta que os mesmos produzem mais energia do que aquela que é por eles consumida. De um ponto de vista ambiental, podemos ainda constatar que as emissões de dióxido de carbono destes Estados é de apenas 518,75 milhões de toneladas, representando 1,61% do total mundial, fenómeno explicado em grande parte pelo forte peso da produção hidroelétrica e da progressiva instalação de fontes de energia renovável (Reto et al., 2018).

Os países de Língua Portuguesa detêm em 2015, 16,33% das reservas de água doce mundiais, mesmo que entre eles por vezes exista um desfaseamento bastante elevado, tendo mesmo um destes, déficit de água potável, Cabo Verde. No entanto, não deixa de

ser uma parcela substancial de um recurso que se prova a cada dia mais importante (Reto et al., 2018).

Analisando a plataforma marítima associada a estes países, conclui-se que têm uma zona económica exclusiva de 7.611.791 km<sup>2</sup>, o que lhes dá jurisdição sobre 5,48% da plataforma marítima. Tal fenómeno acontece graças às costas extensas da grande maioria dos países de Língua Portuguesa, bem como ao facto de o território de alguns conter ou ser composto por ilhas ou grupos de ilhas, originando no total até 200 milhas de costa. Particularidade esta não verificada em qualquer outra comunidade linguística, originando uma clara vantagem neste domínio (Reto et al., 2018).

A importância da língua comum nas relações e tomadas de decisão por parte dos habitantes de cada um destes países, é constatada através das comunidades migrantes que se criam entre eles, comunidades estas que se verificavam mesmo antes da criação da CPLP, e que alimentam a pouco e pouco a união e crescimento global de cada um deles (Reto et al., 2018).

Os países de Língua Portuguesa pertencentes à CPLP, estão também presentes em muitas outras organizações internacionais de Estados que têm como principais objetivos a defesa dos seus interesses estratégicos, bem como o desenvolvimento das regiões do mundo onde estes se encontram localizados (Reto et al., 2018). O detalhe das organizações às quais pertence cada um dos Estados membros será realizado no capítulo “Países de Língua Portuguesa”.

Com o passar do tempo, a CPLP tem vindo a demonstrar a sua influência a nível mundial, deixando de atrair apenas e só países de Língua Portuguesa, mas também outros países com estatuto de “membros associados”: Geórgia, Eslováquia, Hungria, Japão, Maurícia, Namíbia, República Checa, Senegal, Turquia e Uruguai (Reto et al., 2018).

É neste contexto internacional que se encontra um país não membro da CPLP cuja presença nas economias dos países lusófonos se torna cada vez mais evidente, a China.



## **5. Países de Língua Portuguesa**

Para compreender a diversidade, bem como o potencial de cada um dos países de língua portuguesa, é necessário perceber um pouco sobre cada um deles. Este capítulo relata de uma forma sucinta, dados relevantes relacionados com - localização; superfície; moeda; língua(s); população; organizações internacionais de estados (Anexo 1); PIB; comércio (importações e exportações); IDE; energia; reservas de água doce; mar e plataformas marítimas; mobilidade humana; entre outros - sempre que aplicável ou relevante para o país em questão.

### **5.1. Angola**

#### **Dados Gerais**

Angola situa-se na região ocidental da África Austral, tem uma superfície de 1.246.700 km<sup>2</sup>, está organizada em 18 províncias, e possui uma extensão costeira de 1.650 km e de fronteiras terrestres de 4.837 km (Governo da República de Angola, n.d.), com o Congo, a Namíbia, a República Democrática do Congo e a Zâmbia (Reto et al., 2018).

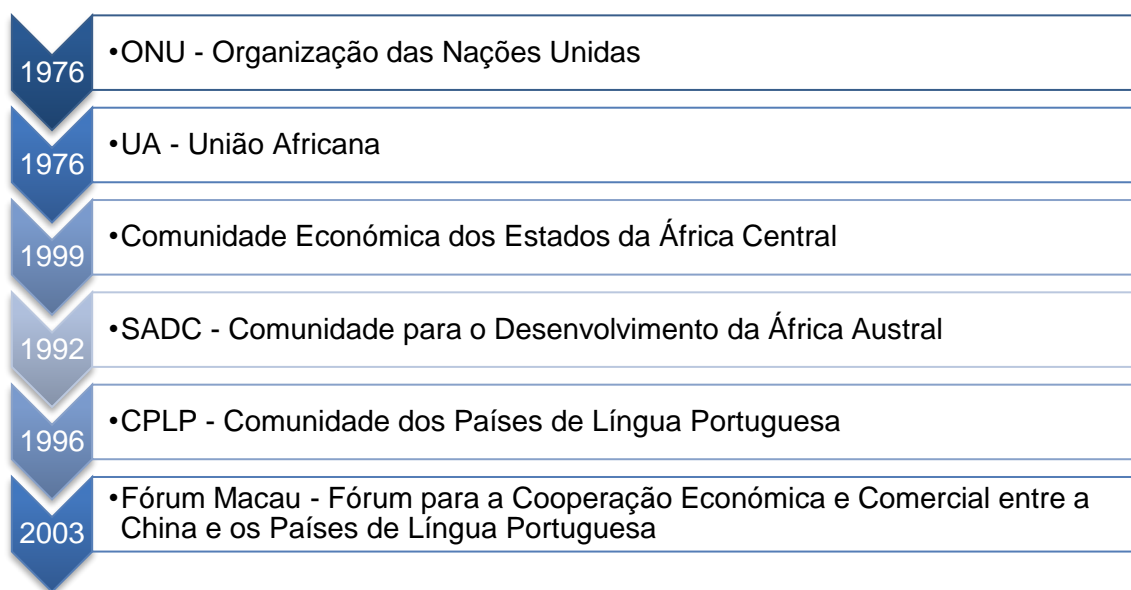
A sua capital é Luanda, a moeda oficial o Kwanza (Kz) e a língua oficial o português, embora o Umbundo, Kimbundo, Kikomgo e Tchokwé sejam dentre outros dialetos alguns dos idiomas também bastante comuns (CPLP, n.d.-a). Quanto à sua população, Angola tinha 25.831 milhares de habitantes em 2016, prevendo-se um aumento gradual, mas bastante acentuado, dando origem a um total de 76.046 e 172.861 milhares de habitantes, em 2050 e 2100, respetivamente (Reto et al., 2018).

Alguns dos fatores fundamentais para o desenvolvimento e crescimento económico do país, são: a diversidade climática, a extensa superfície, a extensão costeira, os vastos quilómetros navegáveis dos seus quatro principais rios – Kwanza, Kubango, Cunene e Zaire – e a abundância em recursos minerais (cerca de 78% dos mais importantes do comércio mundial), destacando-se o petróleo, gás natural, diamantes, fosfatos, substâncias betuminosas, ferro, cobre, magnésio, ouro e rochas ornamentais (Governo da República de Angola, n.d.).

## Organizações Internacionais de Estados

Angola pertence a três organizações para além das transversais a todos os PLP's, como é possível constatar através do esquema apresentado a baixo, onde são discriminadas as organizações assim como a respetiva data de adesão. Foi membro fundador da SADC, da CPLP e do Fórum Macau, aderindo às restantes entre 13 e 31 anos após a sua constituição (Reto et al., 2018).

**Figura 1 – Organizações das quais Angola faz parte por data de adesão**



Fonte: Novo Atlas da Língua Portuguesa, p. 94-95

## Dados Económicos Globais - PIB

Em 2014, tanto ao nível do PIB como do PIB per capita, Angola situava-se em terceiro lugar quando comparado com os outros países de Língua Portuguesa. O PIB angolano era de € 99.041 milhões, representando 4,82% do total dos PLP's, e o PIB per Capita de € 4.474, sendo inferior em mais de três mil euros à média dos PLP's e em mais de três mil e seiscentos euros à média mundial (Reto et al., 2018).

## Dados Económicos Globais – Comércio (Importações e Exportações)

Em 2014, o comércio angolano, foi de € 65.298 milhões, as exportações representando € 45.839 milhões e as importações € 19.459 milhões. Quando comparada com os outros países de Língua Portuguesa, Angola representa 12% do total do comércio, sendo o terceiro país com maior relevância. Um fator particular deste Estado membro é o

facto de ser o único onde as exportações são superiores às importações, com uma variação percentual entre estes dois indicadores de 136% (Reto et al., 2018).

Entrando em maior detalhe, 62% das importações angolanas, são originárias das seguintes comunidades linguísticas: chinesa (27%), portuguesa (21%) e inglesa (14%), sendo os países predominantes por comunidade, a China, Portugal e Brasil, e EUA, Reino Unido e África do Sul (Reto et al., 2018).

No que diz respeito às exportações, o seu principal cliente é a China, sendo a comunidade chinesa responsável por 51% das exportações angolanas, e a portuguesa por apenas 6%. Tal fenómeno deve-se essencialmente à especialização da economia angolana, concentrando grande parte das suas transações na exportação de petróleo (Reto et al., 2018).

Quando analisado o comércio angolano em relação ao PIB, para este mesmo ano, obtemos uma taxa de abertura ao comércio de 66%, sendo este um indicador bastante positivo, e que confere mais uma vez a terceira posição a Angola, quando comparada com os restantes PLP's (Reto et al., 2018).

### **Dados Económicos Globais - Investimento Direto Estrangeiro**

Em 2012, Angola é o terceiro maior país de Língua Portuguesa no que diz respeito à captação de investimento direto estrangeiro, adquirindo por esta via € 20.040 milhões. Os três principais investidores são, por ordem de importância, a França, a Noruega e Portugal, sendo outros dos países mais relevantes o Brasil e a China, embora que com um peso relativamente inferior (Reto et al., 2018).

Os países da comunidade de Língua Portuguesa são responsáveis por 25% do stock de IDE à entrada em Angola, ocupando uma posição significativa, mas que é superada em mais do dobro por outras comunidades linguísticas, nomeadamente a francesa e a norueguesa. Este indicador representa 20% do PIB angolano, conferindo a Angola a quinta posição quando comparada com os outros PLP's (Reto et al., 2018).

Quando analisado o investimento externo a partir de Angola, verificamos que o mesmo é realizado predominantemente em Portugal. Podemos constatar ainda que, quando comparado com os restantes PLP's Angola encontra-se, mais uma vez, em terceiro lugar, todavia com um valor bastante inferior aos PLP's que ocupam o pódio deste indicador – Brasil e Portugal (Reto et al., 2018).

Em linha com o que foi referido anteriormente, a comunidade de Língua Portuguesa representa 73% do stock de IDE à saída angolano, justificado essencialmente pelo peso de Portugal. O stock de IDE à saída representa apenas 1% do PIB angolano, conferindo a Angola o terceiro país quando comparado com os outros PLP's (Reto et al., 2018).

O facto do investimento com origem em Angola se tratar de um fenómeno recente, justifica o facto do stock de IDE à entrada ser substancialmente inferior ao stock de IDE à saída, com os valores de € 20.040 milhões e € 1.457 milhões, respetivamente (Reto et al., 2018).

### **Energia**

Em 2015, Angola produziu 98,01 milhões de toneladas equivalentes de petróleo, representando 0,72% da produção mundial e 26,25% da produção dos quatro maiores PLP's (Angola, Brasil, Moçambique e Portugal), tendo apenas o Brasil um nível de produção mais elevado. No entanto, o seu consumo de eletricidade de apenas 5,32 terawatts/hora é o menor destes quatro países, tendo um peso de apenas 0,91% do seu total, e 0,02% do consumo mundial (Reto et al., 2018).

O facto da sua produção ser substancialmente superior ao seu consumo concede a Angola um saldo positivo, e por conseqüente o maior nível de exportação em relação aos outros quatro PLP's, estando este na ordem das 82,35 milhões de toneladas equivalentes de petróleo (Reto et al., 2018).

As emissões de dióxido de carbono angolanas, são de 18,49 milhões de toneladas e representam apenas 0,06% das emissões mundiais. Quando comparadas às emissões dos quatro PLP's referidos anteriormente Angola tem um peso de 3,56%, ficando apenas a cima de Moçambique que tem um peso de 0,57% (Reto et al., 2018).

### **Reservas de Água Doce, Mar e Plataformas Marítimas**

Em 2015, Angola possuía 148 km<sup>3</sup> de reservas de água doce, sendo o terceiro maior país de Língua Portuguesa neste domínio, a baixo apenas do Brasil e Moçambique, representando 1,70% do total dos PLP's e 0,28% do total mundial (Reto et al., 2018).

A plataforma marítima angolana, possui uma zona económica exclusiva de 518.433 km<sup>2</sup>, representando 0,37% do total mundial e 6,81% da ZEE dos PLP's, conferindo a Angola o quinto lugar relativamente aos outros sete países (Reto et al., 2018).

## **Mobilidade Humana**

Com base nos dez principais países de origem dos imigrantes em Angola, concluímos que em 2015, a comunidade estrangeira neste país era representada em 72,81% por imigrantes originários de países de Língua Portuguesa, sendo os portugueses a comunidade mais numerosa, seguida dos cabo-verdianos e dos são-tomenses, com 63,04%, 5,22% e 4,55%, respetivamente. Grande parte dos restantes imigrantes em Angola, mais precisamente 21,55%, eram originários da República Democrática do Congo, possivelmente por se tratar de um país fronteiriço (Reto et al., 2018).

Quando analisamos os dez principais destinos dos emigrantes angolanos, em 2015, os países de Língua Portuguesa são escolhidos por apenas 10,69% das pessoas, sendo Portugal o terceiro destino mais escolhido com 8,77% dos emigrantes e o Brasil o décimo com apenas 1,92%. No que diz respeito à emigração, o país de eleição para os angolanos trata-se mais uma vez da República Democrática do Congo com um peso de 46,22%, os restantes países fronteiriços são escolhidos por 23,13% dos emigrantes angolanos (Reto et al., 2018).

## **5.2. Brasil**

### **Dados Gerais**

O Brasil possui uma extensão costeira de 7.367 km e de fronteiras terrestres de 15.735 km (Junior, 2007), com a Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana Francesa, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. A sua superfície é de 8.515.767 km<sup>2</sup> (Reto et al., 2018).

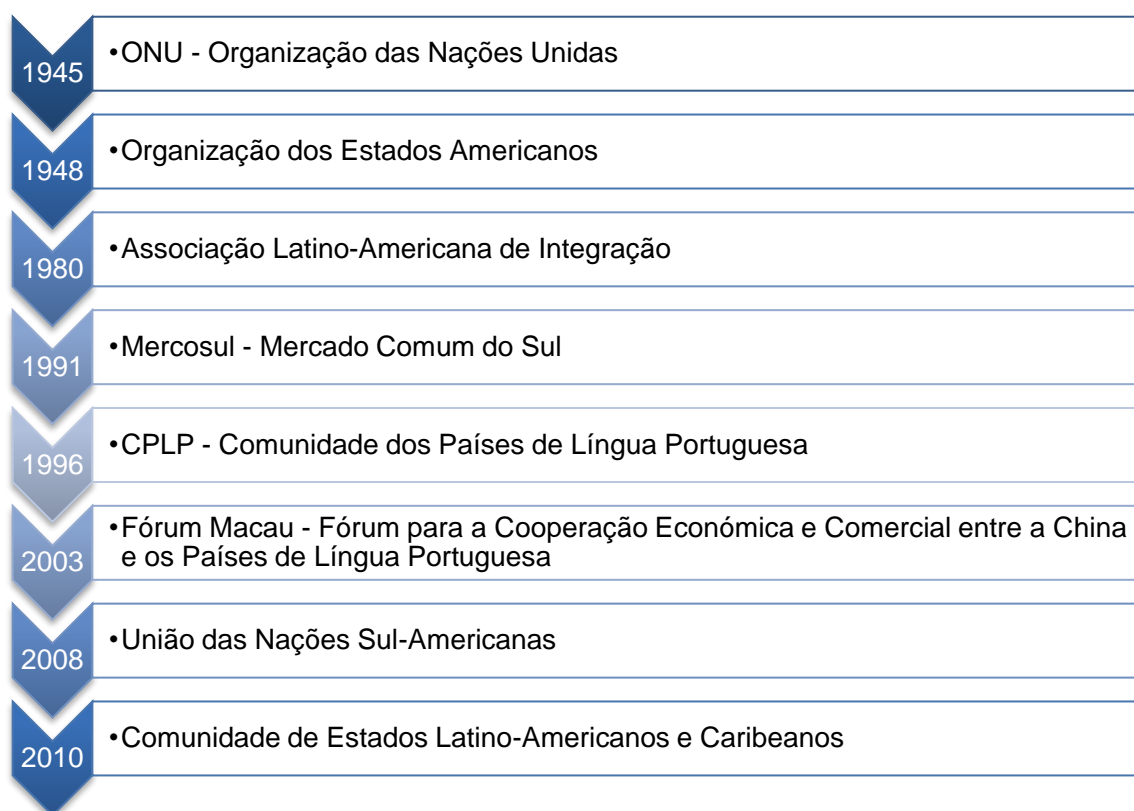
A sua capital é Brasília, a moeda oficial o Real (BRL) e a língua oficial o português (CPLP, n.d.-b). Quanto à sua população, o Brasil tinha 209.568 milhares de habitantes em 2016, prevendo-se um aumento gradual até 2050, originando um total de 232.688 milhares de habitantes, seguido de um decréscimo gradual até 2100, que terá como resultado 190.423 milhares de habitantes (Reto et al., 2018).

Trata-se atualmente de uma das maiores economias mundiais. Sendo um país com uma grande atratividade do ponto de vista de empreendedores estrangeiros, e para o qual os recursos naturais são cruciais no seu desenvolvimento (MNE, n.d.-a).

### **Organizações Internacionais de Estados**

O Brasil pertence a cinco organizações para além das transversais a todos os PLP's, como é possível constatar através do esquema apresentado a baixo, onde são discriminadas as organizações assim como a respetiva data de adesão, que no caso do Brasil corresponde em todos os casos à data de adesão, tendo sido por isso membro fundador de todas elas (Reto et al., 2018).

**Figura 2 – Organizações das quais o Brasil faz parte por data de adesão**



Fonte: Novo Atlas da Língua Portuguesa, p. 94-95

### **Dados Económicos Globais - PIB**

Segundo dados de 2014, o Brasil é o país de Língua Portuguesa que apresenta maior riqueza, tendo um peso de 85,99% no total destes oito países, com um PIB de € 1.768.341

milhões. No entanto, o PIB per capita brasileiro, no valor de € 8.753, é o segundo mais elevado dos PLP's, ficando atrás do de Portugal, conseguindo ainda assim ser superior à média dos PLP's e mundial, em € 989 e € 622, respetivamente (Reto et al., 2018).

### **Dados Económicos Globais - Comércio (Importações e Exportações)**

Em 2014, o comércio brasileiro, foi de € 340.798 milhões, onde as importações representam mais € 10.460 milhões que as exportações, parecendo uma diferença elevada, o Brasil não deixa de ser o país de Língua Portuguesa onde estes dois indicadores são mais próximos quando analisada a variação percentual entre os mesmos, sendo neste caso de apenas 6%. O Brasil representa neste ano 65% do comércio realizado em todos os PLP's (Reto et al., 2018).

O comércio brasileiro é bastante disperso, sendo um terço das exportações e importações justificado por um conjunto de diversos países com parcelas inferiores a € 5 milhões. No entanto, é possível identificar três comunidades linguísticas como as mais relevantes (inglesa, chinesa e espanhola), tendo no seu conjunto um peso de 55% nas importações e de 56% nas exportações. Por outro lado, os PLP's representam um peso muito reduzido quer em termos de origem como destino das exportações (Reto et al., 2018).

Embora seja o país de Língua Portuguesa com um maior total de exportações e importações, o peso relativo do comércio externo no Brasil é o mais reduzido, devido à sua dimensão e diversificação da sua economia, que originam um vasto mercado interno, e justificam a sua taxa de abertura ao comércio de apenas 19% (Reto et al., 2018).

### **Dados Económicos Globais - Investimento Direto Estrangeiro**

Em 2012, o Brasil é o maior país de Língua Portuguesa no que diz respeito à captação e realização de investimento direto estrangeiro, representando nestes domínios 83% (€ 580.772 milhões) e 79% (€ 204.352 milhões) no total dos PLP's, respetivamente (Reto et al., 2018).

O Brasil encontra-se cercado por países de língua espanhola, tendo evidentemente uma ligação a esta comunidade, esta proximidade é responsável pelo seu peso no stock de IDE à entrada e à saída, sendo de 17% e 14% respetivamente. Todavia, esta não é a

comunidade linguística mais presente no investimento direto estrangeiro do e para o Brasil (Reto et al., 2018).

Os principais investidores no Brasil são a Holanda, os EUA e a Espanha, sendo investimento do primeiro superior em mais do dobro, em relação aos dois restantes, no entanto podemos estar a olhar para um dado inflacionado, por existirem várias empresas de outros países com sede na Holanda, tal como mencionado no início do presente capítulo. Se analisarmos por comunidade linguística os países de língua inglesa têm uma importância ainda maior que os de língua espanhola, 26% do stock de IDE à entrada. O stock de IDE à saída representa 33% do PIB brasileiro, conferindo ao Brasil a quarta posição quando comparado com os restantes PLP's (Reto et al., 2018).

Analisando o stock de IDE à saída, constata-se que as empresas brasileiras dão preferência aos países de língua inglesa (42%) para realizar os seus investimentos, seguindo-se os de língua alemã (22%), sobretudo a Áustria, e os espanhóis (14%). Este indicador representa 12% do PIB brasileiro, conferindo ao Brasil a segunda posição quando comparado com os outros PLP's (Reto et al., 2018).

Apesar do Brasil ter investido em 2012, € 204.352 milhões e ser o país de Língua Portuguesa com maior stock de IDE à saída, continua a receber significativamente mais investimentos do que aquele que efetua, como comprova o valor do stock de IDE à entrada desse mesmo ano no valor de € 580.772 milhões (Reto et al., 2018).

## **Energia**

Em 2015, o Brasil produziu 252,92 milhões de toneladas equivalentes de petróleo, representando 1,86% da produção mundial e 67,75% da produção dos quatro maiores PLP's (Angola, Brasil, Moçambique e Portugal), sendo o principal produtor dos quatro. No entanto, o seu consumo de eletricidade de 516,63 terawatts/hora é o maior destes quatro países, tendo um peso de 88,70% do seu total, e de 2,40% do consumo mundial (Reto et al., 2018).

O facto da sua produção não conseguir dar resposta ao seu consumo, faz com que o Brasil tenha um défice, na ordem dos 45,70 milhões de toneladas equivalentes de petróleo, e seja por isso obrigado a importar (Reto et al., 2018).

As emissões de dióxido de carbono brasileiras, são de 452,39 milhões de toneladas, localizando o Brasil como maior emissor quando comparado com os PLP's referidos anteriormente, tendo um peso de 87,21% no seu total. Todavia, o Brasil representa apenas



1,41% das emissões mundiais, graças ao elevado peso da produção hidroelétrica, aliada à progressiva instalação de diversas fontes de energia renovável (Reto et al., 2018).

### **Reservas de Água Doce, Mar e Plataformas Marítimas**

O Brasil é o país com maiores reservas de água doce do mundo, possuindo 8.233 km<sup>3</sup>, em 2015. Posto isto, é legítimo o facto de representar 94,54% do total dos PLP's, uma vez que tem um peso de 15,44% no total mundial (Reto et al., 2018).

A plataforma marítima brasileira, possui uma zona económica exclusiva de 3.660.995 km<sup>2</sup>, posicionando o Brasil como décima primeira ZEE mundial, representando 2,64% do total mundial e 48,10% do total dos PLP's, concedendo-lhe a primeira posição em relação a estes últimos. No entanto, o facto de ter uma vasta superfície terrestre, faz com que a sua plataforma marítima ocupe apenas 4,7 vezes a sua superfície terrestre, indicador este, bastante inferior quando comparado a Portugal (19 vezes) mas principalmente a Cabo Verde (143 vezes) (Reto et al., 2018).

### **Mobilidade Humana**

Com base nos dez principais países de origem dos imigrantes no Brasil, concluímos que em 2015, a comunidade estrangeira neste país era representada em 32,16% por imigrantes portugueses, sendo esta a comunidade imigrante mais numerosa, e o único país de Língua Portuguesa a estar entre os dez principais países de origem dos imigrantes brasileiros. Todavia, o Brasil está entre os dez principais destinos de emigração provenientes de Angola, Guiné Bissau, Moçambique e Timor-Leste (Reto et al., 2018).

As restantes principais origens de imigrantes variam entre um peso de 4,52% (China) e 11,43% (Japão), e incluem diversos países com os quais o Brasil faz fronteira - Paraguai, Bolívia, Argentina e Uruguai - tendo estes um peso de 30,58% na totalidade de imigrantes no Brasil (Reto et al., 2018).

Quando analisados os dez principais destinos dos emigrantes brasileiros, constata-se que o país de eleição é os EUA, com um peso de 29,48%, e o continente o Europeu, com um peso de 42,54%, dos quais 10,23% dizem respeito ao único país de Língua

Portuguesa entre os principais países de destino escolhidos pelos brasileiros, Portugal (Reto et al., 2018).

### **5.3. Cabo Verde**

#### **Dados Gerais**

As dez ilhas que constituem o arquipélago de Cabo Verde situam-se a 455 km da costa africana, têm uma superfície de 4.033 km<sup>2</sup>, e denominam-se Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Santiago, Fogo e Brava (Governo de Cabo Verde, n.d.).

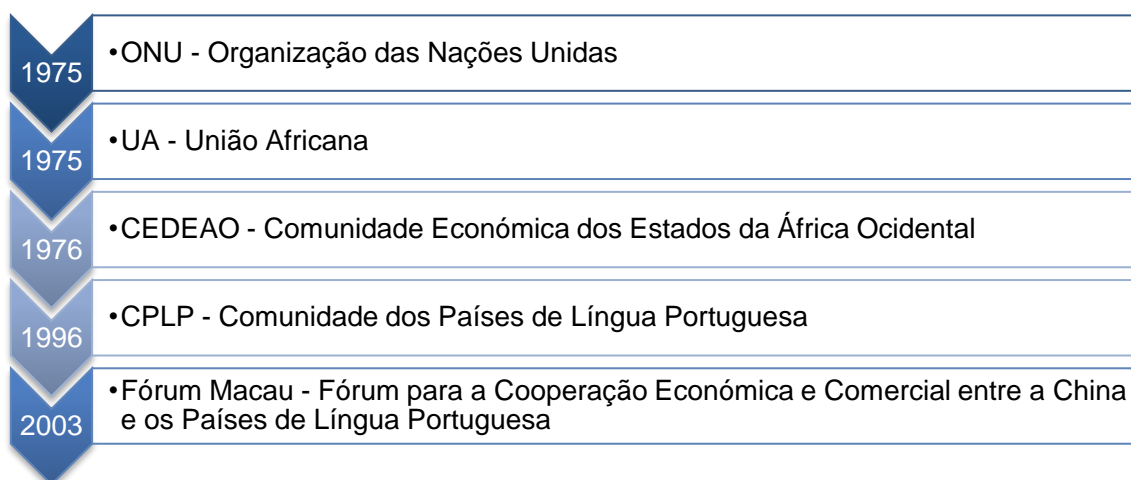
A sua capital é a Cidade da Praia, a moeda oficial o Escudo de Cabo Verde (CVE), e a língua oficial o português, embora o Crioulo seja utilizado localmente (CPLP, n.d.-c). Quanto à sua população, Cabo Verde tinha 527 milhares de habitantes em 2016, prevendo-se um aumento gradual até 2050, que dará origem a um total de 734 milhares de habitantes, seguido de um decréscimo pouco acentuado até 2100, que terá como resultado um total de 714 milhares de habitantes (Reto et al., 2018).

Cabo Verde possui uma estabilidade climática que permite a existência de turismo durante qualquer altura do ano (Governo de Cabo Verde, n.d.). Alguns dos fatores mais atrativos para os investidores em Cabo Verde, segundo David Chow, CEO da Macau Landmark, são a sua localização estratégica no Atlântico e a sua estabilidade tanto política como social, que lhe dá um estatuto de “HUB de negócios de e para África” (Cabo Verde TradeInvest, n.d.).

#### **Organizações Internacionais de Estados**

Cabo Verde pertence a duas organizações para além das transversais a todos os PLP's, como é possível constatar através do esquema apresentado a baixo, onde são discriminadas as organizações assim como a respetiva data de adesão. Foi membro fundador da CPLP e do Fórum Macau, aderindo às restantes entre 1 e 30 anos após a sua constituição (Reto et al., 2018).

**Figura 3 – Organizações das quais Cabo Verde faz parte por data de adesão**



Fonte: Novo Atlas da Língua Portuguesa, p. 94-95

### **Dados Económicos Globais - PIB**

Em 2014, o PIB cabo-verdiano ocupa o quinto lugar quando comparado aos restantes países de Língua Portuguesa, sendo de € 1.410 milhões, e tendo um peso de apenas 0,07% no total dos PLP's. Já o seu PIB per capita encontra-se melhor posicionado (quarto lugar), graças ao reduzido PIB per capita Moçambicano, contudo este não deixa de ser bastante inferior à média dos PLP's e mundial, rondando os cinco e os cinco mil e trezentos euros, respetivamente (Reto et al., 2018).

### **Dados Económicos Globais - Comércio (Importações e Exportações)**

Em 2014, o comércio cabo-verdiano, foi de € 623 milhões, sendo € 540 milhões representados pelas exportações e apenas € 83 milhões pelas importações. Quando comparado com os outros países de Língua Portuguesa, Cabo Verde representa apenas 0,12% do total do comércio, ocupando a quinta posição na tabela (Reto et al., 2018).

Cabo verde, está fortemente integrado na comunidade de países de Língua Portuguesa, principalmente no que diz respeito às importações, onde Portugal é o maior fornecedor representando mais do quádruplo do investimento do país em segunda posição, a Holanda, e contribuindo enormemente para o peso da comunidade linguística portuguesa nas importações cabo-verdianas, na ordem dos 43% (Reto et al., 2018).

A Espanha ocupa também uma posição de destaque, sobretudo como destino das exportações, representando cerca do quádruplo do segundo maior cliente de Cabo Verde, Portugal, e contribuindo enormemente para o peso de 57% da comunidade linguística

espanhola nas exportações cabo-verdianas, contra os 14% dos países de Língua Portuguesa (Reto et al., 2018).

Quando analisado o comércio cabo-verdiano em relação ao PIB, é obtida uma taxa de abertura ao comércio de 47%, que apesar de se tratar de um valor favorável, concede a Cabo Verde o sexto lugar quando comparado com os restantes países de Língua Portuguesa (Reto et al., 2018).

### **Dados Económicos Globais - Investimento Direto Estrangeiro**

Em 2012, Cabo Verde é o quarto maior país de Língua Portuguesa no que diz respeito à captação de investimento direto estrangeiro, com € 801 milhões, embora represente apenas 0,12% do stock de IDE à entrada do total dos PLP's. Este valor é justificado pelo investimento proveniente de cinco países, com pesos muito próximos, Portugal, Reino Unido, Espanha, Itália e Irlanda (Reto et al., 2018).

Sendo que cada um dos países enunciados anteriormente representa cerca de 20% do investimento à entrada, é fácil constatar o porquê de os países de língua inglesa terem um peso superior (39%) ao das restantes comunidades linguísticas, tendo em conta que são dois. O stock de IDE à entrada representa 57% do PIB cabo-verdiano, conferindo a Cabo Verde a segunda posição quando comparado com os outros países de Língua Portuguesa (Reto et al., 2018).

O investimento externo a partir de Cabo Verde, em 2012, é bastante reduzido, estando apenas próximo de € 1 milhão, e sendo realizado na sua totalidade para a Polónia. Posto isto, podemos concluir que Cabo Verde não tem como norma a realização de investimentos noutros países, tal como acontece com a maioria dos países de Língua Portuguesa (Reto et al., 2018).

### **Reservas de Água Doce, Mar e Plataformas Marítimas**

Em 2015, Cabo Verde possuía apenas 0,3 km<sup>3</sup> de reservas de água doce, sendo o país de Língua Portuguesa com menor disponibilidade deste recurso, e representando um peso extremamente baixo tanto no total dos PLP's como no total mundial. A escassez de água potável per capita, leva Cabo Verde a adotar técnicas de dessalinização da água do mar, o que exige um elevado esforço energético (Reto et al., 2018).

A plataforma marítima cabo-verdiana, possui uma zona económica exclusiva de 800.561 km<sup>2</sup>, representando 0,58% do total mundial e 10,52% do total dos países de

Língua Portuguesa, conferindo a Cabo Verde a terceira posição quando comparada a estes últimos, apenas a baixo do Brasil e de Moçambique. A plataforma marítima cabo-verdiana é 143 vezes a sua superfície terrestre, sendo o país de Língua Portuguesa onde este indicador é mais significativo (Reto et al., 2018).

### **Mobilidade Humana**

Com base nos dez principais países de origem dos imigrantes em Cabo Verde, concluímos que em 2015, a comunidade estrangeira neste país era representada em 69,43% por países de Língua Portuguesa, sendo a Guiné Bissau responsável pela maioria dos imigrantes (46,28%). O Senegal é também escolhido por 13,62% dos imigrantes sendo a segunda maior comunidade em Cabo Verde (Reto et al., 2018).

Quando analisamos os dez principais destinos dos emigrantes cabo-verdianos, em 2015, os países de Língua Portuguesa voltam a ter um peso bastante elevado (52,67%), sendo Portugal o país de eleição dos cabo-verdianos escolhido por 42,94% das pessoas, seguido dos EUA (19,88%) e da França (12,58%). Apesar de não pertencer aos dez principais destinos de eleição, a comunidade estrangeira cabo-verdiana é a comunidade com maior peso em São Tomé e Príncipe (Reto et al., 2018).

## **5.4. Guiné Bissau**

### **Dados Gerais**

A Guiné Bissau tem uma superfície de 36.125 km<sup>2</sup>, faz fronteira com a Guiné-Conacri e o Senegal (Reto et al., 2018), e a sua costa é composta pelo arquipélago dos Bijagós, constituído por mais de 100 ilhas (Banco Mundial, 2018a).

A sua capital é Bissau, a moeda oficial o Franco CFA e a língua oficial o português, embora também se utilizem, entre outros, o Crioulo, o Mandjaco e o Mandinga (CPLP, n.d.-d). Quanto à sua população, a Guiné Bissau tinha 1.888 milhares de habitantes em 2016, prevendo-se um aumento gradual, e relativamente acentuado, dando origem a um total de 3.603 e 5.901 milhares de habitantes, em 2050 e 2100, respetivamente (Reto et al., 2018).

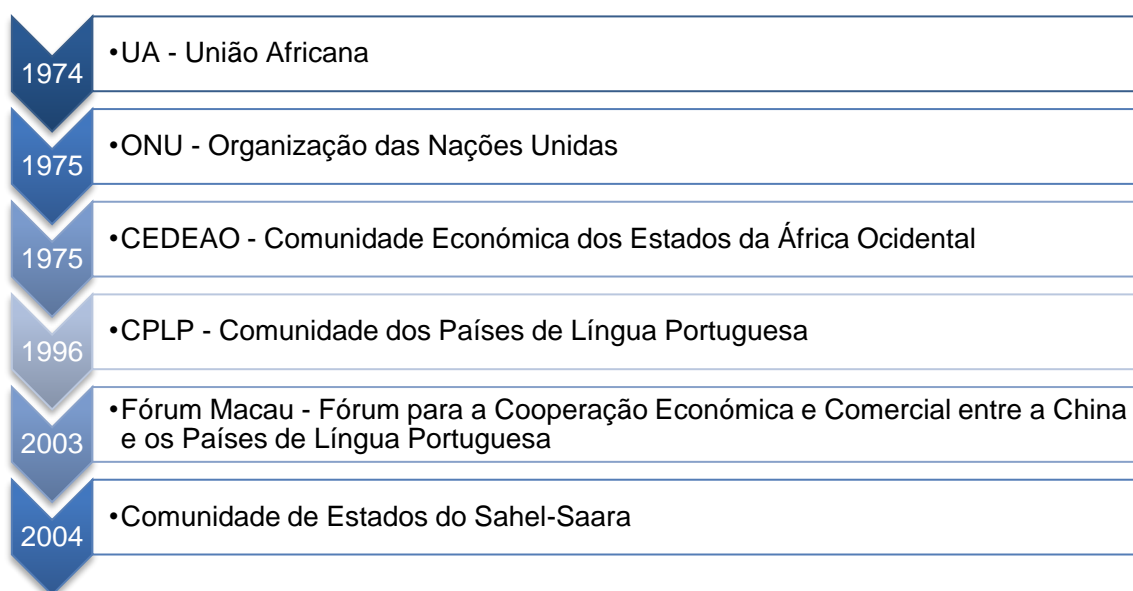
A Guiné Bissau, é um dos países mais pobres e mais frágeis do mundo, devido à sua instabilidade política e extrema dependência da castanha de caju para a sobrevivência da economia. Para o desenvolvimento gradual do país, será necessário tomar medidas para impulsionar a resiliência da sua economia que possibilitem a diminuição da dependência

das condições climáticas e das flutuações nos preços do caju, permitam a estabilidade política, reduzam a desigualdade e aumentem o investimento (Banco Mundial, 2018a).

### **Organizações Internacionais de Estados**

A Guiné Bissau pertence a três organizações para além das transversais a todos os PLP's, como é possível constatar através do esquema apresentado a baixo, onde são discriminadas as organizações assim como a respetiva data de adesão. Foi membro fundador da CEDEAO, da CPLP e do Fórum Macau, aderindo às restantes entre 6 e 30 anos após a sua constituição (Reto et al., 2018).

**Figura 4 – Organizações das quais a Guiné Bissau faz parte por data de adesão**



Fonte: Novo Atlas da Língua Portuguesa, p. 94-95

### **Dados Económicos Globais - PIB**

A Guiné Bissau é, em 2014, um dos países de Língua Portuguesa que gera menos riqueza, estando em sétimo lugar com um PIB de € 771 milhões, sendo apenas inferior o de São Tomé e Príncipe. O cenário é ainda pior quanto ao PIB per capita, onde o país ocupa o fundo da tabela, com € 441 per capita, valor este drasticamente inferior à média dos PLP's e mundial, em € 7.323 e € 7.690, respetivamente (Reto et al., 2018).

### **Dados Económicos Globais - Comércio (Importações e Exportações)**

Em 2014, o comércio guineense, foi de € 529 milhões, sendo € 300 milhões representados pelas exportações e € 229 milhões pelas importações. Quando comparada com os outros países de Língua Portuguesa, a Guiné Bissau representa apenas 0,10% do total do comércio, ocupando a penúltima posição na tabela (Reto et al., 2018).

Analisando em maior detalhe, constata-se que as importações guineenses proveem maioritariamente de três países, Senegal devido à proximidade geográfica, Portugal e Reino Unido, sendo as comunidades linguísticas predominantes, a francesa (superior a 23%), portuguesa (23%) e inglesa (17%) (Reto et al., 2018).

No que diz respeito às exportações, o seu principal cliente é de longe a Índia, consequência da elevada especialização guineense na produção de castanha-de-caju. Outros dois clientes mais pequenos, mas ainda assim bastante relevantes são o Reino Unido e a China. Podemos ainda constatar que os países de Língua Portuguesa, não se tratam de países para onde a Guiné Bissau realiza exportações (Reto et al., 2018).

O comércio guineense, quando analisado em relação ao PIB para este mesmo ano, origina uma taxa de abertura ao comércio de 69%, conferindo à Guiné Bissau a segunda posição, quando comparada com os restantes países de Língua Portuguesa, tendo apenas Moçambique à sua frente neste indicador (Reto et al., 2018).

### **Dados Económicos Globais - Investimento Direto Estrangeiro**

Em 2012, a Guiné Bissau ocupa o sexto lugar quando comparada com os restantes países de Língua Portuguesa, no que diz respeito à captação de investimento direto estrangeiro, adquirindo por esta via cerca de € 100 milhões (Reto et al., 2018).

Segundo dados de 2011, os principais investidores na Guiné Bissau são, o Luxemburgo, Senegal e Portugal, conferindo 16% do stock de IDE à entrada nesse ano à comunidade linguística portuguesa (Reto et al., 2018).

O investimento externo a partir da Guiné Bissau, em 2010, é bastante reduzido, rondando os € 3 milhões, e sendo realizado na sua totalidade para a Portugal. Posto isto, podemos concluir que a Guiné Bissau não tem como norma a realização de investimentos noutros países, tal como acontece com a maioria dos países de Língua Portuguesa (Reto et al., 2018).

## **Reservas de Água Doce, Mar e Plataformas Marítimas**

Em 2015, a Guiné Bissau possuía 31 km<sup>3</sup> de reservas de água doce, ocupando a quinta posição em relação aos restantes países de Língua Portuguesa, representando apenas 0,36% do total dos PLP's e 0,06% do total mundial (Reto et al., 2018).

A plataforma marítima guineense, possui uma zona económica exclusiva de 123.725 km<sup>2</sup>, representando apenas 0,09% do total mundial e 1,63% do total dos PLP's, o que lhe confere o penúltimo lugar quando comparada a estes últimos, sendo apenas superior à ZEE de Timor-Leste (Reto et al., 2018).

## **Mobilidade Humana**

Com base nos dez principais países de origem dos imigrantes na Guiné Bissau, concluímos que em 2015, a comunidade estrangeira neste país era representada na sua maioria pelos países com os quais faz fronteira, o Senegal (51,36%) e a Guiné-Conacri (22,88%), sendo apenas 6,37% dos imigrantes originários de países de Língua Portuguesa (Reto et al., 2018).

Quando analisamos os dez principais destinos dos emigrantes guineenses, em 2015, os países de Língua Portuguesa são escolhidos por 40,46% das pessoas, sendo Portugal o país de eleição com 34,25%. Em seguida, estão os países fronteiriços com um peso de 36,73% dos emigrantes (Reto et al., 2018).

## **5.5. Moçambique**

### **Dados Gerais**

Moçambique tem uma extensão costeira de 2.500 km (Banco Mundial, 2018b), uma superfície de 801.590 km<sup>2</sup>, e faz fronteira com África do Sul, Malawi, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué (Reto et al., 2018).

A sua capital é Maputo, a moeda oficial o Metical (MZM) e a língua oficial o português, embora existam diversas línguas nacionais, como o Lomué, Makondé, Shona, Tsonga e Chicheua (CPLP, n.d.-e). Uma particularidade da população moçambicana é o facto de sensivelmente dois terços da sua população viver e trabalhar em zonas rurais (Banco Mundial, 2018b). Em termos numéricos, Moçambique tinha 28.751 milhares de habitantes em 2016, prevendo-se um aumento gradual, extremamente acentuado, dando origem a um



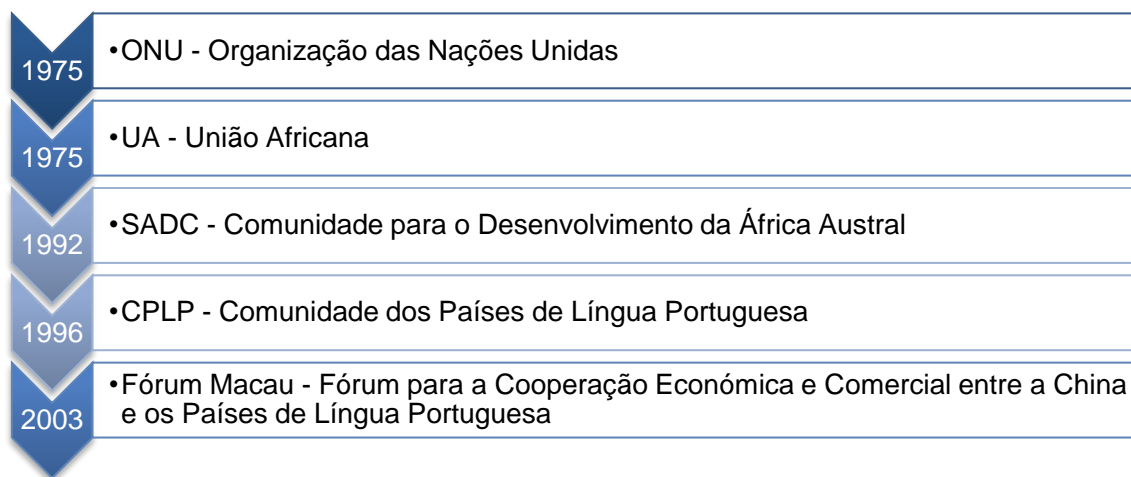
total de 67.775 e 135.046 milhares de habitantes, em 2050 e 2100, respetivamente (Reto et al., 2018).

Algumas das suas vantagens económicas de Moçambique advêm do facto de possuir uma localização estratégica em relação a grande parte dos países com os quais faz fronteira, para além de três portos marítimos de águas profundas, recursos minerais e gás natural. Por outro lado, existem alguns desafios a superar, de entre os mais importantes, o restabelecimento da confiança, a manutenção da estabilidade macroeconómica, a diversificação da economia e intensificação dos principais motores de inclusão (Banco Mundial, 2018b).

### **Organizações Internacionais de Estados**

Moçambique pertence a duas organizações para além das transversais a todos os PLP's, como é possível constatar através do esquema apresentado a baixo, onde são discriminadas as organizações assim como a respetiva data de adesão. Foi membro fundador da SADC, da CPLP e do Fórum Macau, aderindo às restantes entre 12 e 30 anos após a sua constituição (Reto et al., 2018).

**Figura 5 – Organizações das quais Moçambique faz parte por data de adesão**



Fonte: Novo Atlas da Língua Portuguesa, p. 94-95

### **Dados Económicos Globais - PIB**

Em 2014, Moçambique é o quarto país de Língua Portuguesa a gerar mais riqueza, sendo o seu PIB de € 12.350 milhões, mas representando apenas 0,60% do total dos PLP's. Contudo, embora pareça ocupar uma boa posição quando se fala em PIB, Moçambique é o penúltimo país da tabela no que diz respeito a PIB per capita, sendo este

de apenas € 467, inferior em € 7.297 e € 7.664, à média dos PLP's e mundial, respetivamente (Reto et al., 2018).

### **Dados Económicos Globais - Comércio (Importações e Exportações)**

Em 2014, o comércio moçambicano, foi de € 12.411 milhões, sendo € 8.895 milhões representados pelas exportações e € 3.516 milhões pelas importações. Quando comparado com os outros países de Língua Portuguesa, Moçambique representa apenas 2,36% do total do comércio, sendo ainda assim o quarto país com maior relevância (Reto et al., 2018).

Graças ao facto de ser o país de Língua Portuguesa com maior distanciamento geográfico dos restantes, a sua economia maioritariamente dependente dos países que lhe são mais próximos, como África do Sul e outros países localizados junto ao Oceano Índico. Posto isto, fica justificado as baixas proporções verificadas para a comunidade linguística portuguesa, nas importações (4%) e exportações (2%), para e de Moçambique (Reto et al., 2018).

Os principais fornecedores a justificar as importações moçambicanas são provenientes da África do Sul, China e Índia, representando mais de 50% da sua totalidade. A comunidade linguística chinesa tem um peso de 18% no total das importações para Moçambique (Reto et al., 2018).

No que diz respeito às exportações, o seu principal cliente é a Holanda, no entanto, como já mencionado anteriormente podemos estar a olhar para um dado inflacionado, por existirem várias empresas de outros países com sede na Holanda. Seguindo-se a África do Sul e a Singapura. A comunidade linguística chinesa tem um peso de 15% no total das exportações de Moçambique, graças à Singapura e à China (Reto et al., 2018).

Quando analisado o comércio moçambicano em relação do seu PIB, obtemos uma taxa de abertura ao comércio de 100%, sendo Moçambique o país de Língua Portuguesa onde este indicador é mais elevado (Reto et al., 2018).

### **Dados Económicos Globais - Investimento Direto Estrangeiro**

Em 2012, Moçambique é o quarto maior país de Língua Portuguesa no que diz respeito à captação de investimento direto estrangeiro, representando no entanto apenas 1,49% do total dos PLP's, com um total de € 10.375 milhões. Os seus principais

investidores, proveem da África do Sul, dos Emirados Árabes Unidos e dos EUA (Reto et al., 2018).

Os países da comunidade de língua inglesa são responsáveis por 28% do stock de investimento direto estrangeiro à entrada em Moçambique. O stock de IDE à entrada representa 84% do PIB moçambicano, sendo Moçambique o país onde este indicador é mais elevado, quando comparado com os outros PLP's (Reto et al., 2018).

Apesar da distância, a comunidade de países de Língua Portuguesa ainda consegue ter um peso de 7%, na origem do IDE em diversos setores de atividade. Tal sucede uma vez que Portugal se encontra no top dos dez países que realizam mais investimento em Moçambique, em quinto lugar, e graças a elevados investimentos na exploração de gás natural e outros recursos por parte de empresas brasileiras (Reto et al., 2018).

O investimento externo a partir de Moçambique, é extremamente reduzido, rondando os € 0,6 milhões, e sendo realizado na sua totalidade para o Quénia. Posto isto, podemos concluir que Moçambique não tem como norma a realização de investimentos noutros países, tal como acontece com a maioria dos países de Língua Portuguesa (Reto et al., 2018).

## **Energia**

Em 2015, Moçambique produziu 16,63 milhões de toneladas equivalentes de petróleo, representando 0,12% da produção mundial e 4,45% da produção dos quatro maiores PLP's (Angola, Brasil, Moçambique e Portugal), sendo o terceiro país com maior produção, a seguir ao Brasil e a Angola. O seu consumo de eletricidade é de 11,53 terawatts/hora, sendo bastante reduzido em comparação aos outros PLP's e apenas superior ao de Angola, e tem um peso de apenas 1,98% no total dos quatro países, e de 0,05% no consumo mundial (Reto et al., 2018).

O facto da sua produção ser superior ao seu consumo concede a Moçambique um saldo positivo, permitindo a exportação de 4,11 milhões de toneladas equivalentes de petróleo (Reto et al., 2018).

As emissões de dióxido de carbono moçambicanas, são de 2,95 milhões de toneladas e representam apenas 0,01% das emissões mundiais, em parte justificadas pela produção hidroelétrica bem como pela instalação de outras fontes de energia renovável. Quando comparadas às emissões dos quatro PLP's referidos anteriormente Moçambique tem um peso de 0,57%, sendo o país com menores emissões (Reto et al., 2018).

## **Reservas de Água Doce, Mar e Plataformas Marítimas**

Em 2015, Moçambique possuía 217,10 km<sup>3</sup> de reservas de água doce, sendo o segundo maior país de Língua Portuguesa neste domínio, a baixo apenas do Brasil, representando 2,49% do total dos PLP's e 0,41% do total mundial (Reto et al., 2018).

A plataforma marítima moçambicana, possui uma zona económica exclusiva de 578.986 km<sup>2</sup>, representando 0,42% do total mundial e 7,61% do total dos PLP's, conferindo a Moçambique o quarto lugar relativamente aos outros sete países (Reto et al., 2018).

## **Mobilidade Humana**

Com base nos dez principais países de origem dos imigrantes em Moçambique, concluímos que em 2015, a comunidade estrangeira neste país era representada em 73,95% pelos países com os quais faz fronteira, sendo o restante justificado em grande parte pelo peso dos países de Língua Portuguesa (18,61%), onde Portugal é a principal origem de imigrantes (Reto et al., 2018).

Tal como verificado para a imigração, quando analisamos os dez principais destinos dos emigrantes moçambicanos, em 2015, os países fronteiriços são os países de eleição, representando 97,76% da escolha dos emigrantes, sendo a África do Sul (70,30%) e o Zimbabué (14,75%) os países com o peso mais significativo.

## **5.6. Portugal**

### **Dados Gerais**

Portugal situa-se na Península Ibérica, tem uma superfície de 92.090 km<sup>2</sup>, faz fronteira com Espanha (Reto et al., 2018), e está dividido em 18 distritos no Continente e duas Regiões Autónomas (Governo da República Portuguesa, n.d.).

A sua capital é Lisboa, a moeda oficial o Euro (EUR) e a língua oficial o português (CPLP, n.d.-f). Quanto à sua população, Portugal tinha 10.304 milhares de habitantes em 2016, prevendo-se um decréscimo gradual, dando origem a um total de 8.995 e 6.604 milhares de habitantes, em 2050 e 2100, respetivamente (Reto et al., 2018).

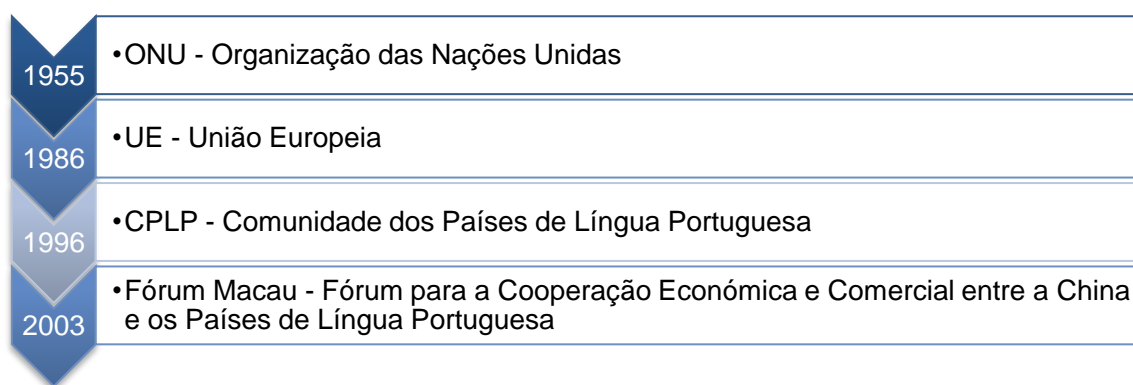
Os dados macroeconómicos, posicionam Portugal como uma das 50 maiores economias mundiais, e indicam uma perspetiva positiva e de crescimento para o país nos próximos anos. A economia portuguesa tem uma incidência cada vez maior nos serviços,

e na especialização da indústria transformadora, inserindo-se em setores de maior incorporação tecnológica (MNE, n.d.-b).

### **Organizações Internacionais de Estados**

Portugal pertence apenas a uma organização para além das transversais a todos os PLP's, como é possível constatar através do esquema apresentado a baixo, onde são discriminadas as organizações assim como a respetiva data de adesão. Foi membro fundador da CPLP e do Fórum Macau, aderindo às restantes ONU e EU, 10 e 29 anos após a sua constituição, respetivamente (Reto et al., 2018).

**Figura 6 – Organizações das quais Portugal faz parte por data de adesão**



Fonte: Novo Atlas da Língua Portuguesa, p. 94-95

### **Dados Económicos Globais - PIB**

Portugal é, em 2014, o segundo maior país gerador de riqueza quando comparado aos outros países de Língua Portuguesa, com um PIB de € 173.044 milhões, contudo, graças ao elevado peso do PIB brasileiro, Portugal mesmo ocupando a segunda posição apresenta um peso de apenas 8,41% no total dos PLP's. Não obstante, quando se fala em PIB per capita, Portugal é absurdamente superior a todos os outros PLP's, com € 16.310, valor este superior em € 8.546 e € 8.179, à média dos PLP's e mundial, respetivamente (Reto et al., 2018).

### **Dados Económicos Globais - Comércio (Importações e Exportações)**

Em 2014, o comércio português, foi de € 105.115 milhões, sendo € 58.179 milhões representados pelas exportações e € 46.936 milhões pelas importações. Quando comparada com os outros países de Língua Portuguesa, Portugal representa 20% do total do comércio, sendo o segundo país de Língua Portuguesa a realizar mais transações externas, estando apenas a baixo do Brasil (Reto et al., 2018).

A Espanha tem um peso bastante significativo no comércio português, derivado do facto desta se ter tornado o primeiro parceiro comercial português por via da adesão à União Europeia, sendo tanto o seu maior fornecedor como cliente, e contribuindo assim para o peso da comunidade linguística espanhola de 32% nas importações e 26% nas exportações portuguesas (Reto et al., 2018).

A integração na zona Euro origina também um grande impacto no comércio português, por parte de outros países membros, onde os mais significativos logo após a Espanha, são a Alemanha e a França. Como consequência, quando falamos dos países de Língua Portuguesa, podemos verificar que têm um peso relativamente reduzido nas importações (4%) e exportações (10%), para e de Portugal, embora consiga ser ainda assim significativo, essencialmente graças ao peso de Angola, sobretudo no que diz respeito às exportações (Reto et al., 2018).

Quando analisamos o comércio português em relação ao seu PIB, obtemos uma taxa de abertura ao comércio de 61%, estando este indicador a cima da média dos países de Língua Portuguesa, e conferindo a quarta posição a Portugal (Reto et al., 2018).

### **Dados Económicos Globais - Investimento Direto Estrangeiro**

Em 2012, Portugal é o segundo maior país de Língua Portuguesa no que diz respeito à captação de investimento direto estrangeiro, representando 12% do seu total, e adquirindo por esta via € 85.726 milhões. O stock de IDE à entrada representa 50% do PIB português, conferindo a Portugal a terceira posição quando comparado com os restantes PLP's, estando abaixo apenas de Moçambique e Cabo Verde (Reto et al., 2018).

Os seus principais investidores são membros da União Europeia, por razões já mencionadas anteriormente, sendo os principais por ordem de importância a Holanda, a Espanha e o Luxemburgo. Apenas 3% do investimento em Portugal é originário de países de Língua Portuguesa, sendo o Brasil o principal responsável (Reto et al., 2018).

O investimento externo a partir de Portugal, é mais uma vez predominantemente para países da zona Euro, sendo os mais relevantes a Holanda e a Espanha. No entanto, os países de Língua Portuguesa conseguem mesmo assim ter um peso de 16% no stock de IDE à saída, graças ao elevado investimento realizado por Portugal em Angola e no Brasil (Reto et al., 2018).

Portugal é também o segundo maior país de Língua Portuguesa a investir no estrangeiro, representando 21% do total, e praticamente a totalidade quando agrupado ao

Brasil. Ainda em linha com a comparação de Portugal aos PLP's, verificamos que o stock de IDE à saída representa 31% do PIB português, o que faz de Portugal o país de Língua Portuguesa que mais investe quando analisado de uma perspetiva de riqueza produzida (Reto et al., 2018).

No caso de Portugal, onde a Holanda apresenta valores extremamente elevados na captação mas principalmente na realização de investimento em relação a outros países, é preciso ter em atenção que existe uma forte probabilidade de se tratarem de dados inflacionados, tendo em conta que por razões fiscais existem diversas empresas com sede na Holanda a exercer a sua atividade noutros países (Reto et al., 2018).

### **Energia**

Em 2015, Portugal produziu 5,77 milhões de toneladas equivalentes de petróleo, representando apenas 0,04% da produção mundial e 1,55% da produção dos quatro maiores PLP's (Angola, Brasil, Moçambique e Portugal), sendo o país com menor produção. A este facto alia-se o seu elevado consumo de eletricidade na ordem dos 48,99 terawatts/hora, apenas inferior ao consumo brasileiro, mas que representa somente 0,23% no consumo mundial (Reto et al., 2018).

O facto da sua produção não conseguir dar resposta ao seu consumo, faz com que Portugal tenha um défice, na ordem dos 17,22 milhões de toneladas equivalentes de petróleo, e seja por isso obrigado a importar (Reto et al., 2018).

As emissões de dióxido de carbono portuguesas, são de 44,92 milhões de toneladas e representam apenas 0,14% das emissões mundiais. Quando comparadas às emissões dos quatro PLP's referidos anteriormente Portugal tem um peso de 8,66%, sendo o segundo maior emissor (Reto et al., 2018).

### **Reservas de Água Doce, Mar e Plataformas Marítimas**

Em 2015, Portugal possuía 68,7 km<sup>3</sup> de reservas de água doce, sendo o quarto país de Língua Portuguesa neste domínio, e representando 0,79% do total dos PLP's e 0,13% do total mundial (Reto et al., 2018).

A plataforma marítima portuguesa, possui uma zona económica exclusiva de 1.727.408 km<sup>2</sup>, representando 1,24% do total mundial e 22,69% do total dos países de Língua Portuguesa, sendo Portugal o segundo maior país quando comparado a estes últimos, apenas a baixo do Brasil. A plataforma marítima portuguesa é 19 vezes a sua superfície terrestre, um dos países de Língua Portuguesa onde este indicador é mais elevado (Reto et al., 2018).

### **Mobilidade Humana**

Com base nos dez principais países de origem dos imigrantes em Portugal, concluímos que em 2015, a comunidade estrangeira neste país era representada em 65,33% por imigrantes originários de países de Língua Portuguesa, sendo o Brasil (27,51%) e Cabo Verde (17,33%) os principais países de origem. Portugal é ainda o país de eleição dos emigrantes provenientes de Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe. A China é também um dos principais países de origem dos emigrantes em Portugal, sendo responsável por 5,09% dos imigrantes (Reto et al., 2018).

Quando analisamos os dez principais destinos dos emigrantes portugueses, em 2015, os países da União Europeia são escolhidos por mais de metade das pessoas, mais concretamente por 51,81%, sendo a França o país de eleição dos portugueses, com 32,99%, seguida dos EUA e da Suíça, escolhidos por 18,16% e 9,52% das pessoas, respetivamente. Os países de Língua Portuguesa neste top (Brasil e Angola), têm um peso de 13,46% (Reto et al., 2018).

## **5.7. São Tomé e Príncipe**

### **Dados Gerais**

São Tomé e Príncipe é um pequeno estado insular, situado no Golfo da Guiné a 350 km da costa ocidental africana, organizado em seis distritos e uma Região Autónoma (Príncipe) (Banco Mundial, 2020a), com uma superfície de 1.001 km<sup>2</sup> (Reto et al., 2018).

A sua capital é São Tomé, a moeda oficial o Dobra (STD) e a língua oficial o português, embora também se fale Crioulo localmente (CPLP, n.d.-g). Quanto à sua população, São Tomé e Príncipe tinha 194 milhares de habitantes em 2016, prevendo-se um aumento gradual, dando origem a um total de 380 e 607 milhares de habitantes, em 2050 e 2100, respetivamente (Reto et al., 2018).

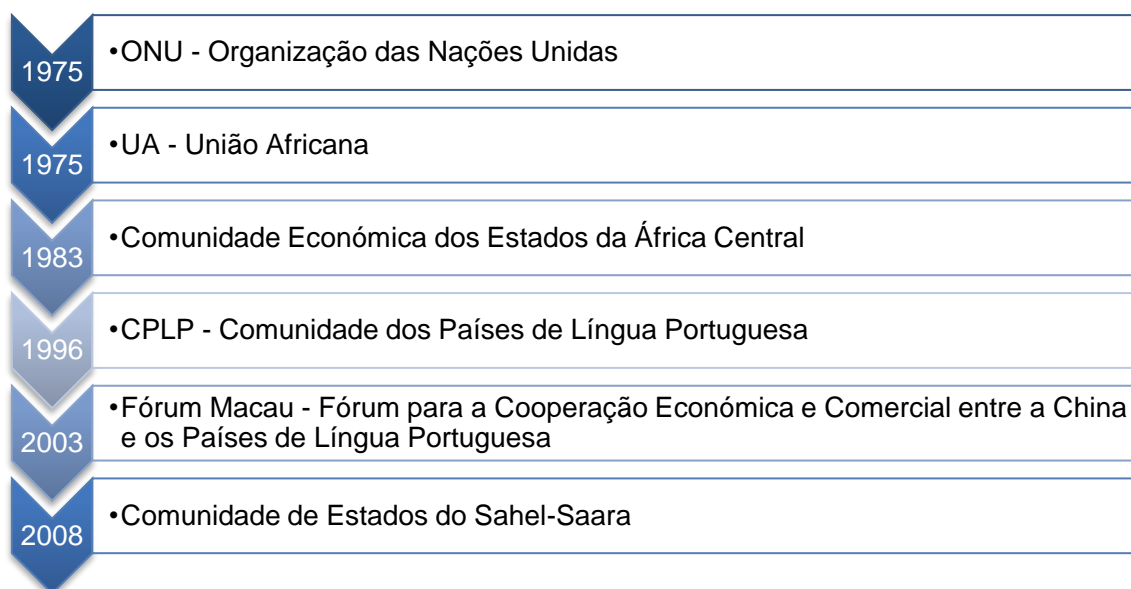


A economia são-tomense é frágil, como é típico em estados pequenos e insulares, fazendo com que seja altamente vulnerável a choques exógenos e tenha dificuldade em ter um orçamento equilibrado. Alguns dos fatores que potenciam a sua fragilidade, e travam o seu crescimento são a sua localização, a limitada disponibilidade de terras, o número limitado de pessoas e conseqüentemente de mão de obra. O crescimento de São Tomé e Príncipe deve-se essencialmente graças a ajuda externa e empréstimos governamentais (Banco Mundial, 2020a).

### **Organizações Internacionais de Estados**

São Tomé e Príncipe pertence a três organizações para além das transversais a todos os PLP's, como é possível constatar através do esquema apresentado a baixo, onde são discriminadas as organizações assim como a respetiva data de adesão. Foi membro fundador da Comunidade Económica dos Estados da África Central, da CPLP e do Fórum Macau, aderindo às restantes entre 10 e 30 anos após a sua constituição (Reto et al., 2018).

**Figura 7 – Organizações das quais São Tomé e Príncipe faz parte por data de adesão**



Fonte: Novo Atlas da Língua Portuguesa, p. 94-95

### **Dados Económicos Globais - PIB**

Em 2014, São Tomé e Príncipe situa-se no fundo da tabela quando comparado com os outros países de Língua Portuguesa no que diz respeito a geração de riqueza, com um

PIB de € 252 milhões. Todavia, o seu PIB per capita é o quinto melhor dentre estes países, com um valor de € 1.272, embora não deixe de ser substancialmente inferior quando comparado à média dos PLP's e mundial, com valores de € 7.764 e € 8.131, respetivamente (Reto et al., 2018).

### **Dados Económicos Globais - Comércio (Importações e Exportações)**

Em 2014, o comércio são-tomense, foi de € 135 milhões, sendo € 115 milhões representados pelas exportações e € 20 milhões pelas importações. Quando comparado com os outros países de Língua Portuguesa, São Tomé e Príncipe representa apenas 0,03% do total do comércio, ocupando última posição na tabela, sendo também o país de Língua Portuguesa a apresentar o menor volume tanto de importações e como de exportações (Reto et al., 2018).

No que diz respeito às importações, a comunidade linguística portuguesa apresenta um enorme peso (74%), em relação a todas as outras, sendo os principais fornecedores são-tomenses Portugal e Angola. A China como terceiro maior fornecedor concede à comunidade linguística chinesa um peso de 5% nas importações para São Tomé e Príncipe (Reto et al., 2018).

As exportações de São Tomé e Príncipe são bastante dispersas geograficamente, sendo a Bélgica, a Rússia e a Espanha três dos clientes mais relevantes. Onde a Bélgica é o primeiro destino das exportações são-tomenses graças à sua especialização na produção de cacau (Reto et al., 2018).

Mesmo sendo o país com menos comércio dos PLP's, quando analisamos o comércio são-tomense em relação ao seu PIB, é obtida uma taxa de abertura ao comércio de 54%, o que confere a quinta posição a São Tomé, sendo este indicador bastante favorável (Reto et al., 2018).

### **Dados Económicos Globais - Investimento Direto Estrangeiro**

A captação de investimento externo de São Tomé e Príncipe, em 2010, foi de € 19 milhões, sendo realizado na sua totalidade por Portugal. O stock de IDE à entrada representa apenas 7% do PIB são-tomense, conferindo a São Tomé e Príncipe o penúltimo lugar na tabela, quando comparado com os restantes PLP's (Reto et al., 2018).

Como foi referido várias vezes, a realização de investimento por parte dos países de Língua Portuguesa é algo relativamente recente, não sendo realizado em grande escala

na maioria. No caso de São Tomé e Príncipe eles não são realizados de todo, sendo um dos dois únicos países de Língua Portuguesa onde tal acontece, juntamente com Timor-Leste (Reto et al., 2018).

### **Reservas de Água Doce, Mar e Plataformas Marítimas**

Em 2015, São Tomé e Príncipe possuía apenas 2,20 km<sup>3</sup> de reservas de água doce, sendo o segundo menor país de Língua Portuguesa neste domínio, a cima apenas de Cabo Verde, representando 0,03% do total dos PLP's e um peso consideravelmente baixo no total mundial (Reto et al., 2018).

A plataforma marítima são-tomense, possui uma zona económica exclusiva de 131.397 km<sup>2</sup>, representando 0,09% do total mundial e 1,73% do total dos PLP's, conferindo a São Tomé e Príncipe o sexto lugar relativamente a estes últimos (Reto et al., 2018).

### **Mobilidade Humana**

Com base nos dez principais países de origem dos imigrantes em São Tomé e Príncipe, concluímos que em 2015, a comunidade estrangeira neste país era representada em 89,86% por países de Língua Portuguesa, sendo Cabo Verde (58,30%) e Angola (15,31%) as principais origens. Os restantes emigrantes proveem do Gabão (Reto et al., 2018).

Quando analisamos os dez principais destinos dos emigrantes são-tomenses, em 2015, os países de Língua Portuguesa são escolhidos pela maioria das pessoas (83,75%), sendo Portugal (52,32%) e Angola (25,18%) os principais destinos. Os restantes emigrantes são-tomenses, escolhem preferencialmente países da União Europeia ou o Gabão (Reto et al., 2018).

## **5.8. Timor-Leste**

### **Dados Gerais**

Timor-Leste situa-se no Sudoeste Asiático, tem uma superfície de 15.007 km<sup>2</sup> e faz fronteira com a Indonésia (Reto et al., 2018). A sua capital é Díli, as línguas oficiais o português e o tétum, e as moedas utilizadas o dólar norte-americano (USD) e o “centavo” moeda cunhada pelo Estado para facilitar as trocas comerciais (CPLP, n.d.-h).

Quanto à sua população, Timor-Leste tinha 1.211 milhares de habitantes em 2016, prevendo-se um aumento gradual, dando origem a um total de 2.421 e 3.848 milhares de habitantes, em 2050 e 2100, respetivamente (Reto et al., 2018).

Emergindo de décadas de conflito, Timor-Leste tornou-se o primeiro novo Estado soberano do século XXI em maio de 2002. Embora se verifiquem progressos significativos em áreas chave após ter conquistado a sua independência, continua a ser um país frágil. Os recursos naturais são uma fonte de crescimento importante, no entanto é necessário direcionar esforços no aumento de produtividade e eficácia das despesas governamentais (Banco Mundial, 2020b).

### **Organizações Internacionais de Estados**

Timor-Leste pertence apenas às três organizações transversais a todos os PLP's, tendo sido membro fundador apenas no Fórum Macau, e aderindo à ONU e à CPLP, 57 e 6 anos após a sua constituição, respetivamente (Reto et al., 2018).

### **Dados Económicos Globais - PIB**

Em 2014, tanto ao nível do PIB como do PIB per capita, Timor-Leste situava-se em sexto lugar quando comparado com os outros países de Língua Portuguesa. O PIB timorense era de € 1.170 milhões, e o PIB per capita de € 1.017, sendo substancialmente inferior à média dos PLP's e mundial, mais concretamente em € 6.747 e € 7.114, nesta ordem (Reto et al., 2018).

### **Dados Económicos Globais - Comércio (Importações e Exportações)**

Em 2014, o comércio timorense, foi de € 551 milhões, sendo € 448 milhões representados pelas importações e € 103 milhões pelas exportações, o que demonstra uma importância muito maior das importações do que das exportações para a economia do país. Quando comparada com os outros países de Língua Portuguesa, Timor-Leste

representa apenas 0,10% do total do comércio, ocupando a sexta posição na tabela (Reto et al., 2018).

Os principais fornecedores timorenses são países do Sudoeste Asiático, devido à sua proximidade geográfica, sendo os maiores responsáveis pelas importações por ordem de relevância a Indonésia, a Singapura, a Tailândia, a Malásia e a China. O que suporta o facto da comunidade linguística chinesa ter um peso de 28% nas importações timorenses (Reto et al., 2018).

Mais de 65% das exportações timorenses são para a República da Coreia, seguindo-se o Japão com um peso de cerca de 10%. A comunidade linguística portuguesa possui apenas 5% das exportações, com destaque para o Brasil (Reto et al., 2018).

Quando analisado o comércio timorense em relação ao seu PIB, é obtida uma taxa de abertura ao comércio de 44%, sendo a segunda mais baixa em relação aos restantes PLP's, embora ainda bastante superior à do Brasil (19%) (Reto et al., 2018).

### **Dados Económicos Globais - Investimento Direto Estrangeiro**

A captação de investimento externo de Timor-Leste, em 2010, foi de € 45 milhões, sendo o principal investidor a Índia (70%), seguida dos EUA (17%) e da China (13%). O stock de IDE à entrada representa apenas 4% do PIB timorense, conferindo a Timor-Leste o último lugar na tabela, quando comparado com os restantes PLP's (Reto et al., 2018).

Como foi referido várias vezes, a realização de investimento por parte dos países de Língua Portuguesa é algo relativamente recente, não sendo realizado em grande escala na maioria. No caso de Timor-Leste eles não são realizados de todo, sendo este um dos dois únicos países de Língua Portuguesa onde tal acontece, juntamente com São Tomé e Príncipe (Reto et al., 2018).

### **Reservas de Água Doce, Mar e Plataformas Marítimas**

Em 2015, Timor-Leste possuía 8,2 km<sup>3</sup> de reservas de água doce, sendo sexto país de Língua Portuguesa neste domínio, apenas superior a São Tomé e Príncipe e a Cabo Verde, e representando 0,09% do total dos PLP's e 0,02% do total mundial (Reto et al., 2018).

A plataforma marítima timorense, possui uma zona económica exclusiva de 70.326 km<sup>2</sup>, representando 0,05% do total mundial e 0,92% do total dos PLP's, sendo o país de Língua Portuguesa com menor ZEE (Reto et al., 2018).

### **Mobilidade Humana**

Com base nos dez principais países de origem dos imigrantes em Timor-Leste, concluímos que em 2015, é possível concluir que as comunidades estrangeiras neste país são provenientes maioritariamente de países com os quais têm proximidade geográfica, como a Indonésia (60,10%) e a China (12,44%). Os países de Língua Portuguesa representam apenas 5,52% dos imigrantes em Timor-Leste (Reto et al., 2018).

Quando analisamos os dez principais destinos dos emigrantes timorenses, em 2015, constatamos o mesmo que para os imigrantes, ou seja, os países mais escolhidos são predominantemente os países com proximidade geográfica, sendo a Indonésia (58,72%) e a Austrália (30,06%) os mais relevantes. Os países de Língua Portuguesa são escolhidos apenas por 4,64% dos emigrantes timorenses (Reto et al., 2018).

## 6. Macau e o Fórum Macau

Quando em 1999 houve a transferência de soberania de Macau da República Portuguesa para a República Popular da China este já tinha sido ocupado e governado por portugueses durante 443 anos, ou seja, praticamente metade do último milénio.

A expansão naval portuguesa começou no século XV com a conquista de Ceuta aos Mouros no norte de África, em 1415, pelo Príncipe D. Henrique, o Navegador.

Vasco da Gama chega a Calecute em 1498, marcando a descoberta do caminho marítimo para a Índia, sendo nesta ocasião que mercadores chineses e portugueses se encontram pela primeira vez. Concluída a expedição, e iniciada uma nova relação comercial, Vasco da Gama volta a Portugal com porcelanas adquiridas em Calecute onde os chineses tinham um entreposto comercial denominado “Chinacota”, que se traduz em fortaleza dos chins (Keil as cited in Galinha, 2017).

Afonso de Albuquerque conquista Ormuz em 1507, Goa em 1510 e Malaca em 1511 abrindo assim a rota para o mar da China Meridional (Jin & Wu as cited in Galinha, 2017). É então em 1513 que a primeira expedição portuguesa liderada por Jorge Álvares chega a Tamão (hoje parte de Hong-Kong) realizando bons lucros ao vender especiarias aos chineses. Em 1515, Rafael Perestrelo embarcou na segunda expedição portuguesa à China baseada nos mesmos termos que a primeira sendo também esta bem-sucedida.

Em 1517, uma frota portuguesa de oito navios liderada por Fernão Peres de Andrade segue em direção à China e, apesar de alguns sérios desentendimentos iniciais, estabeleceu boas relações com os representantes imperiais chineses. Andrade anunciou a sua chegada com disparos de canhão antagonizando desta maneira os cidadãos locais. Após tal acontecimento, apenas foi possível convencer os chineses de que não haveria hostilidade da parte destes europeus através da personalidade e integridade de Andrade.

Contudo, a conquista portuguesa de Malaca foi considerada como um ato de agressão uma vez que o Império Chinês era suserano desse território.

Como retaliação, as autoridades chinesas expulsaram ou prenderam os portugueses e baniram o comércio com Portugal. Seguiram-se anos de encontros sangrentos entre ambas as partes.

À medida que o tempo passava as autoridades chinesas começaram a aperceber-se dos “benefícios” das trocas comerciais com os portugueses, autorizando graças a tal o

comércio com os mesmos na região de Cantão durante a década de 1550. Em 1553, os portugueses desembarcaram em Macau, “um lugar remoto e obscuro” para reparar os navios e secar mercadorias (Fok as cited in Galinha, 2017). A esta data, Macau já era povoada por pescadores e camponeses chineses. Quando questionados sobre o nome daquela terra os nativos assumiram que lhes estavam a perguntar pelo templo “Ma Kok”, surgindo assim a denominação “Macau” em português do “Ma Kok” em fujinense (Hao, 2011).

Em 1557, os portugueses estabelecem-se em Macau através de uma “cessão de arrendamento” que lhes permitia administrar o território através de um pagamento às autoridades de Guandong. Isto tratava-se de uma “autorização temporária de pousar” (zhanxuqixi) como definido no documento mais antigo da Dinastia Ming em relação ao estabelecimento dos portugueses datado de 1631 (Jin & Saldanha as cited in Galinha, 2017). Esta “cedência” do território foi feita não só por razões comerciais, mas também por considerações de defesa e segurança, tendo em conta que os mercadores portugueses ofereciam “serviços extra” sendo um deles a segurança da costa chinesa (Fok as cited in Galinha, 2017).

Até à fundação de Hong-Kong como colónia britânica, Macau era o maior posto de comércio europeu com a Ásia. Apesar de existirem ainda conflitos entre chineses e portugueses a cooperação entre estes tornou-se consistente no momento em que Macau se viu confrontada com ameaças externas, nomeadamente por parte dos holandeses e dos britânicos (Hao, 2011).

Depois da Segunda Guerra do Ópio, que terminou também em derrota chinesa às mãos de várias potências europeias, os portugueses aproveitaram de novo a situação de fragilidade do Império do Meio para criar o tratado sino-português de 1862, um tratado desigual que não seria retificado pelas autoridades chinesas até 1887, originando a essa data uma nova versão aprovada por representantes dos dois países. A primeira versão deste tratado incluía um artigo sobre a “perpétua ocupação e governo de Macau por Portugal” (Conceição as cited in Galinha, 2017). No entanto, a noção de “perpétua ocupação e governo de Macau por Portugal” era interpretada pelos portugueses como a soberania de Portugal sobre o território e apenas e só como transferência de “direitos de administração” pelos chineses, que defendem que Macau nunca foi cedido a Portugal ao contrário do que se verificou no caso de Hong Kong ao Reino Unido. Entre os séculos XVIII e XX foram feitas “imposições e/ou ameaças de corte ao abastecimento da cidade” (Yee as cited in Galinha, 2017).



Após a instauração da República da China e o fim da governação dinástica, o governo nacionalista do Kuomintang revogou todos os tratados celebrados com as potências ocidentais (Morbey as cited in Galinha, 2017). Tal revogação acontece em 1928, dezasseis anos após a sua tomada de poder e um ano depois do início da Guerra Civil Chinesa que culmina na derrota do Kuomintang às mãos dos comunistas de Mao Tsé-Tung em 1949. Portugal não reconheceu o novo governo comunista chinês e continuou a apoiar o regime do Kuomintang agora exilado em Taiwan apoiando em 1955 a sua entrada nas Nações Unidas (Fernandes as cited in Galinha, 2017).

A Guerra da Coreia, em 1950, degradou ainda mais as relações entre os dois países, uma vez que Portugal se alinou com os Estados Unidos na política de embargo económico e comercial contra a China comunista (Yee as cited in Galinha, 2017).

Durante o período da “Revolução Cultural” as tensões às portas de Macau chegaram a um ponto especialmente delicado no incidente que ficou conhecido por “Motim 1-2-3” em dezembro de 1966. As tensões escalaram graças a um desentendimento entre residentes chineses em Macau e a administração portuguesa. Isto fez com que as forças de segurança de Macau respondessem com violência, prendendo alguns dos responsáveis de associações de moradores chineses assim como operários da construção. No dia 2 de dezembro, a Rádio Pequim anunciou que as autoridades portuguesas de Macau tinham feito “uma agressão premeditada do tipo fascista”, o que simbolizou o apoio chinês às manifestações levando a que no dia 3 os manifestantes tentassem por múltiplas vezes invadir o Palácio do Governo. A administração de Macau declarou lei marcial para pacificar a população e dos protestos resultaram 11 mortos e cerca de 200 feridos.

O incidente mostrou o quão débil se estava a tornar a administração e reforçou a influência chinesa em Macau. Como entregar Macau à RPC não era opção para manter o controlo do território as autoridades portuguesas fizeram no início de 1967 um duplo acordo com a população local e com as autoridades de Guangdong, no qual o Governo de Macau sacrificava parte do seu controlo para manter a soberania.

Tudo isto deixava a cidade de Macau numa situação delicada, uma vez que a atividade e a vida na cidade dependiam do abastecimento de diversos bens, incluindo bens essenciais, que eram fornecidos na sua grande maioria pela RPC, para onde iam algumas “quantidades de combustíveis” e de onde vinham carregamentos de arroz (Fernandes as cited in Galinha, 2017).

A década de 1970 vem mudar não só todo o paradigma das relações sino-lusas, mas também as relações da China com o resto do mundo. A República Popular da China passa a ser “o único representante da China nas Nações Unidas” em 1971 substituindo os representantes de Taipé. Tendo em conta a frágil situação de Macau, a tentativa de redução da dependência dos aliados tradicionais assim como a aproximação destes à China na mesma década, Portugal votou favoravelmente a esta mudança de representação.

Apesar deste reconhecimento da RPC, para os chineses Hong-Kong e Macau continuavam a ser território ocupado pelo Reino Unido e Portugal, respetivamente, e seriam questões que deveriam ser resolvidas de forma adequada, quando a oportunidade se apresentasse. Desta forma a RPC trouxe as negociações da integração destas cidades para o plano bilateral, evitando a presença de outros agentes ou nações em tais negociações.

No caso de Macau, a Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974 muda o ritmo destas negociações. No programa do Movimento das Forças Armadas (MFA), Lei constitucional n.º 7/74 está implícito “o reconhecimento do direito à autodeterminação, com todas as suas consequências, inclui a aceitação da independência dos territórios ultramarinos”. Numa nota do Ministério dos negócios estrangeiros de 6 de janeiro de 1975, Macau seria um motivo de negociações no momento que for considerado apropriado pelos dois Governos, Taiwan considerado “parte integral” da RPC sendo esta a representante legítima do povo chinês (Mendes as cited in Galinha, 2017).

A constituição portuguesa de 1976 explicitou também que Macau não era parte integrante de Portugal, e que do ponto de vista formal as autoridades portuguesas apenas administravam o território (Mendes as cited in Galinha, 2017).

Em maio de 1985 o então presidente da República de Portugal, Ramalho Eanes reuniu-se com o então primeiro-ministro chinês. Este encontro viria a dar luz a uma declaração conjunta dos dois países através da qual se iniciariam brevemente negociações para resolver a questão de Macau (Mendes as cited in Galinha, 2017).

Estas negociações demonstraram, no entanto, uma “relativa falta de experiência negocial com a China”. Os tradutores da comitiva portuguesa que vinham de Macau eram fluentes no cantonês, a língua mais comum em Guangdong, mas não em mandarim, a língua dos enviados da delegação chinesa. Estes, ao contrário da delegação chinesa

também não tinham qualquer “especialização em terminologia de Ciência Política ou Direito” (Ramos, 2017).

A transferência de soberania de Macau de Lisboa para Pequim foi feita sob a fórmula “um país, dois sistemas” o que permitiu um elevado grau de autonomia a nível executivo, legislativo e judicial. Nos últimos 20 anos, ou seja, após a transição, Macau tornou-se na capital mundial do jogo, sendo um dos territórios do planeta com maior PIB per capita. No vigésimo aniversário da transferência de soberania o atual porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros Geng Shuang realçou a natureza do processo de transição como baseado na “amizade e confiança mútua”, salientando que as autoridades portuguesas expressaram “alta apreciação” pela prática bem-sucedida da fórmula “um país, dois sistemas” (RTP, 2019).

Desde 2003 que os países lusófonos se tornaram o mais importante elo de ligação exterior a Macau. Com o intuito de melhorar os instrumentos de relações internacionais da China com o resto do mundo, o governo chinês criou nesse mesmo ano uma nova iniciativa, o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, mais conhecido por Fórum Macau. O fórum, como o nome indica, existe para o aprofundamento das relações entre a China e os países lusófonos usando a Região Administrativa Especial de Macau como plataforma de cooperação sino-lusófona.

No final da 1ª reunião ministerial do fórum, em 2003, foram definidas uma série de linhas de atuação para reforçar a cooperação entre os participantes, passando essencialmente por: intensificação do intercâmbio de informação, melhoria do clima de investimento de acordo com as normas internacionais, organização de feiras comerciais, promoção de empreendimentos conjuntos, diversificação da cooperação, desenvolvimento da agricultura, construção de infraestruturas, e desenvolvimento de recursos naturais e humanos. Tais linhas de atuação têm sido constantemente melhoradas à medida que novas reuniões ministeriais são realizadas (Alves, 2008).

O fórum não só recebe reuniões dos ministérios dos Negócios Estrangeiros dos estados-membros como tem o seu próprio Secretariado Permanente. Este é o braço institucional do Fórum Macau, responsável por assegurar o apoio logístico e financeiro às iniciativas multilaterais do fórum. É composto por um secretário-geral nomeado pelo Ministro do Comércio da RPC, um secretário-geral adjunto nomeado pelos países lusófonos e um representante de cada um destes. Paralelamente o governo de Macau,

através do Secretário para a Economia e Finanças, é responsável pelo Gabinete de Apoio que recebe fundos para promover as atividades relacionadas com o fórum (Matias, 2009).

O Fórum Macau tem como vantagem o facto de permitir à China comunicar numa forma multilateral com os países lusófonos sem ser obrigada a contactar com a organização pré-existente dos mesmos. Um dos exemplos da mais valia da utilização desta abordagem para a China foi o facto de São Tomé e Príncipe ter ainda relações oficiais com Taipé à data da criação do fórum, apenas retomando as relações com a China em 2016, o que criava constrangimentos no relacionamento chinês com a CPLP, e por consequente com os restantes Estados membros dela pertencentes. Por outro lado, existe uma preferência por parte das autoridades chinesas por um espaço de comunicação entre a China e os países de Língua Portuguesa que tenha nascido através de uma iniciativa chinesa. Desta forma, a China consegue negociar usando o seu *soft power* e diplomacia para se apresentar como “um parceiro responsável e generoso” que simbolicamente não só trás todos os países envolvidos à mesa de discussão como os põe no mesmo patamar. Isto contribui para melhorar a imagem da China não só com os países lusófonos, mas também com os restantes países com os quais esta tem ligações diplomáticas, especialmente aqueles com fortes laços económicos, promovendo o seu estatuto como superpotência responsável (Matias, 2009).

Ao adicionar uma dimensão multilateral nas relações bilaterais, a China, devido à sua posição económica global, consegue ser tanto o anfitrião como o impulsionador do desenvolvimento das relações com os países em questão.

À medida que relações diplomáticas e económicas se desenvolvem e aprofundam, tanto de forma multilateral como bilateral, com certos países lusófonos como é o caso de Angola e do Brasil, a China pode também usar a esfera multilateral do Fórum Macau para convencer outros países de Língua Portuguesa a seguir o exemplo, aprofundando e/ou acelerando desta forma as suas próprias ligações ao país asiático.

O Fórum Macau trás também à cidade que lhe dá nome outra dimensão internacional, para além do facto de se tratar da maior cidade casino do mundo, ou como é repetidamente mencionada a “Las Vegas da Ásia”, reforçando a sua singularidade.

Tendo em conta o passado histórico da cidade, referido anteriormente, a sua ligação a Portugal e à Língua Portuguesa tornam propício o desenvolvimento de cooperação económica e comercial. Uma vez que, mesmo falada por uma muito pequena parte da população, a Língua Portuguesa continua a ser uma importante língua de trabalho na

administração pública, sistema legal e serviços públicos. Mais concretamente, cerca de 40% dos funcionários públicos macaenses têm conhecimento da Língua Portuguesa, aos quais se juntam todos os anos centenas de chineses que a estudam dentro e fora de Macau. Este fenómeno facilita a tarefa para empreendedores chineses que queiram entrar no mercado lusófono, mas também torna mais fácil para empreendedores de países lusófonos que queiram investir na China, servindo assim como ponte entre as culturas dos países que fazem parte do fórum, e impulsionando a criação duma câmara de comércio sino-lusófona por empresários do setor privado, a Associação Comercial para os Mercados Lusófonos (ACIML) (Matias, 2009).

O desenvolvimento das relações entre a China e os países lusófonos não se limita à esfera comercial, passando também por outros tipos de atividades. Desde 2003 que Macau é a cidade anfitriã de conferências relacionadas com diversas indústrias, nomeadamente dos seguintes ramos, aeronáutica, radiodifusão televisiva, banca, música e até mesmo festivais gastronómicos (Matias, 2009).

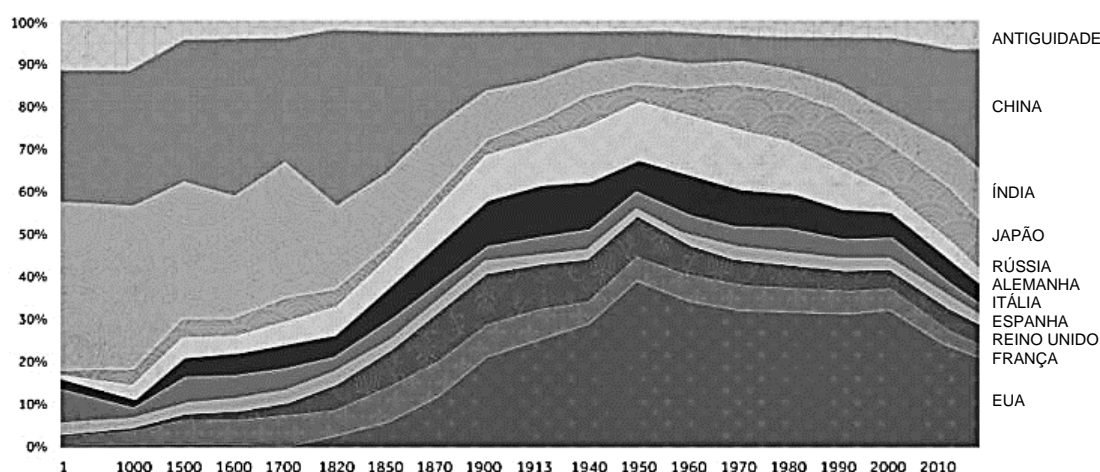
O comércio entre Macau e os países lusófonos tem aumentado de uma forma estável desde a criação da Região Administrativa Especial de Macau, mas apenas representa uma pequena parte do comércio externo da cidade (Matias, 2009).

Macau, é atualmente, um lugar único e intrigante. A sua história vai para além da cidade em si, estando intrinsecamente ligada à história de desenvolvimento da China e, ao mesmo tempo, à história e cultura portuguesa como nenhum outro país asiático.

## 7. República Popular da China

China, ou pelo nome oficial, República Popular da China (RPC) é um país que, na realidade atual das relações internacionais, se tornou para além de incontornável, presente em toda a parte. No nosso dia-a-dia é constante a presença da China, seja pelos produtos que usamos e que se tornaram parte intrínseca da nossa rotina, ou pela menção contante na comunicação social. Estamos a falar duma nação geograficamente maior que os Estados Unidos da América, com 1 300 milhões de habitantes e cuja economia nas últimas décadas tem crescido exponencialmente, tornando-se desta forma na 2ª maior economia mundial. Este progresso permitiu retirar da pobreza cerca de 740 milhões de pessoas levando a China a (re)tomar uma posição de importância na esfera geopolítico global.

**Gráfico 1 – Produção das potências mundiais nos últimos 2.000 anos**



Fonte: *18 of the last 20 centuries China and India were the biggest economies – Evert-Jan Ouweneel, 2019*

Trata-se de uma nação com uma longa história, sendo uma das mais antigas civilizações do mundo. Floresceu durante maior parte do período dinástico, quando a China representava boa parte da economia mundial, até ao século XIX período conhecido na China como o século da Humilhação, onde a derrota nas Guerras do Ópio (1839-1842;1856-1860) reduziu a nação asiática a um estado semicolonial e semifeudal. A governação dinástica durou até à Revolução de 1911 liderada por Sun Yat-Sen que derrubou o poder feudal dinástico e estabeleceu a República da China. Este novo regime tinha ideias democráticas, mas herdou imensos problemas da governação dinástica, como o atraso tecnológico e tratados desiguais entre a China e as potencias ocidentais. Estes problemas foram a causa direta para o aparecimento do Movimento de 4 de maio de 1919,

evento histórico considerado como a origem ideológica de muitos dos eventos importantes da história moderna na China, e que culminou na guerra civil chinesa que terminara apenas em 1949 com a vitória das forças comunistas, formando a República Popular da China sob a liderança do Partido Comunista Chinês (PCC) que governa o país desde então.

Em 1979, quando começaram as reformas económicas e políticas de Deng Xiaoping, a China era a 7ª maior economia do mundo com um Produto Interno Bruto (PIB) de \$ 178,281 mil milhões, enquanto que o da economia americana era na altura de \$ 2,627 biliões, a discrepância torna-se ainda mais evidente quando comparado o PIB per capita dos dois países nessa mesma data, sendo o chinês de \$ 184 e o americano de \$ 11.672 (Banco Mundial, 2019). Desde então, a China apresenta um crescimento anual médio de aproximadamente 9,8%, devido ao desenvolvimento da manufatura e produção nacional que lhe concedeu a fama de “fábrica do mundo”, assim como à abertura de mercados que o tornou possível, impulsionando o desenvolvimento do mercado interno chinês que cresceu em média 16,6% por ano. Em 2009, a China ultrapassou o Japão e tornou-se a segunda maior economia do mundo, substituindo nesse mesmo ano a Alemanha como o maior exportador de bens (Lin, 2015). Nenhum país na história da humanidade cresceu tão rápido como a China nas últimas 3 décadas, contudo recentemente a economia chinesa tem visto o seu crescimento económico diminuído em relação à média referida acima. No entanto, continua com um crescimento superior aos seus “rivais” estrangeiros, podendo crescer em média 8% nos próximos 20 anos.

Tal fenómeno deve-se em parte à vantagem do atraso relativo às potências ocidentais, sendo o PIB per capita chinês 21% do PIB per capita americano, o que permite à China usufruir desta diferença para manter níveis de crescimento enquanto a reduz. Por outro lado, a expansão chinesa permitiu que ela passasse de mera produtora de bens para agente mundial de inovação. Para que a China se consiga tornar líder nos ramos da tecnologia e da indústria é necessário que esta utilize as vantagens comparativas nos setores onde estas existem, criando assim condições para atingir o objetivo do 18º Congresso do Partido Comunista Chinês de se tornar a maior economia mundial até 2050 (Hao, 2011).

Apesar do invejável crescimento e estabilidade chineses, o processo de reforma e expansão trouxe também vulnerabilidades, problemas estruturais e enorme disparidade na distribuição de rendimentos, consumo e poupanças. Quando as reformas começaram a China era uma economia pobre, mas relativamente igualitária, contudo o rápido crescimento económico trouxe distribuição de riqueza cada vez mais desigual. O

coeficiente de Gini, medida usada para medir desigualdade económica, aumentou de 0.31 em 1981 para 0.47. O consumo como percentagem do PIB baixou de 50% para 35%, a criação de ativos fixos tangíveis aumentou de 30% para 45% do PIB, e o peso das exportações na economia cresceu de um valor quase inexistente para 8,8% do PIB. O rácio de consumo em relação ao PIB é também revelador do padrão de distribuição da riqueza, uma vez que a propensão marginal a consumir é menor quanto maior for a riqueza. Isto é um sintoma do difícil acesso a serviços de crédito na China para as famílias com rendimentos mais baixos, sendo estes destinados a ricos e às grandes empresas (Lin, 2015).

O desenvolvimento industrial levou muita da população chinesa a mudar-se do meio rural para os centros urbanos em procura de emprego, o que fez com que as distribuições de rendimento, e não apenas de população, pelo território chinês se tornassem mais concentradas na zona costeira, por ser onde se localizam os centros industriais. Quando a República Popular da China foi fundada, em 1949, tinha 132 cidades no total, o que representava uma taxa de urbanização de 10,75%, com 57,67 milhões de habitantes nas cidades. Nos finais de 2009, excluindo as Regiões Administrativas Especiais (SAR), existiam já 654 cidades e uma população urbana de 621 milhões representando uma taxa de urbanização de 46,59% (Lin, 2015).

Posto isto, é possível concluir que o desenvolvimento da República Popular da China nos últimos anos é algo único na história da humanidade, não só pelo chamado “milagre” económico, mas também pelo rápido desenvolvimento de condições de vida da população chinesa que permitiu a 800 milhões de chineses sair da pobreza (People.cn., 2017).

As lições que a China aprendeu nas últimas três décadas são úteis não só para a sua evolução, mas também, e talvez mais importante, para todos os países em desenvolvimento. Uma vez que, estes têm a oportunidade de absorver a experiência chinesa, seja pela análise externa de todo o processo, ou pelo contacto comercial e/ou diplomático com a nação asiática. Assim, cada um destes países possui a oportunidade de acelerar o seu crescimento, desenvolvendo a sua indústria e a sua capacidade produtiva tendo em consideração as vantagens comparativas com um país em concreto, podendo ainda aproveitar tecnologias e estruturas de nações terceiras para aumentar o seu progresso (Lin, 2015). Isto não implica abertura total aos mercados mundiais, mas é através do balanço entre a interação com os mercados, sejam estes nacionais ou estrangeiros, e a gestão pública que permite estabelecer objetivos e planos nacionais de desenvolvimento. Essa é apenas uma das lições que pode ajudar países a crescer, tendo



em conta que na China a transição não se limitou pela abertura agressiva aos mercados, uma vez que esta abordagem poderia ser catastrófica, como se verificou na Rússia nos anos 1990, passando sim por uma transição planeada, estruturada e pensada que não só permitiu manter a elite política chinesa, como desenvolver o país.

Há 40 anos poucos foram os que pensaram que um crescimento chinês desta magnitude fosse possível, assim como há 30 anos poucos consideraram que tão cedo alguma nação viria a estar tão perto da hegemonia americana. Deste modo, a República Popular da China continua a florescer e a crescer, tentando colocar-se na posição de líder do mundo em desenvolvimento, com o qual as relações ainda têm muito por onde se aprofundar, nomeadamente com países do continente africano.

## 8. História das Relações Sino-Africanas

Para entendermos melhor a atual relação entre os países PALOP e a China temos de recuar no tempo e analisar a relação entre o dragão do oriente e o continente africano.

No século XV o Almirante chinês Zheng He navegou pelas águas do leste africano, mas ao contrário dos exploradores europeus, não foram criadas colónias chinesas em África, sendo a política de expansão chinesa baseada na criação de estados tributários e não na ocupação direta do território. Apesar de alguns contactos terem sido criados, perderam-se quando o Império do Meio chamou a sua vasta frota de volta para o Mar da China para se concentrarem nos tantos problemas que um vastíssimo reino desse século teria.

As relações sino-africanas como as conhecemos hoje têm origem não há séculos atrás, mas sim durante a segunda metade do século XX e estão fortemente ligadas ao processo de Libertação dos Povos Africanos do jugo colonial europeu.

Depois do maior e mais destrutivo conflito da história da Humanidade que deixou uma nova correlação de forças no espectro geopolítico, com uma Europa debilitada por 6 anos de contínua carnificina, foi-se abrindo uma janela para que estes países começassem a revoltar-se contra os seus “mestres” europeus. Mas mesmo debilitados, os países europeus não iriam abrir mão facilmente dos seus territórios ultramarinos e é assim, que países como os Estados Unidos da América, a União Soviética e a República Popular da China se chegaram à frente para apoiar estes movimentos de libertação criando precedentes de ajuda com os países africanos que pouco a pouco iam ganhando a sua independência, fosse por insurreição ou luta armada.

Considerando então que a real origem desta relação data de meados do século XX e do processo de libertação dos povos de África podemos dividi-la em 7 períodos:

1. Década de 1950, promoção dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, a Conferência e a Atuação chinesa;
2. Década de 1960, a estratégia de duas zonas intermediárias;
3. Década de 1970, os três mundos;
4. Década de 1980, Deng Xiaoping e a abertura controlada da China;
5. Década de 1990, fim da Guerra Fria e nova correlação de forças mundiais;
6. Década de 2000, auge da relação sino-africana;

7. Década de 2010 até a atualidade, aprofundamento da relação e o potencial criado através da mesma do ponto de vista político-económico.

### **8.1. Década de 1950 - Promoção dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, a Conferência e a Atuação Chinesa**

Como mencionado anteriormente no pós 2ª Guerra Mundial iniciou-se um processo histórico na luta pela independência dos países do chamado “terceiro mundo”. A República Popular da China é proclamada em 1949, depois da vitória dos comunistas liderados por Mao Tsé-Tung na Guerra Civil Chinesa, considerada pelo regime atual como uma emancipação da China continental de interferência estrangeira.

Tendo em conta a natureza da revolução chinesa, a ajuda aos movimentos de libertação africanos vai de encontro aos ideais revolucionários de Mao, de luta contra o imperialismo e o colonialismo à escala mundial.

O início da participação nesta cadeia de eventos históricos é marcado por dois acontecimentos importantes: a proclamação dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica em 1954 e a Conferência de Bandung em abril de 1955.

Os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica foram criados como resposta ao processo de descolonização e oficializados pelo primeiro-ministro e ministro dos negócios estrangeiros chinês Zhou EnLai durante a sua visita à Índia em dezembro de 1954. Sendo os seguintes:

- Respeito mútuo da soberania e da integridade territorial;
- Não agressão;
- Não ingerência nos assuntos internos;
- Igualdade e vantagens recíprocas;
- Coexistência pacífica.

Estes fundamentos passaram a servir como guia para a estratégia e para as relações entre a jovem República Popular da China e outros países, permitindo-lhe assumir uma posição de liderança entre os países em desenvolvimento enquanto os mesmos começavam a acertar a sua soberania e independência.

A Conferência de Bandung realizada entre 18 e 24 de abril na cidade de Bandung na Indonésia, sendo a 1ª conferência, teve presentes os líderes de quase trinta nações

asiáticas e africanas. Nas palavras do primeiro-ministro Zhou EnLai: “Foi um dos primeiros passos da cooperação política entre os países em desenvolvimento com o objetivo de combater o colonialismo e a dominação ocidental em prol da solidariedade entre os países de terceiro mundo” (Milani & Carvalho as cited in Bernardo, 2019).

Como a maioria dos países na conferência tinham passado pelo processo de colonização por parte de nações europeias a conferência focou-se em delinear princípios e objetivos com o intuito de combater a influência ocidental nos continentes africano e asiático.

A Conferência de Bandung marca uma nova era não só na história dos países em desenvolvimento, mas também na história das relações internacionais. Ao surgir num contexto de Guerra Fria, num mundo bipolar com o bloco ocidental de um lado e o bloco soviético do outro, permitiu às nações participantes a criação dum princípio político de Não-Alinhamento. Segundo o mesmo, os países em desenvolvimento procurariam manter uma posição neutra em relação aos dois blocos, tentando não estar diretamente associados quer aos Estados Unidos da América quer à União Soviética.

Em Bandung foi possível para os países em desenvolvimento se aperceberem do potencial da cooperação entre os mesmos de maneira a não ficarem exclusivamente dependentes das superpotências da altura, autopromovendo-se a si e proclamando a sua soberania e independência.

A China teve um papel importante neste processo, sendo que os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica se tornaram parte integral da diplomacia entre as nações do conjunto de países Não-Alinhados, permitindo à China estabelecer boas relações com a maioria dos países mais pobres do mundo, tentando posicionar-se como um país líder de entre os mesmos. Os interesses da China não eram apenas rivalizar com as duas superpotências, mas também estabelecer as bases para que ela própria pudesse subir no palco internacional tomando uma posição de destaque.

É através da conferência de Bandung que se dão os primeiros passos da relação sino-africana e se constroem as bases para o desenvolvimento da mesma. A política chinesa começa na mesma altura, fruto da Bandung, a estabelecer relações diplomáticas em 1956 com o Egito, inaugurando as relações oficiais sino-africanas. A partir desse momento, e antes do final da década, outros países (Argélia, Marrocos, Sudão e Guiné), recém-independentes estabeleceram relações diplomáticas com Pequim (Visentini & Oliveira, 2012).

Esta nova postura de tentativa de criar a sua própria zona de influência a partir dos países recém-independentes pôs Pequim em rota de colisão com Moscovo que apoiava a maioria dos movimentos de libertação e que, tal como a China, também exercia a sua influência através de apoio ideológico e militar. Apesar de ideologicamente lutarem com o mesmo objetivo, ou seja, contra o colonialismo, o imperialismo e a hegemonia do Ocidente, a tentativa de ascensão da RPC no palco global ao estatuto de líder entre os países de terceiro mundo, num momento histórico em que os movimentos de libertação estavam intrinsicamente ligados ao movimento internacional comunista, encabeçado pela URSS, faria com que expandir a influência chinesa nesses países tivesse de se sobrepor à influência soviética.

Em 1957 e 1960 realizam-se as chamadas Conferências Internacionais de Partidos Comunistas e dos Operários, na capital do bastião do mundo comunista da altura, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a primeira contando com a presença de 64 partidos e a segunda com a presença de 81. Estas conferências têm uma enorme importância no movimento comunista internacional uma vez que passam a desempenhar um papel fundamental na entreatajuda e cooperação entre comunistas. Examinando a situação do mundo da altura formularam teses sobre as grandes contradições do desenvolvimento mundial, as questões da guerra e da paz, repensaram as vias de transição do capitalismo para o socialismo, e a política de alianças do proletariado. As “linhas gerais da política externa do campo socialista” foram então formadas como plataforma política e ideológica para a ação comum e a unidade do movimento.

Não seria de estranhar que tão grandes decisões não encontrassem a mesma avaliação nos diferentes partidos comunistas, ainda que tendo idênticos critérios ideológicos. O movimento nunca foi homogêneo, contendo partidos muito diferentes entre si, pela sua história, pelas circunstâncias da sua luta, pela ligação à classe operária, as “etapas na construção do socialismo” que cada um considerava que estava e as ações imediatas que teriam de ter. Eram inevitáveis as diferenças de opinião e divergências na avaliação do quadro internacional e nas tarefas dos comunistas, assim como na própria interpretação das “linhas gerais” fundadas pelas teses das Declarações de 1957 e 1960 entretanto subscrita por todos.

A cisão do mundo socialista, e o desentendimento entre os comunistas Soviéticos e Chineses são fortemente influenciados por estas conferências apesar de não imediatamente, ou pelo menos, não durante as mesmas.

## 8.2. Década de 1960 - A estratégia de duas zonas intermediárias

Dada a situação estabelecida na década de 1950, os anos 1960 foram marcados não só pela continuação da Guerra Fria e a escalada dos movimentos de libertação, como pela rutura das relações sino-soviéticas.

O desentendimento começa graças aos dirigentes do PCC, que apesar de afirmarem estar a defender as declarações acima referidas, se colocaram contra elas e enveredaram pela escalada da divisão e da confrontação. Esta decisão produziu no plano interno da China, numa primeira instância o “grande salto em frente”, seguido da “grande revolução cultural proletária” e da criação de grupos externos quase que exclusivamente maoistas.

As razões pela divisão são muitas e de variada natureza, mas no que diz respeito à República Popular da China as razões são de natureza interna, nomeadamente no tempo que os dirigentes chineses achavam que demoraria a transformar um país como a China. Esta era uma China que quando o partido comunista, em 1949, chega ao poder se encontrava praticamente feudal, desagregada e destruída por décadas de conflito, dando enfase à Invasão da China pelo Japão e a sangrenta guerra civil que se seguiu. A mesma China cujos dirigentes acreditavam conseguir levar ao socialismo em apenas uma década, quase que ignorando ou desvalorizando a experiência pioneira da URSS que tinha passado também de uma fraca nação praticamente feudal, desagregada e destruída em 1917 (também numa sangrenta guerra civil), a uma potência política, económica, militar e nuclear.

Outra razão de rutura que tem de ser mencionada é a do conceito de Coexistência Pacífica criado pelo líder Soviético Nikita Khrushchev na década de 1950, para se referir ao que seriam teoricamente as relações entre a URSS e os EUA. Esta ideia levou Mao Tsé-Tung a acusar o Partido Comunista da União Soviética de revisionismo do marxismo-leninismo, uma vez que considerava que se tinha de manter uma atitude beligerante com os países capitalistas. Convém, no entanto, notar que em 1972 a China também adotaria a sua versão de coexistência pacífica e que esta seria mais prejudicial para o movimento comunista internacional, nomeadamente para o Vietnam.

Para os soviéticos a questão não era fazer ou não a revolução, mas sim que meios se deviam utilizar para a fazer. A China tinha tido uma experiência revolucionária própria e distinta e a tentativa de transposição direta, de um modo “mecânico e artificial” da sua

revolução à escala mundial, sem considerar as nuances de cada país, teria consequências desastrosas para muitos movimentos progressistas no Terceiro Mundo. Uma vez que, a escalada para o conflito armado poderia separar tais grupos e dar novas vantagens e oportunidades a outras nações, como por exemplo os Estados Unidos da América, a casa do maior inimigo ideológico tanto da RPC como da URSS, o imperialismo.

Os soviéticos na sua interpretação do marxismo-leninismo consideravam que a revolução seria feita pelo proletariado, ou seja, pelo conjunto de operários na linha da frente, sempre apoiado pelo campesinato, isto é, o conjunto dos camponeses. Queriam criar uma classe operária que rivalizasse com a dos países mais avançados do mundo, sendo essa a ideia de Estaline que governou a URSS entre 1924 a 1953. Mao Tsé-Tung por outro lado tinha a interpretação de que seria o campesinato a vanguarda da revolução. Esta diferença de opinião vem dos diferentes ambientes nos quais nasceram ambas as revoluções, e da experiência revolucionária que cada um dos países tem. Ao mesmo tempo que decorria essa diferença de ideias, os movimentos de libertação africanos e latino-americanos, cujas realidades contemporâneas estavam mais próximas da RPC do que da URSS (ao contrário dos movimentos comunistas na Europa), começavam a ganhar cada vez mais força.

A discórdia escalou, até ao ponto de os dirigentes chineses começarem a criticar abertamente a política externa da URSS, acusando-a de um desvio à direita. Entre o fim de 1963 e início de 1964 ainda se dirigiam à mesma com mensagens como: “Esperemos que reconsiderem os vossos desvios e que, retomando a via do marxismo-leninismo, abandonem o caminho errado”. Mas a partir do final desse mesmo ano, passaram a afirmar que o caminho tomado pelos soviéticos se teria tornado irreversível, e que estes formavam um grupelho não só revisionista, mas também burguês, que procurava estabelecer um novo capitalismo na União Soviética. A restauração do capitalismo “em toda a linha” explicava o “verdadeiro” objetivo da política externa da URSS e a sua aceitação de uma possível paz com o imperialismo americano na mente dos comunistas chineses.

A propaganda e a atividade cisionista dos dirigentes chineses levaram a que os outros comunistas deixassem de ser “amigos a lutarem pelos mesmos ideais”, passando a competidores e mais tarde, por vezes até, a inimigos.

Como resposta à nova correlação de forças Mao Tsé-Tung elaborou a “estratégia de duas zonas intermediárias”. A primeira zona seria composta pelos países em desenvolvimento, e a segunda pelos países da Europa Ocidental. “A estratégia defendia

que a China deveria lutar contra as duas superpotências mundiais, através do apoio à primeira zona intermediária e da conquista diplomática da segunda” (Visentini & Oliveira, 2012).

Até 1960 a relação sino-africana era mais centrada na vertente ideológica, mas para promover o apoio à primeira zona Zhou EnLai visitou o continente africano inúmeras vezes, entre 1963 e 1964. Nestas visitas e como guia das futuras relações sino-asiáticas foram estabelecidos cinco pontos:

- Apoiar os povos de todos os países africanos na luta contra os imperialistas, os colonialistas e os neocolonialistas ou para conquistar ou salvaguardar a independência nacional;
- Apoiar a sua política de paz, neutralidade e não-alinhamento;
- Apoiar as suas aspirações de solidariedade e unidade por meio de livre escolha, bem como os seus esforços para resolver as suas desavenças através de consultas políticas;
- Exigir que outros países respeitassem a soberania de todos os países africanos;
- Lutar contra as agressões e qualquer intervenção estrangeira.

(Zhang as cited in Bernardo, 2019)

Deste modo a China mantém o seu compromisso com os países africanos ao mesmo tempo combatendo tanto a esfera de influência soviética como americana.

### **8.3. Década de 1970 - Os três mundos**

Durante os anos 1970 as relações internacionais continuam centradas à volta da Guerra Fria à medida que cada vez mais nações ganhavam a sua independência, principalmente no continente africano. É nesta época que é elaborada a teoria dos Três Mundos e a Estratégia de uma Linha por Mao Tsé-Tung que, em continuação com a postura adotada na década anterior, surge para dar resposta à rivalidade sino-soviética. A teoria dos Três Mundos passava por obter o apoio dos países chamados de terceiro mundo, ao mesmo tempo que a Estratégia de uma Linha iria de encontro a uma aproximação com os Estados Unidos que até então tinham sido inimigos ideológicos. Nos



anos seguintes Mao tentaria cair nas boas graças da chamada comunidade internacional para aumentar o seu poder político e reconhecimento internacional ao combater ativamente os soviéticos, principalmente no continente africano através do apoio a grupos armados antissoviéticos, mas também no continente europeu através de partidos que tentavam rivalizar aqueles que estavam presentes na Internacional Comunista, que eram normalmente favoráveis a Moscovo.

Sendo a China não apta para competir ao mesmo nível que a URSS, esta tenta atrair novas nações para a sua esfera de influência através de outros mecanismos. “Os soviéticos apelavam aos estados africanos através duma perspetiva material e a promessa de ajuda económica. Já a China dada a incapacidade de competir monetariamente, deu enfoque ao sentimentalismo” (Esteves as cited in Bernardo, 2019). Mao apelava aos países menos desenvolvidos que se defendessem daquilo a que chamava o imperialismo soviético de igual forma que se defendem do imperialismo ocidental e do colonialismo, sendo que a China lideraria essa luta aumentando a sua própria influência no continente.

Através do reconhecimento de muitas novas nações que iam aparecendo no continente africano e da aproximação aos Estados Unidos, a China também esperava o reconhecimento da sua própria soberania. É a 27 de outubro de 1971 que a República Popular da China é reconhecida nas Nações Unidas, em detrimento da representação dos nacionalistas chineses que desde 1949 se encontram refugiados em Taiwan.

#### **8.4. Década de 1980 - Deng Xiaoping e a abertura controlada da China**

Após a morte de Mao Tsé-Tung a “cruzada ideológica” do comunismo chinês começou a abrandar e com isso a presença chinesa no continente africano também se tornou menos intensa. Com chegada ao poder de Deng Xiaoping em 1978, a RPC abre as relações económicas com o resto do mundo. O purismo ideológico de Mao é posto de lado e lentamente a China entrava numa nova fase de reformas que mudariam quase por completo a sociedade e a economia chinesa, moldando e estabelecendo o caminho que a RPC seguiu desde então. Assim como Mao revolucionou a China pela agricultura, também Deng iniciou as mudanças no setor primário, começando por permitir que chineses subcontratassem outros chineses. Um dos principais fatores de crescimento da RPC na era de Deng foi o estabelecimento de Zonas Económicas Especiais que, sob supervisão estatal, pudessem acomodar investimento estrangeiro “de modo a que a população chinesa pudesse alcançar um nível médio de desenvolvimento” (Cunha as cited in Ramos,

2017) e para “conferir ao Estado uma estrutura preparada para os desafios exigidos pela modernização” (Cavalera as cited in Ramos, 2017). Mantendo o Estado e especialmente o Partido Comunista Chinês como órgão máximo e indiscutível da liderança, tornou-se possível através da nova doutrina intitulada de Economia Socialista de Mercado, uma espécie de capitalismo estatal com características chinesas.

A mudança de paradigma fez com que as relações estabelecidas com os países africanos, que tinham sido até ali na base da propagação da sua ideologia, arrefecessem, mas ao mesmo tempo permitiu à China estabelecer relações diplomáticas com países com sistemas políticos e económicos diferentes, nomeadamente com o Ocidente que seria o grande investidor nas Zonas Económicas Especiais, de modo a combater o seu isolamento internacional político e económico.

Assim a China neste período deixa de considerar África como um parceiro estratégico importante uma vez que prioriza as boas relações com o Ocidente.

Através das reformas ao seu sistema económico a China começa a dar os primeiros passos no desenvolvimento da sua economia adaptados ao seu novo sistema, o que faz com que o continente africano volte a ganhar pertinência. A diversificação da economia faz com que o dragão asiático comece a explorar novos mercados e fontes de rendimento, enquanto procura também recursos para fazer “arrancar” o crescimento económico, sobretudo recursos naturais. “Para dar valor a este objetivo económico chinês, Zhao Ziyang, primeiro-ministro chinês, efetuou uma visita de 29 dias a 11 países africanos, o objetivo dessa visita era detetar novos campos e meios de desenvolvimento da cooperação económica e técnica entre a China e a África, a fim de ampliar as relações económicas entre as duas partes” (Zhang as cited in Bernardo, 2019).

Esta relação sino-africana também deu frutos nos finais da década aquando do “Protesto na Praça da Paz Celestial”, conhecido no Ocidente como o “Massacre de Tiananmen”. A Praça da Paz Celestial, Tiananmen, coração simbólico do poder comunista, fora palco de um conjunto de manifestações ocorridas em junho de 1989 em Pequim, protagonizada por jovens estudantes da República Popular da China, que lutavam contra a repressão política e contra a corrupção do partido comunista, reivindicando reformas urgentes na China, sobretudo que possibilitem a redução do desemprego (Pessini as cited in Bernardo, 2019). Este incidente foi largamente condenado pelo Ocidente que o considerou como um “massacre de opositores do regime comunista chinês”, promovendo

um boicote diplomático para isolar a China internacionalmente, ao contrário dos países africanos que mostraram o seu apoio aquando deste incidente.

### **8.5. Década de 1990 - Fim da Guerra Fria e nova correlação de forças mundiais**

Os anos 1990 representaram uma mudança completa no quadro da diplomacia mundial. A queda da União Soviética significou o fim do bloco comunista e da Guerra Fria, da qual os Estados Unidos emergiram como a única superpotência. Para responder a esta reorganização do sistema mundial Deng Xiaoping decidiu adotar novos princípios de política externa. “Tais princípios consistiam em observar o mundo com sangue frio, fortalecer a sua posição, enfrentar os problemas com calma e tomar iniciativas de ação, afim de criar uma nova situação para as suas relações externas” (Zhang as cited in Bernardo, 2019).

No seguimento das políticas adotadas de diversificação da economia e procura de novas fontes de recursos, e com o intuito de evitar isolamento diplomático, intensificam-se as relações sino-africanas.

O crescimento económico chinês criou a necessidade de importação de enormes quantidades de recursos naturais, nomeadamente de petróleo, fazendo com que a China se voltasse cada vez mais para o mercado africano à medida que as suas necessidades energéticas aumentavam. Verificou-se um aumento de *joint-ventures* sino-africanas e de ajuda chinesa no continente através da estratégia *oil-for-infrastructure* com os países africanos produtores de petróleo. Ou seja, de financiamento e ajuda na construção de infraestruturas (estradas, escolas, hospitais, etc.) em troca de exportações de petróleo para satisfazer o mercado chinês.

À medida que estas trocas aumentavam, maior se tornava a interdependência de ambos, uma vez que a China continua a precisar de importar recursos naturais, e o esforço de desenvolvimento de infraestruturas beneficia os países exportadores sendo essencial para o seu progresso.

Ao mesmo tempo que ajuda no desenvolvimento de infraestruturas e *joint-ventures*, o dragão asiático também fornece apoio económico através do crédito de longo prazo e do cancelamento da dívida como forma de ajuda humanitária.

## **8.6. Década de 2000 - Auge da relação sino-africana**

O início do novo milénio viu na China uma continuação do crescimento económico sem precedentes na história da humanidade, conseguindo tirar 740 milhões de chineses da pobreza (China Hoje, 2018). No entanto, à medida que evolui, evoluem também as suas necessidades para alimentar esse progresso, tornando-se cada vez maior a necessidade de recursos. A origem desses recursos continuaria a passar em grande parte pelo continente africano, do qual o dragão asiático se torna cada vez mais dependente para satisfazer as suas próprias necessidades.

Tendo isto em mente o fortalecimento das relações sino-africanas nesta década vem como uma continuação e um aprofundamento das mesmas, não só a nível económico, mas, por conseguinte, a nível político e diplomático.

Este aprofundamento foi marcado pela criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC). O FOCAC foi lançado oficialmente no ano 2000, numa conferência ministerial realizada em Pequim, que reuniu 44 países africanos, representantes do setor privado e de organizações regionais e internacionais, bem como chefes de Estado de Togo, Argélia, Zâmbia e Tanzânia e o Secretário-Geral da Organização da Unidade Africana (OUA) (Gazibo & Mbabia as cited in Visentini & Oliveira, 2012).

O FOCAC funciona através de conferências ministras que se realizam uma vez a cada três anos, em Pequim ou num país africano alternadamente. É nessas conferências que são estabelecidos programas de ação e orientações para a continua cooperação entre a China e os países africanos.

Da primeira conferência ministerial seriam produzidos dois documentos importantes que declaram as intenções dos intervenientes na intensificação das relações: a Declaração de Pequim sobre o FOCAC e o Programa de Cooperação Chin-África sobre o Desenvolvimento Económico e Social.

O primeiro documento serviu para dar ênfase à continuidade do diálogo coletivo sino-africano baseado na igualdade e benefícios mútuos. O segundo, surgiu para desenhar as linhas através das quais a cooperação seria aumentada através das parcerias dos envolvidos, dando especial atenção ao desenvolvimento social e económico, tendo sempre

em atenção os princípios acordados para a cooperação (FOCAC as cited in Bernardo, 2019).

Cooperação esta que seria também traduzida na abertura dos mercados para que as empresas dos países envolvidos pudessem expandir, e na exploração de novos métodos para dinamizar as suas economias, tais como: investimento mútuo empresarial, partilha de métodos de gestão empresarial, criação de *joint-ventures* entre empresas chinesas e africanas assim como projetos de desenvolvimento económico e de infraestrutura levados a cabo por empresas chinesas.

Para que a relação continuasse harmoniosa mesmo quando enfrentada com novos desafios e obstáculos foram estabelecidos os seguintes princípios de cooperação de desenvolvimento entre a China e África:

- 1) Igualdade e respeito mútuo;
- 2) Diversidade na forma e no conteúdo;
- 3) Ênfase nos resultados práticos;
- 4) Procura de progressos comuns;
- 5) Resolução amigável nas diferenças;
- 6) Cooperação intergovernamental.

(FOCAC as cited in Bernardo, 2019).

Todos estes passos ajudaram a acentuar ainda mais o clima de otimismo na cooperação sino-africana, que se debruça sobre o crescimento da República Popular Chinesa e a potencialidade deste alavancar também o crescimento dos seus parceiros africanos. Muitas nações africanas na altura olhavam para o “milagre” económico da China, e gostariam que se aplicasse, a elas também, de alguma maneira a fórmula que lhes permitiu atingir o patamar a que tinham chegado e aquele que ainda estaria para vir.

É neste contexto que a China é apresentada como um novo modelo para as nações africanas, uma alternativa ao modelo Ocidental das democracias liberais e ao chamado Consenso de Washington criando uma espécie de Consenso de Pequim (Kurlantzick, 2007).

Nas palavras do antigo presidente do Zimbábue Robert Mugabe: “Nós virámo-nos para *Este* onde o sol nasce, e virámos as costas ao *Ocidente* onde o sol se põe.” (The Guardian, 2005).

### **8.7. Década de 2010 até à atualidade - Aprofundamento da relação e o potencial criado através da mesma do ponto de vista político-económico**

Por fim, a última década manteve o desenvolvimento e aprofundamento das relações sino-africanas. Ao analisarmos esta relação desde o virar do século vemos que a China passou de um pequeno investidor ao maior parceiro económico do continente africano. Desde o virar do século que as trocas comerciais entre China e África aumentaram aproximadamente 20% ao ano. O investimento direto estrangeiro (IDE) cresceu ainda mais rápido durante a última década, cerca de 40% ao ano. A China é também a maior fonte de ajuda externa com a maior taxa de crescimento da mesma, assim como a maior fonte de financiamento de construção o que permitiu ao continente africano realizar ambiciosos planos de desenvolvimento de infraestrutura em anos recentes (Sun et al., 2017).

Ao comparar as parcerias económicas do continente africano com o resto do mundo em termos de comércio, quantidade de investimento, crescimento de investimento, financiamento de infraestrutura e ajuda externa vemos que a China está nos quatro maiores parceiros em cada uma destas dimensões. Mais nenhum país consegue equiparar a profundidade e largura desta parceria (Sun et al., 2017).

O crescimento, e a continuação do mesmo, evidenciam o rápido desenvolvimento das relações sino-africanas cujo potencial (do qual falaremos mais à frente) parece estar longe de esgotado, uma vez que as mais de dez mil empresas chinesas a operar no continente africano vão precisar da expansão de novos mercados e da dinamização de novos elementos na cadeia de valor para continuar as suas operações.

Esta última década, seguindo os passos da anterior, mostra-se como o auge das relações sino-africanas, numa dança entre dragões e leões que não parece ter fim à vista.

## **9. Relações Sino-Lusófonas**

### **9.1. Relações Sino-Angolanas**

#### **9.1.1. História das Relações sino-angolanas**

A presença chinesa em Angola começou anos antes desta se tornar um país independente, nos primeiros anos da luta pela libertação do povo angolano contra o colonialismo português. Assim na década de 1960 os chineses apoiavam os três maiores movimentos de libertação: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) liderado por Agostinho Neto e apoiado pela URSS, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) liderada por Jonas Savimbi e apoiado pela China e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) liderado por Holden Roberto e apoiado pelos EUA. O apoio a cada um destes grupos foi-se alterando de acordo com os progressos do processo de libertação, sendo ainda influenciado por fatores geopolíticos da Guerra Fria, nomeadamente o afastamento sino-soviético. O MPLA contava com assistência política e militar chinesa, mas como este grupo também recebia apoio da União Soviética, a China passou a apoiar apenas a FNLA e a UNITA. Em 1963 Holden Roberto da FNLA reuniu-se com o Ministro dos Negócios Estrangeiros Chen Yi em Nairobi, onde ficou acordado o fornecimento de armas a esta organização. Tal como com a FNLA, em 1964 Jonas Savimbi da UNITA reuniu-se com Mao Tsé-Tung e Zhou EnLai na China, onde recebeu treino militar juntamente com outros insurgentes (Campos & Vines, 2008).

A FNLA tinha um discurso anticomunista, mas isto não a impedia de receber apoio chinês uma vez que para os chineses se tratava de anti soviétismo fazendo parte da sua geoestratégia. A UNITA apesar de ter o seu apoio maioritariamente dos EUA e da África do Sul também tinha apoio da China, tendo em conta que Savimbi se tinha tornado um “discípulo” de Mao na sua visita à China em 1964 (Campos & Vines, 2008). Apesar do discurso anticomunista da UNITA, esta usava o modelo revolucionário de Mao no qual é através da população rural que se realiza o processo de libertação, fazendo das zonas rurais e periféricas do sul de Angola a zona de atuação da UNITA (Bernardo, 2019).

O MPLA era marxista-leninista, com apoio incondicional do campo socialista encabeçado pela União Soviética, do qual Cuba também fazia parte. Originado diversos apoios provenientes desta última, enumerados em seguida. Apoio intelectual, ideológico, e militar através de doações de armamento; apoio financeiro; formação intelectual dos

quadros do MPLA; treino militar das suas forças; partilha de informação estratégica; ajuda logística; e até, presença de batalhões de combatentes voluntários de modo a reforçar as fileiras do MPLA no período pós-independência (Bernardo, 2019).

A luta pela independência de Angola nunca foi um combate no qual as 3 frentes de libertação lutassem lado a lado, pois apesar de partilharem o mesmo objetivo, a luta contra a colonização portuguesa e por conseguinte a independência de Angola, as motivações, métodos e planos para uma Angola independente de cada um deram origem a discrepância política, militar e ideológica entre os envolvidos. Levando países estrangeiros, como a China, União Soviética, Cuba, África do Sul, Zaire e Estados Unidos a apoiar movimentos diferentes, sendo esta influência e apoio externo responsáveis pela criação de dinâmicas totalmente distintas entre as fações dos movimentos de libertação.

No entanto, a estratégia chinesa para apoio aos movimentos de libertação não foi a melhor, visto que depois de ganharem a independência de Portugal aquando da queda do regime salazarista, a 25 de abril de 1974, onde o governo português tomado pelos militares, assumiu o compromisso de conceder de forma negociada a independência aos territórios ultramarinos, é o pró-soviético MPLA a tomar o poder, sendo a Angola declarada independente em 1975. No período pós-independência, a URSS continuou o seu apoio a Agostinho Neto, contudo devido ao afastamento sino-soviético e à reaproximação entre a China e os EUA, a UNITA e a FNLA juntaram forças contra o MPLA. Posto isto, a China recusou-se a reconhecer este novo país africano pela sua ligação à URSS e as relações diplomáticas sino-angolanas só foram estabelecidas em 1983. O primeiro acordo comercial foi assinado em 1984, e em 1988 é criada a Comissão Mista para a Cooperação Económica e Comercial Angola-China, reunindo-se apenas em dezembro de 1999 pela primeira vez, e em maio de 2001 pela segunda (Campos & Vines, 2008).

No início da década de 1990, o MPLA capturou equipamento militar de fabrico chinês, incluindo peças de artilharia leve e média, em território controlado pela UNITA. Que afirma que tal armamento teria sido comprado através de terceiros e não diretamente à China. A embaixada da China negou igualmente alguma vez ter fornecido esse equipamento à oposição do governo angolano.

Mesmo com a continuação da guerra civil as relações sino-angolanas foram melhorando gradualmente durante essa década. O comércio entre ambas as nações desenvolvia-se rapidamente, fazendo da China o segundo maior parceiro comercial de Angola atrás da África do Sul, até ao final dessa década. Estas trocas baseavam-se numa



parceria estratégica de defesa visto que em Angola a guerra civil ainda continuava. Em outubro de 1997, o ministro adjunto para a economia, comércio e cooperação chinês, Yang Wesheng, anunciou que o comércio entre os dois países tinha aumentado significativamente nos passados seis meses. Em outubro de 1998 o Presidente José Eduardo dos Santos visitou a China com o objetivo de expandir as relações bilaterais nas suas reuniões com o primeiro-ministro chinês Zhu Rongji.

Quando a guerra civil angolana finalmente acabou, em 2002, depois de décadas de conflito armado, a relação sino-angolana mudou rapidamente o seu foco numa parceria no âmbito da defesa para o foco numa parceria económica. Assim, em 2004, o banco chinês EXIM cedeu o seu primeiro empréstimo à nação africana na ordem dos \$2 mil milhões, com o intuito de ajudar na reconstrução de infraestruturas do país destruídas durante o conflito. Tal empréstimo seria apoiado pelo valor do petróleo angolano, sendo sugerida a possibilidade de que o mesmo fosse pago através de uma troca direta, do recurso pelo financiamento. Desde então as relações entre os dois países têm-se caracterizado por visitas bilaterais frequentes entre membros importantes dos respetivos governos, com o intuito de fortalecer ainda mais esta parceria, normalizando assim as relações entre as duas nações, e resultando no assinar de vários acordos políticos, diplomáticos, económicos, culturais e sociais. O resumo destas visitas entre 1983 e 2016, pode ser analisado em maior detalhe no Anexo 2 a este documento (Bernardo, 2019).

Atualmente Angola é representada na China por uma embaixada em Pequim e três consulados em Hong Kong, Macau e Guangzhou. A China é um dos países no qual Angola tem mais consulados, o que demonstra o peso das relações diplomáticas e económicas entre ambos, e que comprova o desejo mútuo em facilitar o desenvolvimento não só das importações e exportações, mas também do turismo. Demonstrando da mesma forma a interdependência e a capacidade cooperativa entre ambas as nações (Bernardo, 2019).

A relação sino-angolana no campo diplomático tem sido de mútua reciprocidade, principalmente em questões de interesse político e de organizações internacionais, como demonstrado pela candidatura de Angola a Membro Não Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, sendo a China um dos países a mais apoiá-la nesse processo. No âmbito do aprofundamento das relações diplomáticas sino-angolanas, é importante notar igualmente o acordo de suspensão de visto diplomático e de serviço estabelecido entre os dois países, ratificado em 22 de agosto de 2015, com duração de cinco anos. O acordo abrange passaportes de serviço e diplomáticos e respetivas famílias, permitindo entrar, sair e transitar entre estes dois territórios, facilitando desta forma a

circulação por parte dos diplomatas de cada país. Ao facilitar a mobilidade dos representantes dos dois países abre-se a porta a maior cooperação bilateral e ao aprofundamento das relações sino-angolanas (Bernardo, 2019).

Esta relação é, no entanto, pouco entendida pelo ocidente e costuma ser, erradamente, resumida a exploração petrolífera chinesa no país africano.

### **9.1.2. Cooperação Sino-angolana**

A cooperação sino-angolana é pautada pelos objetivos que cada um dos países tem para o seu desenvolvimento bem como pelo processo que constrói para os atingir, desenvolvendo assim uma relação de interdependência. Por um lado, a China procura alimentar a sua produção nacional com recursos naturais, nomeadamente o petróleo, e aceder a novos mercados para escoar essa produção. Por outro, Angola tem como principal objetivo o desenvolvimento material do país, sendo fulcrais para tal o financiamento chinês e o grau de abertura de Angola com o sistema internacional.

### **9.1.3. Importação de Petróleo e Participação de Exploração Petrolífera**

Tornar-se na segunda maior economia do mundo através do “milagroso” crescimento económico não veio sem consequências indesejáveis, e hoje a China sente-as principalmente na sua dependência de fornecimento de recursos naturais, sendo o petróleo a principal necessidade, para o seu desenvolvimento industrial interno. Além disso, o uso cada vez maior de transportes, quer para movimentação de mercadorias quer para facilitar as deslocações dos cidadãos, acaba também por ter impacto no aumento da procura deste recurso. O início desta insuficiência começa a sentir-se, a partir de 1994, quando a capacidade de produção petrolífera deixou de conseguir acompanhar as necessidades energéticas da nação, obrigando-a a recorrer a mercados externos para obter este recurso. Desde então, e apesar de ter conseguido duplicar a sua produção petrolífera, as suas necessidades energéticas têm crescido e a um ritmo extremamente acelerado, ao ponto em que a China precisa de importar mais do dobro da sua produção petrolífera (Bernardo, 2019).

Esta carência faz com que a China se torne um dos principais importadores de petróleo de África, e um dos principais importadores de petróleo angolano.

A mesma lógica aplica-se ao consumo de matérias-primas. À medida que a China cresce, cresce também a capacidade de produção de bens, sendo necessários para tal constantes *inputs*, e que a tornam no país que mais utiliza recursos naturais no mundo.

A primeira participação chinesa na exploração de petróleo em Angola data de 2005, quando a *China Sonangol International Limited*, uma *joint-venture* sino-angolana, assumiu uma participação de 25% dos blocos petrolíferos 3/05 e 3/05-A, ao largo da costa angolana. Para tal a *China Internacional Limited* adquiriu 25% da Sociedade Nacional dos Combustíveis de Angola (*Sonangol*) onde também integram capitais japoneses, italianos, sérvios e croatas (Angonotícias, 2005). Nesse mesmo ano, a empresa estatal chinesa Sinopec, maior petrolífera da Ásia em capacidade de refinaria, adquiriu uma participação no mar angolano, o bloco 3/80. A Sonangol e a Sinopec criaram também elas uma *joint-venture*, denominada Sinopec Sonangol Internacional, com o intuito de cooperação na exploração de petróleo nos blocos angolanos e de construir uma refinaria no Lobito. Refinaria esta que viria a permitir à Sinopec a obtenção de uma participação em mais três blocos petrolíferos angolanos localizados em águas profundas, conseguindo, 20% do bloco 15/06; 27,5% do bloco 17/06 e 40% do bloco 18/06. Juntamente com a Sonangol, mas detendo 75% da *joint-venture*, a Sinopec teria acesso a \$2 mil milhões em reservas de petróleo. No entanto, devido a problemas na tomada de decisão relativa ao destino da produção da refinaria no Lobito a parceria colapsou. Para Angola não fazia sentido a construção de uma refinaria apenas para satisfazer as necessidades do mercado chinês, esta teria de conseguir alimentar o mercado interno, e ainda possibilitar a venda de parte da sua produção a compradores que não fossem chineses, diversificando desta maneira a sua exportação e deixando assim de estar tão dependente de um parceiro económico (Angonotícias, 2007). A Sinopec continua, todavia, a ser a maior empresa chinesa a operar em Angola no setor petrolífero e na aquisição de blocos. Em 2014, voltou a adquirir nova participação num bloco petrolífero da costa angolana, juntamente com o grupo norte-americano *Marathon Oil Corp*, obtendo 10% do bloco 21 valorizado em \$1,52 mil milhões (Bernardo, 2019).

Para além das empresas chinesas, como a Sinopec, que produzem petróleo em Angola, existem empresas chinesas entre as maiores compradoras de petróleo angolano. Entre elas está a *China Internacional United Petroleum & Chemicals* uma importante cliente do mercado petrolífero angolano, obtendo grande parte das exportações angolanas desta *commodity* (Bernardo, 2019).

Mesmo após a queda generalizada dos preços do petróleo, que potencia a competitividade, as empresas chinesas continuam a comprar o petróleo angolano, agora mais barato. A economia angolana é abalada por esta baixa de preços, ficando numa situação delicada a este nível, uma vez que se encontra dependente da estabilidade dos preços de petróleo para conseguir cumprir orçamentos, assim como as suas obrigações financeiras para com aqueles que lhe emprestaram recursos financeiros.

Apesar da contínua e cada vez mais acentuada presença da China no setor petrolífero angolano, seja pela compra de participações em blocos petrolíferos ou por ser o principal destino das exportações petrolíferas angolanas, a China não é a maior detentora estrangeira de ativos petrolíferos em Angola, continuando os países ocidentais a ter um peso significativo neste setor. Todavia, a presença chinesa proporciona uma vantagem estratégica para o país africano, permitindo-lhe assim diversificar os seus parceiros, não estar demasiado dependente dum único comprador e/ou investidor, e ainda aumentar a concorrência entre aqueles que desejam aceder ao seu petróleo, podendo tirar deste modo melhor partido das negociações, obtendo melhor acesso a crédito e a possibilidade de praticar preços relativamente mais altos.

#### **9.1.4. A presença Chinesa no Mercado Angolano**

A ação das empresas chinesas em Angola apesar das especificidades do país anfitrião, é condicionada pela procura por recursos naturais que possam alimentar o crescimento da sua economia. Quando tais recursos são encontrados e é permitido às empresas chinesas a iniciar atividade, estas têm de desenvolver novas infraestruturas para proceder a sua extração. Para além da exploração de recursos, existem empresas chinesas muito fortes no setor da construção, devido em grande parte à recente experiência de desenvolvimento de infraestrutura no seu próprio país, facilitando a construção de infraestrutura necessária para a atividade de empresas compatriotas.

As empresas chinesas de construção, entraram no mercado angolano através do financiamento chinês em infraestruturas em Angola. Sobre a alçada do Programa Nacional de Reconstrução (PNR) muitas empresas chinesas passaram a operar no país. Uma das cláusulas do investimento chinês em infraestruturas é que as empresas contratadas para a construção devem ser de origem chinesa, possibilitando assim a expansão das mesmas em território nacional (Bernardo, 2019).

Para além do setor da construção, houve empresas chinesas a começar a operar em outros setores de atividade económica, como o comércio e os serviços.

Para muitos líderes africanos a contribuição chinesa para o desenvolvimento de infraestrutura trás vários benefícios, entre eles uma maior eficiência de custos e administrativa, aliada à rapidez dos projetos sem comprometer a qualidade dos mesmos. São numerosos os casos em que as empresas chinesas oferecem condições significativamente melhores que as do concorrente mais próximo. A rapidez do processo burocrático dos projetos chineses também favorece as empresas chinesas em Angola, uma vez que em comparação, os projetos de infraestrutura ocidentais tendem a ser bastante mais demorados a receber aprovação (Sun et al., 2017). Em Angola, a qualidade da construção tem vindo a aumentar substancialmente com o passar dos anos, e as empresas chinesas são hoje as maiores do setor de construção e imobiliário, sendo esse o setor com mais presença chinesa no país africano.

Quando se começou a aprofundar a relação económica sino-angolana, Angola tinha acabado de sair duma brutal e prolongada guerra civil, que durou desde a independência do país em 1975 até 2002. A destruição causada pela guerra civil deixou Angola com uma forte necessidade de encontrar um parceiro que a ajudasse numa reconstrução o mais barata e rápida possível, uma vez que esta seria indissociável do seu progresso. É então que o investimento chinês se torna indispensável, não só na construção de infraestrutura para a indústria extrativa, principalmente de petróleo e diamantes, mas também na construção de infraestrutura logística que permita desenvolver as capacidades angolanas de criação de riqueza, como a construção de fábricas, e o desenvolvimento da produção agrícola, que permitam acelerar as trocas entre os vários pontos da nação africana, que cobre uma área geográfica considerável. Consequentemente, o elevado número de empresas chinesas em Angola justifica-se em boa parte pela capacidade de crescimento do setor da construção, impulsionado pelo nível de infraestrutura de Angola no início do século.

Em 2016, o vice-diretor dos Assuntos Africanos do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China, He Meng, recordou que o seu país apoiou Angola num momento particularmente complicado da sua jovem existência, momento este no qual o Ocidente se recusou a dar as mãos às autoridades angolanas (Portal de Angola, 2016).

Nesse mesmo ano, o Governo Angolano anunciou que a Linha de Crédito da China iria financiar 155 projetos em Angola, com \$5,2 mil milhões a serem executados por

empresas chinesas, na sua maioria em obras públicas. O maior número de projetos, mais concretamente 55, foram destinados à construção de escolas, representando um total de \$373 milhões, seguido de 33 projetos para a reabilitação de estradas que totalizaram \$1,6 mil milhões. No documento apresentado pelo governo, seguiu uma lista com 37 empresas chinesas “recomendadas para o mercado angolano”, originada pelas limitações de contratação ao abrigo da Linha de Crédito da China que permite apenas a contratação de empresas chinesas (Rede Angola, 2016).

Entre 2004 e 2016 o financiamento chinês a Angola totalizou os \$15 mil milhões. Segundo o governo angolano o investimento chinês em Angola assenta na promoção do desenvolvimento sustentável, no crescimento económico, na redução da pobreza, na criação de emprego, na expansão da capacidade produtiva e no desenvolvimento humano. Apesar da crise económica e financeira, Angola espera conseguir mitigar as suas consequências através do aumento da capacidade de produção interna, do aumento das exportações e do apoio dirigido ao desenvolvimento do setor privado. Neste âmbito existem muitos empresários chineses que mostram grande interesse em investir no mercado angolano, instalando fábricas para posterior exportação (Observador, 2016).

O governo angolano desenvolveu uma relação de cooperação profunda com a China, no que diz respeito ao desenvolvimento do setor público, nomeadamente através da construção de obras públicas, prosseguindo na reabilitação e construção de estradas, pontes, escolas, hospitais e habitação social. Podem encontrar-se exemplos destas construções no Anexo 3 deste documento.

Todas estas grandes obras foram apenas alguns casos da influência chinesa no mercado angolano, sendo na sua maioria exemplos de cooperação na esfera pública angolana (Bernardo, 2019). Contudo, o investimento chinês no setor privado tem sido limitado, comprometendo até a estabilidade da parceria sino-angolana (Sun et al., 2017). Mesmo assim, a presença de pequenos comerciantes chineses tem-se tornado visível por todo o país, à semelhança do que aconteceu em Portugal na década de 2000. Indo de pequenas lojas de retalho, a restaurantes e passando por condomínios, muitas delas contruídas por empreiteiros e mão-de-obra chinesa. O seu comércio baseia-se essencialmente na venda de exportações chinesas como têxteis, telemóveis, vestuário e calçado. A grande maioria dos produtos consumidos em Angola são produto de exportação chinesa tal é a sua presença no mercado dos bens de consumo.

Atualmente, a China espera conseguir alterar o modelo de financiamento por troca de petróleo, evoluindo para investimentos diretos em território angolano de modo a balancear a relação sino-angolana, dando desta forma mais ênfase ao setor privado, e mantendo a cooperação com o setor público. Investimentos nas áreas da agricultura, pescas, saúde, habitação social, tratamento médico, petroquímica, eletricidade e manufatura são do interesse de investidores chineses. Estes mostram-se receosos com a estabilidade do atual modelo de cooperação financeira, que tendo em conta a baixa do preço de petróleo pode por em causa o pagamento dos empréstimos. A inexistência de um bom ambiente de negócios em muitos países africanos, entre os quais Angola, tem sido uma das queixas apresentadas pelos empresários chineses. Em muitos casos, os investimentos acabam por se tornar demasiado dispendiosos por falta de infraestruturas nas áreas em que são implementados, uma vez que em grande parte ocorrem em zonas inhóspitas, sem estradas, energia elétrica e água potável (Portal de Angola, 2016).

Em termos de mercado de trabalho e criação de emprego resultante de investimentos chineses tem sido relativamente limitada, principalmente quando comparado aos restantes países do continente africano, onde em média as empresas chinesas empregam cerca de 89% localmente (Sun et al., 2017).

Apesar dos custos mais baixos em empregar trabalhadores angolanos que trabalhadores chineses, as empresas chinesas em Angola, ao contrário da sua prática normal no continente africano, tendem a contratar mais chineses. Isto deve-se ao facto de maior parte do investimento chinês em Angola passar pela esfera pública, e estar sujeito à condição que, cada projeto aprovado deve conter 70% de mão-de-obra chinesa e 30% de mão-de-obra angolana. Tal condicionalidade, advém de uma resolução de 2005 que tem efeitos de lei, e define que a subcontratação de empresas nacionais deverá passar a ser feita num montante de até 30 por cento do valor de cada contrato. Segundo o documento, a subcontratação apenas é cedida a empresas que cumulativamente preencham os seguintes requisitos: situação jurídica e fiscal regularizada, escrituração e contabilidade organizada, capacidade técnica própria ou adquirida em qualquer associação contratual, não tenham dívidas para com empresas públicas e que tenham mais de dois anos de existência (Angonotícias, 2006). Os empresários chineses queixam-se de falta de alternativas a outras empresas chinesas quando procuram determinados materiais necessários às suas operações, por não existirem empresas angolanas preparadas para o fazer. Outra das principais queixas dos empresários chineses relativamente aos trabalhadores angolanos, é o facto de estes não terem a mesma capacidade técnica,

formação ou experiência que os trabalhadores chineses, o que revela falta de transferência de tecnologia para os nativos.

A China consome quase 43,37% das exportações angolanas, dos quais 96,79% da principal *commodity* do país, o petróleo. Em relação às importações de Angola, a China, também ocupa o primeiro lugar com 16,93% das importações, a cima dos seus tradicionais parceiros Portugal e Estados Unidos, que representam 14,79% e 7,48% das importações, respetivamente (Bernardo, 2019).

Uma vez que a China obtém quase 50% do petróleo angolano, alguns analistas ocidentais céticos da relação sino-angolana, acusam o gigante asiático de neocolonialismo, estando no país apenas para obter a matéria prima e impulsionar o seu crescimento económico, deixando Angola sem progresso. Como boa parte dos bens de consumo também são importados da China a dependência torna-se mais evidente, no entanto, tendo em conta o desenvolvimento de infraestrutura em Angola não diretamente relacionada com a indústria extrativa, esta dependência pode fazer parte da interdependência criada pelo desenvolvimento da relação sino-angolana. Contudo, isto não quer dizer que Angola não deva procurar outros parceiros económicos, ou aprofundar relações com os mesmos, se estes já existirem, com o intuito diversificar os seus negócios e tirar proveito de outras vantagens competitivas que possam melhor servi-la.

Fazendo um rescaldo das relações sino-angolanas, podemos olhar para uma parceria que nasce antes até de Angola se tornar uma nação, mas que apenas floresce quando esta encontra a paz. A cooperação entre China e Angola tem crescido a passos largos nas últimas duas décadas, permitindo ao país africano o desenvolvimento de redes de infraestrutura, através da presença chinesa no setor da construção. Numa tentativa de melhorar o acesso à água potável, energia elétrica e potencializar as infraestruturas do país, melhorar o sistema de transportes, saúde e educação, assim como desenvolver a capacidade produtiva do país indo para além da reconstrução de Angola. Numa estatística de 2015 com as linhas de crédito do Governo chinês, Angola conseguiu recuperar ou construir dois mil e oitocentos quilómetros de caminho-de-ferro, mais de mil quilómetros de estradas e 130 mil habitações sociais. Com o crédito da China, Angola construiu igualmente mil quilómetros de linhas de transmissão de energia elétrica, 14 subestações de energia, 78 escolas, 39 hospitais e 10 mil hectares de projetos de irrigação agrícola (Bernardo, 2019).



Como verificado em outros países africanos, o desenvolvimento do setor da construção ao possibilitar a implantação de infraestruturas, resulta na criação e crescimento de outros setores da economia, criando um ambiente mais atrativo para os negócios, e fazendo surgir novos parceiros dispostos a investir na esfera pública e privada angolana. Contudo, existem algumas preocupações da relação sino-angolana que devem ser mencionadas.

- O facto de o pagamento dos empréstimos chineses a Angola ser feito em petróleo, não só não permite o fortalecimento e estabilidade da moeda angolana, ficando esta exposta a choques no preço do petróleo, como faz com que as quedas de preço impossibilitem o governo angolano de atingir objetivos orçamentais, mostrando aí a desvantagem de depender unicamente de um recurso natural não renovável como método de financiamento.
- Como os projetos chineses são levados a cabo por empresas chinesas, que contratam em grande parte outras empresas chinesas para resolver problemas de operações, o dinheiro transacionado entre estas não passa pelas autoridades angolanas, uma vez que efetivamente ele nunca chega a sair da China.
- A falta de empregabilidade local causa problemas não só aos locais, como também aos chineses, que procuram nos trabalhadores nativos uma maneira de reduzir custos, mas estão sujeitos às cláusulas que impedem a subcontratação angolana de mais de 30% de cada projeto financiado por chineses, criando constrangimentos no desemprego.
- Finalmente convém notar que apesar de duas décadas de cooperação, a rede elétrica e o acesso à água potável em Angola ainda são deficientes, limitando inclusivamente o crescimento do investimento chinês, uma vez que é impossível criar uma fábrica num local sem água nem eletricidade. Segundo estatísticas de 2015, apenas 30% da população angolana tinha acesso a água potável (Rede Angola, 2015), e a capital Luanda representa 78% do consumo de eletricidade em Angola, mesmo notando que é aqui que se encontra a maior convergência de indústrias e serviços angolanos (Bernardo, 2019). Este último ponto, é mais um ponto negativo relacionado com as autoridades angolanas do que com a relação sino-africana, mas continua a ser um entrave ao desenvolvimento.

Concluindo, esta relação mostra grande potencial e é movida pelo entusiasmo dos sucessos das duas últimas décadas, mas tem fragilidades graves que têm de ser resolvidas de modo a atingir o maior ganho mútuo possível tanto para Angola como para a China.

## **9.2. Relações Sino-Brasileiras**

Tal como acontece com outros países de Língua Portuguesa, o início da relação entre o Brasil e a República Popular da China insere-se no contexto da Guerra Fria. O Brasil, como único país lusófono do continente americano e maior país da lusofonia tem características geográficas, políticas e socioeconómicas que o diferenciam bastante dos PALOP's.

Os primórdios das relações entre os dois países remontam ao ano de 1961, no qual foi realizada a visita do Vice-Presidente brasileiro João Goulart à China, com o intuito de alargar a lista de parceiros comerciais brasileiros, bem como de aumentar o prestígio internacional do Brasil. Todavia, em 1964, a instauração do regime militar brasileiro, fez com que o seu governo se afastasse de uma política externa internacionalmente neutra, optando por uma alinhada com o mundo ocidental, encabeçado pelos EUA (país que considera a América do Sul o seu “quintal”), passando graças a tal a repudiar o comunismo, e rompendo de imediato as relações diplomáticas com a RPC.

Em consequência da aproximação do mundo ocidental à China na década de 1970, as relações diplomáticas entre as duas nações foram oficialmente reestabelecidas em 1974. Em 1978, foi assinado o primeiro Acordo Comercial entre o Brasil e a China, fazendo com que as trocas comerciais sino-brasileiras crescessem gradualmente, passando de \$19,4 milhões em 1974 para \$202 milhões em 1979. Produtos primários, como algodão, açúcar e farelo de soja, representavam os bens brasileiros mais exportados para a China nesse período, correspondendo a cerca de 50% do total das exportações. Enquanto que, os compostos químicos e farmacêuticos eram os produtos chineses mais importados pelo Brasil, nesse mesmo espaço temporal, representando cerca de 67% do total das importações. A partir de 1978, o petróleo passou a representar mais de 95% das exportações brasileiras para a China (Becard, 2011).

Na década de 1980, assinaram-se mais de 20 acordos bilaterais, neles incluídos, acordos para a cooperação nas áreas das ciências e da tecnologia, energia nuclear e cooperação cultural e educacional. Estabelecendo desta forma, as bases para a cooperação futura sino-brasileira. É também nesta década, que são realizadas as primeiras

visitas de um Chefe de Estado brasileiro à China, como o Presidente João Figueiredo que visitou o gigante asiático em 1984, e o Presidente José Sarney a realiza-lo também em 1988. Nesse último ano, foi desenvolvido o projeto Cbers (*China-Brazil Earth Resource Satellite*), um projeto construção conjunta de satélites de detecção remota de recursos naturais, numa tentativa competir tecnologicamente com as nações desenvolvidas, resultando no lançamento conjunto de tais satélites. No entanto, as dificuldades económicas brasileiras no período pós instauração da democracia, em 1985, fizeram com que o Brasil não conseguisse cumprir com as suas obrigações, sendo o projeto apenas retomado anos mais tarde. Nesse mesmo período, as trocas comerciais entre as duas nações acabam por ser também afetadas pela instabilidade económica brasileira.

Após o fim da Guerra Fria, não só a China como também o Brasil, começaram a inserir-se mais na economia mundial liderada pela agora única superpotência, os EUA. Com a recuperação económica brasileira, as trocas comerciais voltam em 1994 aos valores registados em 1985, ou seja, do auge até então das relações sino-brasileiras. Com aproximadamente \$820 milhões em exportações e \$460 milhões em importações, totalizando um comércio de \$1,28 mil milhões, as relações sino-brasileiras são elevadas a um novo patamar, no qual os governos de ambos os países passaram a considerar a parceria entre os mesmos como estratégica (Becard, 2011).

Até 1998, as trocas comerciais cresceram gradualmente atingindo os \$2,2 mil milhões, mas é entre este ano e a década que se segue que o comércio sino-brasileiro aumenta vinte vezes, atingindo os \$48 mil milhões (Matias, 2009).

Durante este período, é preciso referir um marco importante das relações sino-brasileiras, a visita do então Presidente do Brasil, Lula da Silva, à China em 2004, na qual este foi acompanhado por nove ministros de Estado, seis governadores e aproximadamente 400 empresários. Desta viagem resultou a assinatura de nove acordos bilaterais e de catorze contratos empresariais. A visita serviu também para cimentar os laços diplomáticos entre as novas nações, bem como para lembrar os chineses da sua importância estratégica para o Brasil. Em 2009, Lula da Silva voltou a visitar a China, no 35º aniversário do estabelecimento oficial das relações entre os dois países.

As principais importações chinesas provenientes do Brasil são a soja, minério de ferro, maquinaria e equipamento de transporte, aço, partes automóveis, couro, madeira, e aviões comerciais, enquanto que o Brasil importa maioritariamente eletrodomésticos, maquinaria e equipamento eletrónico, produtos de alta tecnologia, produtos têxteis, e

rádios portáteis. Estas trocas comerciais demonstram por um lado a sede chinesa por recursos naturais para alimentar a sua economia, e por outro lado a sua necessidade de exportar bens de consumo para mercados estrangeiros (Matias, 2009).

Ao contrário dos PALOP's o Brasil é o único país lusófono designado como potência emergente, uma vez que a sua dimensão geográfica e demográfica, lhe concedem um potencial de desenvolvimento com características únicas no mundo lusófono. Em 2020, as trocas comerciais já ultrapassam os \$100 mil milhões, fazendo da China indisputavelmente o maior parceiro comercial do Brasil. Citando o Presidente chinês Xi Jinping "A amizade e cooperação sino-brasileira têm um futuro promissor e proeminente, com confiança ainda maior. Vamos trabalhar juntos para garantir que o navio da amizade China-Brasil avance na direção correta, supere todas as dificuldades e chegue com passos firmes a um futuro mais brilhante" (Deutsche Welle, 2015).

Com a tomada de posse do atual Presidente do Brasil Jair Bolsonaro, as relações sino-brasileiras parecem continuar a seguir um bom caminho, mesmo considerando a reaproximação brasileira com Washington, e o absoluto repúdio pela ideologia comunista do atual Presidente, que chega mesmo a afirmar querer erradicá-la do país (TSF, 2020). Esta posição abertamente anticomunista, não parece, no entanto, ameaçar diretamente as relações sino-brasileiras, tendo em conta que Bolsonaro já se reuniu por diversas vezes com o presidente chinês Xi Jinping, fazendo mesmo questão de lembrar, ao lado de Xi, que "A China é o nosso primeiro parceiro comercial e juntamente com toda a minha equipe, bem como com o empresariado brasileiro, nós queremos mais do que ampliar, diversificar as nossas relações comerciais" (Deutsche Welle, 2015).

Independentemente da posição pessoal do presidente brasileiro, a presença chinesa na economia brasileira já se tornou para além de incontornável, estando ambos os países demasiado interligados economicamente para existir uma rutura por motivos ideológicos, como aconteceu em 1964. Dada a crescente força da China na economia mundial, a dependência do Brasil em relação à mesma e as reuniões entre os líderes dos dois países, tudo indica que a relação sino-brasileira vai continuar a aprofundar-se independentemente de quem estiver no leme em Brasília.

### **9.3. Relações Sino-Cabo-Verdianas**

#### **9.3.1. História das Relações sino-cabo-verdianas**

Tal como com Angola, as relações entre a China e Cabo Verde, começam antes da independência nacional deste último, durante a década de 1960, que marca o início do apoio à sua luta pela libertação. Durante o regime do Estado Novo em Portugal, Cabo Verde era usada como destino dos adversários do regime, enviados para a Colónia Penal do Tarrafal, conhecida como Campo da Morte Lenta, e localizando-se assim longe da metrópole. Tal facto contribuiu para a tomada de consciência da nacionalidade cabo-verdiana, assumindo contornos políticos com a criação do Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC) liderado por Amílcar Cabral, político, teórico marxista e agrónomo, que partiu para a luta armada e política pela libertação e independência dessas duas colónias portuguesas (Ferreira, 2018).

Dada a posição estratégica das ilhas cabo-verdianas e no contexto da Guerra Fria, o PAIGC encontrou-se numa disputa entre os EUA, a URSS e até mesmo a China, que viam em África um lugar para aumentar a sua influência.

Após ganhar a independência a Portugal, declarada a 5 de julho de 1975, devido ao colapso do Estado Novo português com o 25 de Abril de 1974, o país africano tentou manter-se neutro em relação às grandes potências mundiais, recebendo ao mesmo tempo apoio das mesmas. O arquipélago tinha acesso à formação dos seus cargos administrativos a partir da URSS, mas eram as autoridades cabo-verdianas que travavam a legislação para direcionar o país oficialmente no campo socialista, na tentativa de manter relações normais com os EUA. Tendo em conta o estado em que se encontrava o país, fortemente dependente do exterior, indústria praticamente inexistente, e uma agricultura atrasada, tradicional e insuficiente para satisfazer sequer o seu mercado interno, existia a necessidade de manter boas relações com ambas as potências da altura.

Com a formação dos quadros na URSS, o modelo de economia centralizada no Estado vigorou até ao fim da década de 1980. Com o colapso do campo socialista, o apoio para este modelo parou, e Cabo Verde viu-se cada vez mais dependente do mundo ocidental e das remessas de imigrantes. Obrigando as autoridades cabo-verdianas a levar a cabo reformas na economia e no sistema político, originadas por pressões internas, fustigadas pelo fim do campo socialista, e permitindo o surgimento de outros partidos políticos, como o Movimento para a Democracia (MpD), sendo o protagonista, acabando

com o uni partidarismo, representado pelo Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV).

Com o fim do apoio soviético, uma outra nação acaba por se tornar muito importante para Cabo-Verde, a China. A intensificação das relações sino-cabo-verdianas enquadra-se no âmbito dos interesses estratégicos da China, sendo o principal utilizar Cabo Verde como plataforma de penetração no mercado africano, para tal a cooperação com o arquipélago foi alargada em todas as áreas, elevando a China à categoria de parceiro estratégico de Cabo Verde (Ferreira, 2018).

A criação do Fórum de Macau, em outubro de 2003, marcou o início de uma nova era das relações sino-cabo-verdianas, uma vez que se intensificaram os contactos ao nível da cooperação económica, cultural e técnico-institucional (Ferreira, 2018).

Apesar das relações diplomáticas entre os dois países serem estabelecidas em 1976, o florescer da relação é bem mais recente, marcado pelas visitas oficiais do Primeiro-Ministro de Cabo Verde à China em agosto e setembro de 2004, assim como em janeiro de 2006, no âmbito do Fórum Sino-africano, e pela visita do Ministro chinês dos Negócios Estrangeiros a Cabo Verde, em Janeiro de 2006. Que marcaram um ponto importante no desenvolvimento das relações sino-cabo-verdianas, da mesma maneira que o aumento da cooperação em novos campos, discriminados em seguida: turismo, comércio, têxteis, telecomunicações, *joint-ventures*, acesso a crédito e reforço do desenvolvimento na área de educação.

A China como parceiro político e econômico de Cabo Verde, tem apoiado a nação insular até nos mais importantes projetos, nomeadamente no setor das grandes obras públicas, com a construção e oferta pelos chineses de grandes edifícios emblemáticos como o Palácio da Assembleia Nacional, e o Palácio do Governo, que de certa forma simbolizam essa relação (Ferreira, 2018).

### **9.3.2. A presença Chinesa no Mercado Cabo-verdiano**

Os investimentos chineses em infraestrutura nos diferentes setores da economia vão para além da esfera pública (Ferreira, 2018). A China tem vindo a financiar vários projetos em Cabo Verde, de entre os quais se destacam: a cimenteira no concelho de Santa Cruz; contratos de empréstimo para projetos de habitação social; o E-GOV II - projeto de Governação Eletrónica, através da instalação da rede local em escolas, instituições

públicas e hospitais; e o Centro Tecnológico de Cabo Verde. Em julho de 2017, foi anunciada a construção do novo Campus da Universidade de Cabo Verde, com sessenta salas de aulas, que permitiram acolher 4.890 estudantes. O novo Campus Universitário irá contar com cinco auditórios, trinta e quatro laboratórios, oito salas de informática, oito salas de leitura, uma biblioteca, refeitórios, um pavilhão desportivo e um espaço multiusos com capacidade para 654 lugares. Desde a década de noventa do século passado, vão chegando a Cabo Verde um número significativo de pequenos investidores chineses, que abrem aí negócios no setor da comercialização de vestuário e de outros acessórios. Tendo em conta o aumento substancial deste tipo de atividade registado desde então, os chineses viram-se obrigados a diversificar os seus negócios, entrando nos seguintes setores, comércio por grosso e a retalho de produtos alimentares, construção civil, venda de peças automóveis, aluguer de viaturas, oficinas de manutenção e reparação de motociclos, mecânica, carpintaria, serralharia, moagem e indústria de alumínio (Madeira, 2017).

Em 2011 foi criada uma organização não-governamental cabo-verdiana, a *Associação de Amizade Cabo Verde-China* (AMICACHI), para ajudar a desenvolver os laços de amizade e intercâmbio cultural entre Cabo Verde e a China. Entre 2011 e 2012, a Universidade de Cabo Verde formaliza parcerias com universidades provinciais chinesas, reforçando a cooperação no domínio da formação de recursos humanos e da capacitação profissional (Madeira, 2017).

Em 2015, o Governo de Cabo Verde assinou um acordo para a construção de um Resort na Cidade da Praia, o projeto *Cape Verde Integrated Resort & Casino*, orçamentado em cerca de 250 milhões de euros, representa um dos maiores alguma vez realizados em Cabo Verde, e tem reflexo direto na economia nacional, tendo em conta que reflete uma quantia significativamente elevada quando comparado com modesto orçamento cabo-verdiano, podendo assim reconfigurar a relação sino-cabo-verdiana. O projeto desperta expectativas positivas na população, é visto como instrumento de “desenvolvimento” gerador de empregos e inaugurador de uma nova fase no turismo em Cabo Verde, mas os impactos socioeconómicos do casino podem ser variados. Enquanto que por um lado o projeto apresenta a possibilidade de modernizar a ilha de Praia tornando-a num destino turístico atrativo, por outro surgem preocupações, sendo o facto das comunidades piscatórias que vivem nas imediações do futuro complexo turístico cuja única forma de subsistência é a pesca poderem ver a sua situação socioeconómica piorar sem haver justa compensação, uma delas (Ferreira, 2018).

A falta de transparência com que tanto as autoridades nacionais como a empresa macaense responsável pelo projeto têm levado a cabo a estruturação do mesmo, origina também preocupações relativamente ao ganho concreto para a sociedade cabo-verdiana, receando esta que o projeto sirva apenas os investidores estrangeiros e as elites locais (Ferreira, 2018).

Em 2017, o Ministério da Educação de Cabo Verde juntamente com o Instituto Confúcio da Universidade de Cabo Verde, assinou um protocolo de cooperação para que o idioma Mandarim seja introduzido no Sistema de Ensino cabo-verdiano com o intuito de possibilitar mais oportunidades e uma maior aproximação cultural.

O progresso de Cabo Verde desde a sua independência e até à atualidade é notável, sendo este o país com o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os PALOP's, e um dos países mais estáveis do continente a nível político, económico e social. Contudo, o seu tamanho em termos geográficos, demográficos e económicos, fazem com que o arquipélago não esteja nas prioridades da China, cujo interesse em Cabo Verde passa em parte pela proximidade deste país aos restantes países de Língua Portuguesa e ao Senegal.

#### **9.4. Relações Sino-Moçambicanas**

As relações entre Moçambique e a China, à semelhança dos restantes PALOP's, remontam à década de 1960, iniciando-se com a ajuda prestada pela China à Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que combateu o colonialismo português até à queda do Estado novo, e que se estabeleceu no poder desde a sua independência em 1975. Contudo, é apenas nos finais da década de 1990 que a relação entre os dois países se começa a desenvolver, mais concretamente depois do fim da guerra civil que assolou Moçambique entre 1977 e 1992. Em 1997, o banco chinês EXIM começou a oferecer incentivos financeiros a empresas chinesas para investir e/ou começar um negócio em Moçambique. Assim como verificado em Angola, depois da guerra civil esta nação africana precisava de desenvolver as suas infraestruturas, sendo também neste caso o setor da construção um dos principais focos desta fonte de financiamento, passando, no entanto, a cooperação inicial também pelas áreas da saúde, através da disponibilização de equipas médicas e de comprimidos para combater a malária, e da educação, através de formações chinesas a moçambicanos (Abbas, 2018).



Em 2007, o então Presidente chinês Hu Jintao prometeu intensificar a ajuda a Moçambique, por meio de crédito financeiro e do aprofundamento da cooperação nas áreas da agricultura, tecnologia, educação, saúde, infraestrutura, extração de recursos naturais e segurança e defesa nacional. Posto isto, em 2009, iniciou-se a construção do Centro de Demonstração e Transferência de Tecnologia Agrícola, em Maputo, gerido pela empresa chinesa Hubei LianFeng Mozambique, com o objetivo de partilhar técnicas e tecnologias agrícolas entre os dois países, para aumentar a eficiência das colheitas dos agricultores locais. A construção terminou em 2010, a cooperação tecnológica estendeu-se entre 2012 e 2014, e a atividade comercial fruto desta cooperação começou no ano seguinte, durando de 2015 até aos dias de hoje (Jiang et al., 2016).

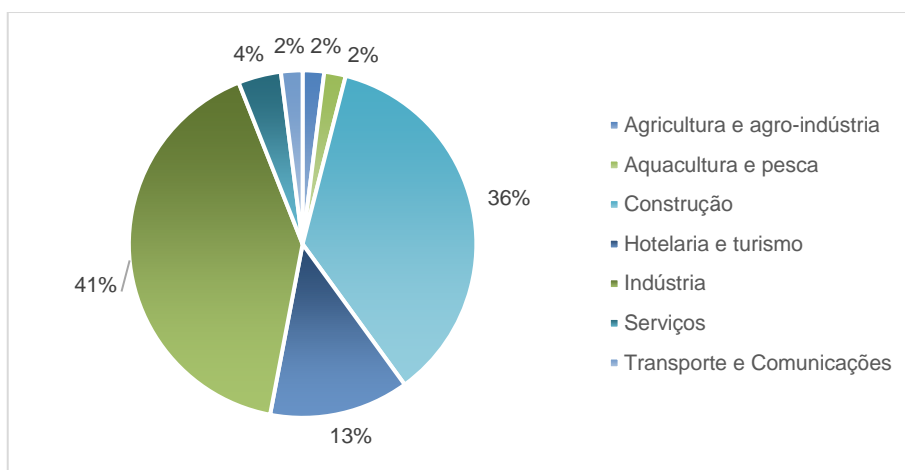
As condições para a criação deste centro passaram pela cedência de terras por parte do governo moçambicano, onde a partilha de tecnologia pudesse acontecer. Tendo como outras condições, a isenção de impostos em todas as importações relacionadas com a aplicação da mesma, e a obrigatoriedade de limitar a construção do projeto a empresas chinesas, incluindo, nesta última, estruturas de irrigação, fornecimento de equipamento, maquinaria e especialistas exclusivamente provenientes da China. Posto isto, a transferência de tecnologia agrícola para Moçambique não se tratou de um presente à nação africana, mas sim de uma troca de tecnologia por condições de negócio favoráveis para as empresas chinesas (Abbas, 2018).

A cooperação sino-moçambicana na década de 2000 foca-se no desenvolvimento de infraestrutura, agricultura e extração de recursos naturais. As autoridades moçambicanas viram, e continuam a ver, este tipo de cooperação como benéfica para o país, reforçando assim a ideia trazida pelos chineses de ganhos mútuos. Esta perspetiva positiva do governo de Moçambique aliada aos custos relativamente baixos que os chineses propõem, permitiu que as empresas chinesas a querer operar neste país ganhassem quase todos os concursos públicos de construção de infraestrutura, explicando em parte o à vontade com que estas empresas operam no país. Existem, contudo, queixas, à semelhança do que acontece em outros países como Angola, de que a qualidade das construções chinesas não são as melhores (Abbas, 2018).

Desde o intensificar da cooperação sino-moçambicana, o investimento chinês neste país africano passou dum valor quase inexistente no ano de 2002 para quase \$300 milhões em 2017, fazendo da China um parceiro estratégico de Moçambique, e tonando-a o seu maior investidor no país africano em 2008 (Abbas, 2018).

Analisando o volume de investimento chinês por setor, este mostra-se mais concentrado nos setores da indústria com 41% e da construção com 36%, agregando estes dois quase  $\frac{3}{4}$  do total. O setor do turismo e hotelaria compõe 13%, seguido pelo setor dos serviços com 4%, e finalmente pelos setores da agricultura, aquacultura e pescas, transportes e comunicações que representam 2% do total cada (Abbas, 2018).

**Gráfico 2 – Investimento chinês em Moçambique por setor (2002-2017)**

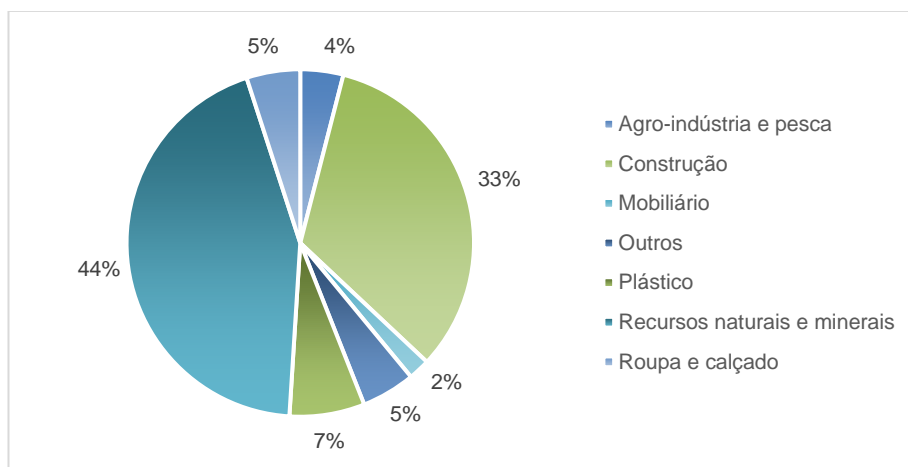


Fonte: Abbas, 2018 p.13

Como mencionado anteriormente, o setor de atividade com mais investimento chinês é o da construção que tem visto financiamento para projetos de obras publicas em Moçambique desde 1999. Exemplos destes projetos são: o Centro de Conferências Joaquim Chissano, o edifício do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o projeto de habitação social em Zimpeto e o Estádio Nacional. A presença de empresas de construção chinesa também se faz sentir em projetos de infraestrutura como: reconstrução de estradas nacionais, expansão de portos marítimos, reabilitação de sistemas de abastecimento de água em zonas urbanas, construção de edifícios para escritórios, de habitação de baixo custo e infraestrutura rural (Abbas, 2018).

No que toca a investimento chinês por setor industrial moçambicano (41% do investimento total, como visto a cima), este divide-se em 44% para a industria extrativa, 33% para industria de apoio ao setor da construção, 7% para a industria dos plásticos, 5% para o vestuário e calçado, 4% para a industria agroalimentar e os restantes 5% compõem as mais pequenas industrias do papel, vidro, componentes eletrónicos, reciclagem e outros (Abbas, 2018).

**Gráfico 3 – Distribuição do investimento chinês no setor da indústria em Moçambique de 2002 a 2017**



Fonte: Abbas, 2018 p.14

Assim como acontece em outros países africanos, o investimento chinês no setor da indústria em Moçambique é principalmente dirigido para a indústria extrativa (44%), incluindo hidrocarbonatos, metais pesados, madeira e florestas, entre outros. A indústria moçambicana está também focada no apoio à construção (33%), levada a cabo maioritariamente por chineses, sendo neste caso investimento que reverte indiretamente a favor das empresas chinesas no setor da construção.

A maior parte do investimento chinês no país é centrado em torno de Maputo embora existam dezenas de projetos chineses espalhados por Moçambique (Abbas, 2018).

No que toca à balança comercial sino-moçambicana, esta é semelhante à de outros PALOP's ricos em recursos naturais. Observando as exportações de Moçambique para a China, entre 2014 e 2017, verifica-se que estas se desagregam da seguinte forma: recursos minerais (39%), madeira (32%), produtos alimentares e tabaco (16%), produtos para a indústria química (10%) e materiais têxteis (2%). Dos 32% que representam as exportações de madeira, 97% trata-se de madeira não processada. É importante ressaltar que a quantidade mencionada de madeira não processada exportada, representa apenas o valor oficialmente admitido, sendo que o tráfico ilegal estima-se representar metade do registado pelas autoridades moçambicanas (Abbas, 2018). Tal fenómeno, levanta sérias preocupações ambientais, como é explorado mais à frente neste documento, no capítulo "11. Desvantagens da presença chinesa em África".

As importações moçambicanas da China focam-se nos bens de consumo e comodidades (30%), equipamento e maquinaria elétrica e eletrónica (22%), equipamento

de transporte como tratores, barcos de pesca e veículos para o transporte de mercadorias (17%) e metais comuns como o ferro e o aço (10%) (Abbas, 2018).

Em termos de criação de emprego através de projetos chineses este fica aquém das expectativas tanto das autoridades anfitriãs como das do país investidor. Sendo os setores da indústria e da construção os maiores recipientes de investimento, é neles que existe maior número de trabalhadores nacionais. No entanto, o número de trabalhadores nacionais empregues foi de apenas cerca de 11 mil em 2008 e 12 mil entre 2014 e 2017. Estando a população moçambicana perto dos 30 milhões de habitantes, estes números não são significantes no que toca a real criação de emprego por parte dos chineses em Moçambique. Ainda mais preocupante é o elevado número de denúncias, queixas e conflitos entre trabalhadores locais e as empresas chinesas devido a falta de condições de trabalho, inexistência de contratos e baixos salários, assim como contratação ilegal de chineses em obras levadas a cabo por empresas chinesas no país africano (Abbas, 2018).

A relação sino-moçambicana é apresentada pelas autoridades de ambos os países como uma de ganho mútuo que promove o desenvolvimento, cria emprego e melhora a qualidade de vida da população local. No entanto, a realidade é bastante mais complexa, pois apesar de existir o desenvolvimento de infraestrutura e de mercados para exportação de produtos, este trás consigo não só exploração laboral como exploração massiva dos recursos naturais moçambicanos. Parecendo beneficiar mais as elites locais e os interesses chineses, do que a qualidade de vida da população moçambicana, através por exemplo de progressos nas áreas da independência alimentar e criação de emprego. O facto de que Moçambique importar grandes quantidades de produtos alimentares quando tem potencial, não só para satisfazer plenamente a sua procura interna como para exportar, levanta sérias questões sobre a vontade de desenvolver Moçambique por aqueles que estão em posição para o fazer (Abbas, 2018).

Assim sendo, existe a preocupação de que ao manter-se o ritmo de extração de recursos naturais, Moçambique perca as suas fontes de riqueza, e que depois disto os investidores chineses simplesmente abandonem o país, deixando-o na mesma situação em que estava anteriormente.

Moçambique continua como um dos países mais pobres do mundo, e mais recentemente a presença de grupos armados leais ao Estado Islâmico arrastou esta nação africana de novo para um conflito bélico no extremo norte, mais concretamente na província

de Cabo Delgado, conflito este que já fez milhares de mortos e centenas de milhares de deslocados (RTP, 2020a).

O governo de Moçambique não se considera capaz de lidar com tal situação sozinho, tendo já pedido ajuda à comunidade internacional, resta saber quem poderá vir em seu auxílio, sendo a China um forte candidato (Jornal i, 2020).

### **9.5. Relações Sino-Guineenses**

A Guiné-Bissau é o país mais pobre e instável do mundo lusófono no continente africano. As relações diplomáticas entre a China e este pequeno país africano passaram por diferentes períodos, tanto de amizade e cooperação, como de hostilidade e confrontação. Durante a luta armada pela libertação, a China, tal como a URSS apoiaram o PAIGC, que unia na altura os esforços de libertação da Guiné Bissau e de Cabo Verde. O seu território era especialmente difícil para as forças coloniais portuguesas, graças ao elevado apoio chinês e soviético, mas também à geografia guineense que permitia aos rebeldes escapar-se para além das fronteiras da antiga colónia. Entre a conquista da sua independência em 1975 - após a queda do regime do Estado Novo em Portugal a 25 de Abril de 1974 - e 1990, o gigante asiático apoiou a Guiné-Bissau nessa época, tal como fez noutros países lusófonos, ou seja, através da construção de infraestruturas e da ajuda técnica para a adoção de novos procedimentos agrícolas. Apesar desta ajuda, em 1990, as autoridades guineenses, já emancipadas do PAIGC que lhes dera a independência, tomaram uma postura de confrontação com a República Popular da China e decidiram desenvolver relações com a República da China, conhecida como Taiwan, que efetivamente cancelou as relações com Pequim. Contudo em 1998, Bissau voltou a reconhecer a RPC como o único representante do povo chinês e foi possível reestabelecer relações.

Desde 1998, a cooperação entre os dois países voltou na mesma linha que antecedeu o corte de relações, com projetos de construção nos setores da agricultura, pescas, habitação, energia e cooperação técnica e desenvolvimento de infraestruturas. A China também financiou a construção de uma grande barragem, um porto de águas profundas, e a reconstrução das mais importantes estradas e pontes. Na esfera pública os chineses construíram o edifício do parlamento nacional guineense, reabilitaram o palácio presidencial e realizaram projetos de habitação social. Todos os anos a China proporciona

cem bolsas a estudantes universitários guineenses para estes estudarem em universidades chinesas (Matias, 2009).

As autoridades chinesas continuam a garantir o seu apoio no desenvolvimento das infraestruturas da Guiné-Bissau. O novo embaixador da China no pequeno país, Guo Ce, afirmou: “Já vi muitos edifícios construídos pelo governo chinês e acredito que vou promover ainda mais apoios a favor da Guiné-Bissau”. O atual presidente da Guiné-Bissau, Úmaro Sissoco Embaló diz querer trabalhar com a China e alargar a cooperação bilateral a novas áreas, de forma pragmática, segundo um comunicado da Embaixada chinesa em Bissau, agradecendo ainda o apoio e assistência de longa data dados pela China ao processo de desenvolvimento do seu país (Macauhub, 2020).

Dada a pequena dimensão desta nação africana, a sua atual situação socioeconómica, e a relevância que as autoridades guineenses dão aos seus parceiros chineses, a presença chinesa mostrou-se e continua a mostrar-se da maior importância para Bissau.

## **9.6. Relações Sino-Portuguesas**

### **9.6.1. Relações pós Transferência de Soberania de Macau**

De entre os países da lusofonia Portugal é o que mais longa história tem de relações com a China. Remontando esta ao início do século XVI, e estando muito centrada em torno da cidade de Macau e ao processo que levou a que os portugueses administrassem esse território. Uma vez que esse processo e a história da cidade de Macau foram já descritos em detalhe neste documento, no capítulo “6. Macau e o Fórum Macau”, esta parte do documento certar-se-á nas relações entre Portugal e a República Popular da China nas últimas décadas, focando nos aspetos da sua relação económica.

Como anteriormente descrito a transferência da administração do território de Macau de Portugal para a China foi feito na base da “amizade e confiança mútua” tendo os dois países dado um excelente exemplo à comunidade internacional no que toca a relações bilaterais.

Com o maior constrangimento às relações entre as duas nações resolvido, as relações sino-portuguesas entraram numa nova fase. Em dezembro de 2005, dois anos depois da criação do Fórum de Macau, o primeiro-ministro chinês Wen Jiabao visitou Lisboa e os dois países estabeleceram a “Parceria para a Compreensão Estratégica

Global”, para a cooperação nas áreas do comércio e investimento, finanças, tecnologias de informação e comunicação, energia, educação, ciência e tecnologia, ambiente, desenvolvimento sustentável e cultura. Foi ainda estabelecido o objetivo de duplicar o comércio bilateral entre os dois países num prazo de 3 anos, objetivo este alcançado antes desta meta temporal (Matias, 2009). Esta visita realizou-se na sequência da visita do Presidente Jorge Sampaio à China no início do mesmo ano, com o intuito de “marcar a vontade política dos dois países em continuarem e explorarem novas formas de relacionamento” tendo em conta as “empresas portuguesas interessadas em exportar e investir na China, e vice-versa” (Galinha, 2017).

Para Pequim, Portugal não só tem uma ligação histórica e cultural aos países lusófonos, como é um país da UE podendo tornar-se uma “porta de entrada” facilitada para a China na Europa. Para além disso, permite ainda ao gigante asiático o acesso ao seu *know-how*, a formação de quadros qualificados, e vai de encontro ao posicionamento estratégico da China no Atlântico graças à sua plataforma continental (Galinha, 2017).

O acesso ao *know-how* português é um ponto de especial interesse para as empresas chinesas, desta forma os técnicos chineses aprenderem como se gerem empresas “à moda portuguesa ou europeia”, sendo esta também a razão pela qual mesmo como acionistas maioritários, os investidores chineses não queiram modificar as administrações (Galinha, 2017).

A relação sino-portuguesa, pretende reforçar a cooperação em diversos domínios: diálogo político, económico, língua, cultura e educação, ciência e tecnologia, justiça e saúde. Como Portugal é um país da UE e se encontra algo que dependente da mesma em matéria de relações económicas com outros países, o estreitar das relações sino-portuguesas pode ser enquadrado na dimensão europeia de Portugal. No âmbito da UE, persistem questões como o embargo de armas à RPC, que vigora desde 1989, e o estatuto de economia de mercado da China. A UE não tem uma política comum em relação à China, o que permite aos chineses atingir ganhos através de negociações bilaterais com membros individuais da união.

Entre o ano de 2005, data do estabelecimento da “Parceria para a Compreensão Estratégica Global” e 2015, existiu um visível alargamento da cooperação nas áreas político-diplomática, comercial e de investimento. A nível de contactos bilaterais, registou-se uma intensificação, visível pelo aumento do número e estatuto das visitas de alto nível

tanto a Portugal como à China. Neste mesmo período, dois presidentes portugueses e dois presidentes chineses deslocaram-se à RPC e a Portugal, respetivamente (Galinha, 2017).

Em relação à cooperação financeira, no ano de 2015 Portugal aderiu ao Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura como membro fundador, o que permite à nação lusa aceder a mais linhas de crédito para o desenvolvimento de infraestruturas (Galinha, 2017).

As relações comerciais entre os dois países aumentaram substancialmente, representando um aumento de 253,6%, e passando de \$1.236 mil milhões em 2005 para \$4.370 mil milhões em 2015. Com a crise financeira de 2008 surgiu a “oportunidade” de investimento chinês em Portugal não englobado na Parceria Estratégica Global, tendo tal investimento sido realizado em setores chave da economia portuguesa (Galinha, 2017).

Para a economia portuguesa a entrada de capital chinês satisfaz uma necessidade imediata de liquidez, mas a quase ausência de criação de emprego e a presença de investimento maioritariamente em setores estratégicos suscita dúvidas quanto ao futuro potencial da relação. Agravadas pela dificuldade que as empresas portuguesas têm em entrar no mercado chinês mostra falta de reciprocidade na relação sino-chinesa.

### **9.6.2. Grandes Investimentos Chineses em Portugal**

O investimento chinês mais conhecido em Portugal remonta ao ano de 2011, com a aquisição de uma participação de 21,35% do capital social da empresa estatal Energias de Portugal (EDP) pela China Three Gorges, maior produtora de energia hidroelétrica do mundo possuindo a maior barragem mundial. Após um concurso internacional ao qual se candidataram outras três empresas, a operação ficou acertada em dezembro de 2011, sendo concretizada em maio de 2012. Esta aquisição rendeu ao Estado português 2,7 mil milhões de euros, constituindo mais de metade de todo o investimento chinês na UE em 2011 (Galinha, 2017). O interesse chinês na EDP passou pela alta rentabilidade da empresa e a capacidade de gerar retorno rápido e significativo, mas também pelo acesso a *know-how* sobre o mercado energético, especialmente no que toca às energias renováveis, permitindo à China ganhar uma posição no mercado energético lusófono e europeu. O investimento chinês na EDP permitiu também a formação de jovens quadros chineses, tendo em conta que entre 2011 e 2016, 45 formandos oriundos da China receberam formação na empresa portuguesa de energia (Galinha, 2017).

A aquisição de uma participação da Redes Energéticas Nacionais (REN) por parte da State Grid em fevereiro de 2012 representa outro dos negócios mais significativos. A



estatal chinesa State Grid investiu €387,15 milhões numa participação de 25% do capital social da empresa responsável pela gestão da rede elétrica e de gás natural em alta pressão em Portugal (Galinha, 2017).

A empresa portuguesa está presente no mercado ibérico e em Moçambique, tendo ainda a totalidade da Energia das Ondas (Enondas), que detém a concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar, entre 2010 e 2045 (Galinha, 2017).

### **9.6.3. Porto de Sines e a “Porta para a Europa”**

Portugal é sinónimo de nação marítima há muitos séculos. Incontestável pioneiro na conquista dos oceanos, esta nação foi responsável pela interconectividade marítima do continente americano, africano e asiático. Ainda hoje, o mar desempenha um papel importante na vida das pessoas, assim como na economia do país. Por ser a fronteira europeia com o Atlântico, Portugal encontra-se numa zona privilegiada de confluência das principais rotas marítimas internacionais (Gaspar, 2018).

O Porto de Sines é o maior porto oceânico português e um dos principais portos de águas profundas da península ibérica. Os seus terminais são capazes de receber e movimentar todo o tipo de cargas, incluindo hidrocarbonetos, carvão e gás natural, que fazem do porto não só a principal fonte de abastecimento energético nacional como uma importante infraestrutura de importância geoestratégica. Este possui, atualmente, um terminal de contentores com uma área de armazenagem de 39 hectares, capaz de permitir a acostagem dos maiores e mais recentes porta-contentores das rotas transcontinentais (Gaspar, 2018). O Porto de Sines e a sua Zona Industrial e Logística de retaguarda têm mais de dois mil hectares. Encontrar-se livre de pressões urbanas, ter capacidade de expansão a longo prazo, dispor de acessibilidades terrestres adequadas para o tráfego atual e apresentar um plano de evolução rodoferroviário, são outras características relevantes deste porto (Galinha, 2017).

Dado ao seu tamanho, potencial e posição geoestratégica já foi demonstrado interesse por parte dos chineses em investir em Sines, sendo tal referido pelo diplomata chinês Lv Fengding membro do Grupo Consultivo de Política Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) da RPC (Galinha, 2017). O Porto de Sines possui, assim, todas as condições para se tornar num importante *Hub* marítimo europeu na receção dos navios provenientes do Atlântico, cimentando o potencial português como o veículo de entrada da China na Europa.

### **9.7. Relações Sino-São-tomenses**

À semelhança do que aconteceu com as restantes ex-colónias portuguesas, as relações entre a China e São Tomé e Príncipe enquadram-se no contexto da Guerra Fria e do período pós 25 de abril de 1974. Em 1960, foi fundado o Comitê pela Libertação de São Tomé e Príncipe, organizado no exílio no Gabão, para combater o colonialismo português. Este grupo tornar-se-ia o Movimento Comitê pela Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) em 1972 e ganharia o poder com a queda do Estado Novo em 1974. Reconhecido como o único representante legítimo do povo santomense a 12 de julho de 1975, o MLSTP estabelece um sistema unipartidário e começa a nacionalizar a economia entrando no campo socialista e começando a criar laços com países como a União Soviética, a República Popular da China e Cuba. Com a queda da URSS a pequena nação santomense perde muito do seu apoio económico, diplomático e político, e tal como verificado noutros países africanos, começou a reformar-se, tornando-se em 1989 um sistema multipartidário, permitindo assim a eleição de outros partidos políticos. Em 1997, São Tomé e Príncipe estabelece relações com a República da China quebrando os laços diplomáticos com Pequim.

As relações diplomáticas entre a República Popular da China e São Tomé e Príncipe só seriam reestabelecidas 2016, sendo aberta a embaixada chinesa no país insular, depois do corte de relações com Taipé.

Deste modo a relação sino-são-tomense encontra-se numa fase embrionária, contudo segundo o primeiro-ministro santomense, Jorge Bom Jesus, a China é um parceiro importantíssimo que está a auxiliar o país no seu processo de modernização, através em particular dos projetos estruturantes do aeroporto, do novo porto marítimo de águas profundas e da construção de habitação. Segundo Bom Jesus, haverá financiamento chinês para além da abertura a fundos privados, através dos bancos chineses e linhas de crédito postas à disposição (Macauhub, 2019).

Existe também interesse por parte dos chineses nos vastos recursos marítimos santomenses e na abertura à atividade piscatória chinesa que, segundo a Ministra do Comércio de São Tomé e Príncipe, Maria da Graça Lavres, é uma questão de tempo até esse acesso ser propiciado (Diário de Notícias, n.d.).

As autoridades santomenses esperam que com ajuda chinesa possam dinamizar o turismo, a reabilitação das suas infraestruturas e resistir a pressões do Fundo Monetário Internacional (FMI).

## 9.8. Relações Sino-Timorenses

Timor-Leste é o único país lusófono no continente asiático. Depois de ganhar a independência de Portugal, terminada a guerra civil que se seguiu em 1975, e ultrapassada a sangrenta ocupação indonésia durante mais de 25 anos, os timorenses conseguiram realizar um referendo em 1999 patrocinado pela ONU, onde a esmagadora maioria da população votou a favor da independência, e no qual Portugal teve um papel importante nas negociações com o governo indonésio. Deste modo, depois de administrado durante 3 anos pelas Nações Unidas, Timor-Leste, tornou-se na primeira nação a formar-se no século XXI. A China foi o primeiro país a estabelecer relações diplomáticas com Dili e desde então Pequim tem sido um “bom amigo” de Timor-Leste. Esta jovem e pequena nação ainda é ameaçada por falta de união nacional, e instabilidade política sendo uma das nações mais pobres do mundo (Matias, 2009).

A estratégia chinesa para Timor-Leste é semelhante à dos restantes países dos lusófonos, passando pelo financiamento da construção de edifícios governamentais e infraestrutura pública, pela formação de recursos humanos, nomeadamente funcionários públicos através de cursos em território chinês e pela oferta de bolsas a estudantes universitários timorenses para estudarem em universidades chinesas. Milhares de técnicos chineses treinaram técnicos timorenses em métodos de gestão agrícola, planeamento urbano, entre outros. A China construiu edifícios como o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Ministério da Defesa, o quartel-general das Forças de Defesa de Timor-Leste e o Palácio Presidencial (The Diplomat, 2016).

Economicamente a China é a fornecedora de importações baratas e um potencial destino das exportações timorenses. A balança comercial de Timor-Leste é muito desequilibrada, tendo a pequena nação em 2014 gasto \$982 milhões em importações e apenas exportado \$91 milhões em bens, excluindo o petróleo. Os parceiros tradicionais continuam a ser a Indonésia e Singapura, mas a China já se tornou a terceira maior fonte de importações no valor de \$41 milhões. Existem empresários timorenses que olham com agrado para a presença chinesa pois esta é a fonte de maquinaria e tecnologia barata (The Diplomat, 2016).

Tal como em outros países lusófonos existe aí também uma comunidade chinesa de pequenos retalhistas. Quando a Indonésia invadiu Timor-Leste em 1975 havia cerca de 20 mil chineses no país, mas durante a ocupação muitos emigraram para a China, Austrália ou para as Filipinas ficando apenas entre dois a três mil chineses na pequena nação, que

vivem na sua maioria sem grande contacto com a população nativa, e que apresentam sentimentos mistos sobre a sua presença no país (The Diplomat, 2016).

Para a China, a nação timorense é um importante parceiro no sudoeste asiático não só por razões geopolíticas, mas também pelo petróleo e gás natural disponível e que os chineses necessitam para alimentar a sua economia. As empresas chinesas estão desejosas de obter participações nas reservas na costa timorense desses recursos, no entanto, até ao momento Pequim ainda não conseguiu nenhum contrato para a exploração de hidrocarbonetos (Matias, 2009).

Para Timor-Leste a China é um amigo internacional que cria equilíbrio com os outros parceiros da pequena nação. Todavia, mesmo aceitando muito do apoio chinês no passado, recusou os avanços chineses no que diz respeito aos direitos de exploração petrolífera na costa timorense e à construção de radares para mitigar a pesca ilegal. Posto isto, fica claro que a vontade das autoridades de Timor-Leste é de manter boas relações com a China, sem ficar demasiado dependente dum só parceiro.

## **10. A presença chinesa em África**

### **10.1. Vantagens para África da presença chinesa**

Como estamos a falar da relação entre a segunda maior economia do mundo com meia centena de países do continente africano é espectável que existam tanto benefícios como desafios. Contudo no quadro geral o crescente envolvimento da China em África tem sido positivo para as suas economias, governos e trabalhadores, sendo este capítulo centrado nas vantagens destas relações.

As mais de dez mil empresas chinesas na região empregam milhões de cidadãos africanos, proporcionam novos mercados para as matérias-primas e comodidades serem exportadas, ao mesmo tempo que modernizam os mercados locais e aumentam a sua produtividade.

Em suma, existem muitos benefícios em escolher parceiros chineses em detrimento de outros, nomeadamente, a eficiência de custos e administrativa, e a rapidez de execução. Uma vez que, projetos multilaterais que envolvam vários países entre eles alguns ocidentais, levam anos a serem negociados, os projetos bilaterais com empresas chinesas demoram apenas meses (Sun et al., 2017).

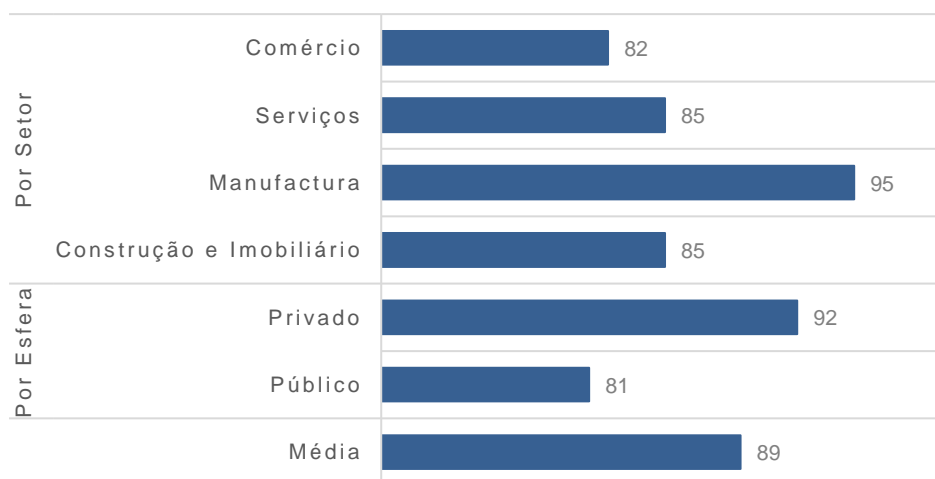
#### **10.1.1. Mão de obra**

A mão de obra local tem sido a mais usada pelas empresas chinesas, sendo que compõe em média 89% dos postos de trabalho. Tendo em conta que são mais de dez mil empresas, podemos deduzir que estas empreguem alguns milhões de trabalhadores africanos. São as empresas privadas chinesas que empregam mais locais, cerca de 92% da sua força de trabalho, ao contrário das empresas públicas chinesas onde em média apenas 81% são locais. Tal fenómeno deve-se ao facto dos trabalhadores chineses apesar de mais produtivos que os locais serem cinco vezes mais caros, levando o setor privado a preferir contratar esses últimos com o propósito de aumentar a eficiência sacrificando controlo (Sun et al., 2017).

Os valores percentuais de contratação local divergem pouco entre os setores de atividade mais comuns das empresas chinesas no continente africano, mas tendem a ser mais altas de acordo com o grau de especialização do setor. O setor do comércio, sendo o que requer menor especialização emprega 82% localmente, seguido dos setores da

construção e imobiliário, e o de serviços onde o peso da contratação local é de 85%, e pelo setor da manufatura o que requer maior especialização e emprega 95% localmente, tal como demonstrado no seguinte gráfico (Sun et al., 2017):

**Gráfico 4 – Empregabilidade local das empresas chinesas (em percentagem)**

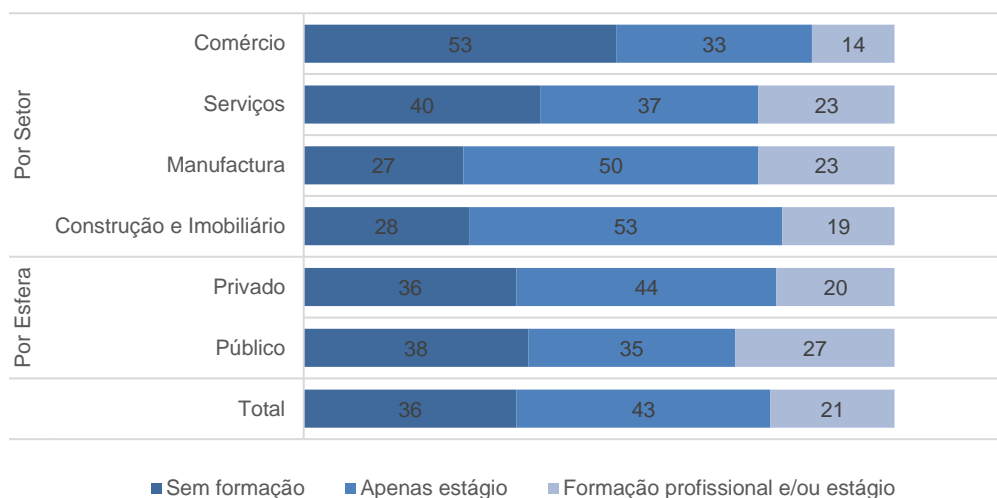


Fonte: Sun et al., 2017 pp.40-41

### 10.1.2. Longevidade dos compromissos

As empresas chinesas tendem a criar compromissos de longa duração, não só nos seus investimentos financeiros, mas também no que diz respeito à relação com a mão de obra local. Quase 70% dos empregadores chineses investem em programas de treino para os trabalhadores locais, independentemente de trabalharem em setores como a construção e a manufatura onde o trabalho especializado é mais importante, ou em profissões de comércio e serviços que não exigem tanta aprendizagem, não deixando de ser evidentemente que é nos setores mais especializados onde existe mais formação. A divisão do nível de formação, por tipo e por setor, proporcionada pelas empresas chinesas em África, pode ser resumida através do seguinte gráfico:

**Gráfico 5 – Programas de formação proporcionados por empresas chinesas (percentagem de empresas)**



Fonte: Sun et al., 2017 pp.40-41

Posto isto, é possível constatar que o nível de formação oferecido está diretamente relacionado com o nível de especialização necessário para cada setor, sendo, ainda assim, relativamente alto mesmo nos setores onde o nível exigido é menos elevado. Deste modo, no setor do comércio, o que requer menor especialização, 47% das empresas formam os seus colaboradores. Em todos os outros setores, mais comuns, onde estão presentes empresas chinesas, a quantidade destas que investe na formação dos seus trabalhadores é superior à das que não o fazem. Assim, as empresas chinesas a oferecer formação nos setores dos serviços, construção e imobiliário, e manufatura, são 60%, 72%, e 73%, respetivamente.

As empresas estatais chinesas a formar os seus trabalhadores representam sensivelmente a mesma percentagem das suas compatriotas do setor privado que também o fazem, sendo a diferença comparativa de apenas de 2%. No entanto, o tipo de formação prestado pelas empresas públicas pode considerar-se mais qualificante, uma vez que o peso da formação profissional com possibilidade ou não de estágio tem aí um peso mais elevado, quando comparada com as empresas do setor privado (Sun et al., 2017).

As empresas chinesas preferem ser elas a formar os seus trabalhadores, ao invés destes possuírem já qualquer tipo formação e/ou especialização, tais fenómenos deve-se ao facto de muitas das escolas técnicas locais ainda lecionarem os métodos que os ocidentais lá deixaram e que em muitos setores de atividade são obsoletos há mais de uma geração.

Um exemplo, da aposta chinesa na formação, é a AVIC, empresa pública chinesa que opera em vários setores de atividade, responsável por criar uma série de programas de formação técnica e vocacional em seis países africanos, com o intuito de dar aos locais as competências que serão uteis não só nos setores da sua empresa, mas também nos setores onde outras empresas chinesas operam. Estes programas focam-se em maquinaria, eletrónica, manutenção aeronáutica e outras competências, direcionados para os setores do petróleo e da madeira. Alguns destes programas incluem a ida para a China e a realização de estudos em território chinês (Sun et al., 2017).

### **10.1.3. Administração e Gestão**

Na administração e gestão a realidade difere do resto do mercado de trabalho. Aqui apenas 44% dos quadros superiores das empresas são constituídos por locais. Tal deve-se não só ao facto da falta de formação local comparada à da RPC, mas também à experiência ganha pelos empresários chineses aquando do crescimento da sua nação. Muitos dos empresários chineses a investir presentemente no continente africano são os mesmos que viveram o “milagre” económico chinês em primeira mão, e aos quais as dificuldades desse período proporcionaram um elevado grau de experiência empresarial, permitindo-lhes agora tirar partido dos seus conhecimentos em novos mercados. Todavia, os mercados dos setores de atividade que deram a estes empresários chineses o seu know-how, não têm em muitos dos casos, o mesmo potencial de crescimento que lhes permitiu prosperar no passado, obrigando-os a procurar novas oportunidades, inclusive noutros países, onde mesmo tendo em consideração as dificuldades encontradas fruto das especificidades destes novos mercados, lhes é possível estar em vantagem em relação aos gestores locais, os gestores africanos, neste caso (Sun et al., 2017).

Posto isto, o peso dos gestores chineses é em média e na maioria dos setores mais elevado que o peso dos gestores africanos, sendo o setor da manufatura o único onde as empresas chinesas empregam mais gestores e administradores locais que chineses, mais concretamente 54%. Nos outros setores mais relevantes, o peso varia, sendo a diferença muito mais acentuada em alguns deles, como demonstrado em seguida. No setor dos serviços cerca de metade, 49%, dos quadros superiores das empresas são africanos. O setor da construção e imobiliário e o setor do comércio, são os que menos gestores e administradores locais têm comparativamente aos quadros que vêm da China, sendo que nestes casos, apenas 33% e 34%, respetivamente, são africanos.



As empresas estatais chinesas, têm nos seus quadros superiores muito mais chineses que africanos quando comparadas às empresas privadas chinesas a operar no continente africano, uma vez que 65% dos seus gestores e administradores são originários da China, enquanto que nas privadas estes representam 53% (Sun et al., 2017).

À medida que as empresas chinesas intensificam a sua atividade, o número de africanos contratados para posições de administração e gestão aumenta, independentemente de estarem ou não em minoria em relação aos seus colegas chineses. Acrescendo a este facto a transferência de know-how chinês, estão criadas condições para permitir a criação de uma nova geração de gestores e administradores africanos que estarão, no futuro, posicionados e preparados para desenvolver as capacidades produtivas dos seus países, e conseqüentemente menos dependentes de ajuda estrangeira.

#### 10.1.4. Progresso e Transferência de Tecnologia

Para que o crescimento das economias africanas seja sustentável é preciso existir progresso para além de desenvolvimento económico. As empresas chinesas ajudam a tornar tal progresso uma realidade através, por exemplo, da transferência de tecnologia para o continente. Cerca de metade das empresas chinesas introduziram um novo produto ou serviço no mercado local, e mais de um terço foi responsável por introduzir uma nova tecnologia. Em alguns casos, o preço dos produtos e serviços diminuiu em mais de 40% graças à eficiência criada pela melhoria da tecnologia. No gráfico seguinte podemos ver alguns exemplos de como as empresas chinesas têm contribuído para a modernização dos mercados nos países anfitriões, bem como o peso dessa modernização em diversos setores (Sun et al., 2017).

**Gráfico 6 – Contributo das empresas chinesas na modernização do mercado africano**

% de empresas que investiram em cada área entre 2013 e 2016		Exemplo
Novos produtos e serviços	48	Techno - Smartphones <i>low-cost</i> que incluem funcionalidades adaptadas ao mercado africano (Anexo 4)
Novas tecnologias e métodos	36	Huawei - Tecnologia de telecomunicações 4G por toda a África StarTimes - Pontos de venda em áreas rurais africanas
Marketing	12	
Gestão e Administração	11	Huawei - Team-building de técnicas de gestão (p.e. exercícios de grupo; cursos na Universidade Huawei)
Logística e Distribuição	4	Sany - Formação para uso de equipamento de construção e requalificação de distribuidores locais
Investigação	2	Senju - Investigação sobre pesticidas

Fonte: Sun et al., 2017 p.42

Um exemplo específico de transferência de tecnologia e introdução de um novo produto é o caso da Tecno, empresa chinesa de telecomunicações que opera no continente africano e que desenvolveu um smartphone especialmente desenhado para o mercado africano, onde a câmara fotográfica foi adaptada para melhor captar tons de pele escuros, como demonstrado no Anexo 4 a este documento (Sun et al., 2017).

Existe ainda um número substancial de empresas africanas, que têm começado a substituir importações de equipamentos por alternativas de baixo custo providenciadas pelas empresas chinesas a atuar na região. A qualidade destas alternativas tem vindo a aumentar rapidamente, tornando-se mesmo os equipamentos, nos últimos anos, quase tão bons como os alemães e italianos, conseguindo ainda manter um preço extremamente competitivo, que resulta na perda agressiva de quotas de mercados locais por parte das empresas europeias (Sun et al., 2017).

Outro fenómeno importante deriva do facto dos fornecedores chineses estarem cada vez mais dispostos a assumir riscos, investindo em investigação e desenvolvimento de artigos requisitados pelas empresas locais, transferindo ainda esse conhecimento durante o processo, e potenciando assim a criação relações de longo prazo, contrariamente às empresas europeias que tendem a estar mais preocupadas com as suas patentes e menos dispostas a partilhar a tecnologia (Sun et al., 2017).

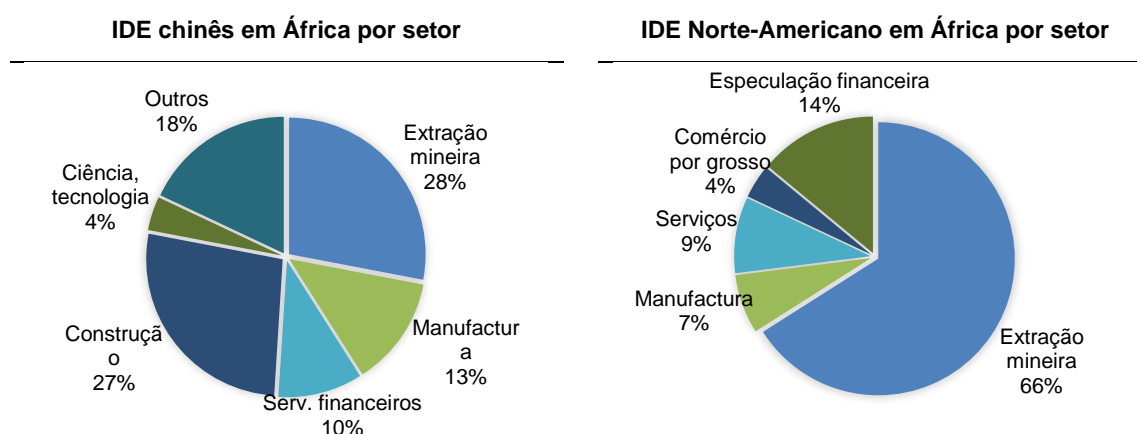
#### **10.1.5. Maior diversidade nos investimentos**

A China é muitas vezes acusada de neocolonialismo na sua postura em África, chegando mesmo ao ponto de ser comparada às potências coloniais que ocuparam o continente durante séculos não se preocupando de qualquer forma com valores democráticos ou progresso das nações anfitriãs (Abbas, 2018). O argumento anterior baseia-se na premissa de que a China está no continente apenas para extrair recursos como fizeram os colonizadores europeus. De facto, ao analisar o mapeamento das infraestruturas contruídas pelos chineses vemos que este se dispõe em “árvore”, ou seja, muitas das infraestruturas logísticas desenvolvidas como estradas ou caminhos de ferro são feitas com o intuito da extração de recursos, tal como se verificara na era da colonização europeia.

Contudo, quando é realizada a análise dos setores nos quais os chineses mais investem torna-se evidente que o investimento realizado pelos mesmos é muito mais diversificado e substancialmente menos centrados na indústria extrativa,

comparativamente ao investimento americano que trás consigo alegadamente valores democráticos. O investimento direto estrangeiro americano é baseado maioritariamente na indústria extrativa, onde esta representa 66% do seu total, enquanto que o IDE chinês para essa mesma indústria tem um peso de apenas 28%. Ao contrário do americano, o IDE chinês tem um peso relevante (superior a 10%) em variados setores, chegando mesmo o no setor da construção a ser quase o mesmo que na indústria extrativa, chegando a 27%, tal como representado no seguinte gráfico (Gaspar, 2018):

**Gráfico 7 – Investimento Chinês e Norte-Americano em África, 2015**



Fonte: Gaspar, 2018 p.54

No que diz respeito a valores democráticos é difícil para países em situações socioeconómicas como as dos países africanos, cuja maioria não conhece independência sequer há um século, conseguirem adotar com sucesso sistemas políticos de países com vários séculos de história e muito maior progresso económico. Aquilo que era idealizado para África pelos países desenvolvidos ocidentais e que nunca foi realizado, é o que está a ser concretizado neste continente pelos chineses. Para os chineses, primeiro, deve investir-se em infraestruturas sem impor alterações de ideias, impulsionando desta forma o desenvolvimento económico e em seguida, de uma forma natural, as sociedades amadurecem, sendo esta postura completamente diferente da adotada pelos EUA no continente africano (Gaspar, 2018).

## **10.2. Desvantagens para África da presença chinesa**

Como referido no capítulo anterior, ao falar da relação entre a segunda maior economia do mundo com meia centena de países do continente africano é espectável que existam tanto benefícios como desafios.

Neste capítulo serão enumerados diversos pontos onde a relação entre estes países, pode e deve melhorar, relacionados com preocupações ambientais e laborais que têm vindo a tornar-se cada vez mais evidentes, entre outras problemáticas.

### **10.2.1. Pressão sobre as empresas locais**

Nem tudo é positivo para as economias locais, nomeadamente para as empresas domésticas. A presença massiva de empresas chinesas nos mais variados setores, mais bem preparada e competitiva que as empresas locais, fez com que muitas delas não conseguissem aguentar a pressão. Um exemplo, é o caso da indústria metalúrgica Sul Africana que foi obrigada a dispensar onze mil trabalhadores no ano de 2015. Para adicionar à desvantagem já existente, menos de metade dos recursos usados pelas empresas chinesas vêm de distribuidores e/ou fornecedores africanos, graças essencialmente à pequena dimensão das empresas locais que as torna incapazes de satisfazer as necessidades dos orientais (Sun et al., 2017).

É urgente que as empresas africanas aumentem a sua produtividade, para que desta forma consigam aproximar-se da fronteira de eficiência global e manter-se competitivas, em mercados que se mostram cada vez mais globais. Caso esta melhoria não aconteça é possível que metade das empresas familiares africanas, nomeadamente na manufatura, tenham de fechar as portas. No entanto, à medida que o crescimento económico chinês desacelera, intensifica-se o investimento nas economias africanas por parte dos mesmos, podendo este último munir as empresas locais de capital que lhes permita inovar e reorganizar-se de maneira a conseguirem manter-se em operações (Sun et al., 2017).

### **10.2.2. Violações ambientais**

Têm sido identificados casos de violações ambientais por parte de empresas chinesas. Tal como no caso da maior parte do investimento direto estrangeiro (IDE), boa parte do investimento chinês passa por setores da economia que são especialmente

vulneráveis às questões ambientais. Existem vários casos, especificamente em países africanos onde investimentos chineses geraram preocupações com o impacto ambiental das suas operações.

#### **10.2.2.1. Setor petrolífero (Sudão e Sudão do Sul, Gabão e Chade)**

##### **Sudão e Sudão do Sul**

O primeiro investimento da China no setor petrolífero sudanês foi aquando da compra de 40% das ações da *Greater Nile Petroleum Operating Company*, empresa responsável pela exploração deste recurso no Sudão, pela *China National Petroleum Corporation* (CNPC), em 1996, esta aquisição efetuou-se após um acordo realizado no ano anterior entre os 2 países, que daria à China concessões no acesso à exploração de petróleo em troca de crédito a taxas de juro reduzidas. A CNPC financiou maior parte do desenvolvimento do setor, tendo sido o Sudão a sexta maior fonte de petróleo importado pela China entre 1999 e 2011, satisfazendo 5,5% das importações chinesas deste recurso, tendo atingido o pico de produção em 2007 com cerca de 483 mil barris diários. A independência do Sudão do Sul e a subsequente guerra civil reduziu substancialmente a produção, forçando até a evacuação de centenas de trabalhadores chineses dos campos petrolíferos (Shinn, 2016).

O desenvolvimento desta capacidade produtiva realizou-se, no entanto, através da destruição de centenas de quilómetros de floresta e zona agrícola, para além disso a construção de estradas para dar suporte à exploração cortou linhas de água, danificou sistemas de irrigação e levou à evacuação de várias comunidades. As descargas de água contaminada e o impróprio tratamento dos resíduos que resultam da exploração petrolífera causaram fortes impactos ambientais, levando à morte de gado e à deterioração do estado de saúde dos habitantes locais. Para tentar mitigar os efeitos negativos da produção petrolífera as empresas chinesas contribuíram para a construção de poços de água, escolas e hospitais nas comunidades afetadas, procurando ainda desenvolver a agricultura local, realizar uma nova construção de estradas, e melhorar o acesso aos mercados e a cobertura de rede telefónica (Shinn, 2016).

Apesar dos impactos ambientais resultantes da atividade das empresas chinesas é o Ministério da Energia e Mineração do Sudão a entidade responsável pela criação de leis e regulamentos ambientais no setor. Os objetivos do Ministério parecem estar, no entanto, alinhados com o desenvolvimento da capacidade produtiva de petróleo, para que o setor

continue a contribuir para a economia nacional, trazendo receitas e melhorando a balança de pagamentos, num esforço de reduzir a pobreza no país. Diminuir o impacto ambiental e social passa por tornar o processo de extração mais eficiente através da melhoria das tecnologias usadas, aumentar a produção a partir das reservas já existentes e produzir de maneira a conseguir dar resposta à sua procura interna de produtos petrolíferos tornando-se autossuficiente (The Ministry of Oil and Gas, 2016).

Neste caso a vertente ambiental é negligenciada para atingir objetivos nacionais de crescimento económico, permitindo às empresas chinesas realizar as suas operações dentro do que lhes é permitido pelo país anfitrião, mesmo que delas advenham consequências ambientais.

### **Gabão**

As preocupações ambientais com a presença chinesa no Gabão começaram com a exploração chinesa por parte da empresa Sinopec e a sua prospeção para exploração petrolífera no Parque Nacional de Loango. A empresa foi acusada de destruição ambiental com recurso a explosivos utilizados para a construção de estradas de acesso a futuras explorações, não só por grupos ambientais locais, mas também pela organização ambiental não governamental sediada nos EUA, a *Wildlife Conservation Society*. O que levou à interrupção da atividade da empresa chinesa em 2006, por imposição do governo do Gabão. Em resposta, a Sinopec solicitou uma nova análise à empresa holandesa que realizou o relatório inicial relativo ao impacto ambiental da sua atividade, juntamente com uma organização gabanesa e a *Wildlife Conservation Society*, cujas conclusões permitiram à empresa chinesa retomar a exploração petrolífera em 2008 (Shinn, 2016).

### **Chade**

A China e o Chade retomaram relações diplomáticas em 2006 e o investimento no setor petrolífero tornou-se desde logo um ponto de alta relevância no vínculo entre os dois países. A CNPC começou por comprar todas as ações de licença de exploração detidas por uma empresa canadiana e, por solicitar cerca de mil milhões de dólares de financiamento chinês necessários no desenvolvimento do projeto Rônier. Projeto este que consistiria na construção de um oleoduto de 311 quilómetros, com o intuito de conectar os campos petrolíferos da zona de Bongor, no leste-central do Chade, a uma refinaria perto da capital, Djamena. Esta refinaria tem uma capacidade de produção diária de 40 mil barris, mas devido a desentendimentos entre a empresa chinesa e o governo do Chade, a produção passou já por momentos de paragem total (Shinn, 2016).

Em 2008, a CNPC começou a realizar um estudo de impacto ambiental do projeto Rônier, enquanto uma empresa de consultoria no ramo da engenharia efetuava também a sua própria análise, focando-se os primeiros na refinaria e os segundos nos campos petrolíferos e nos oleodutos (Dittgen et al., 2012). Nenhum destes estudos foi divulgado ao público, ato que vai contra a lei do Chade estando, no entanto, de acordo com as leis chinesas. Um facto mais grave ainda, foi o da construção do projeto ter começado antes da aprovação do estudo ambiental, indo desta vez contra a lei de ambos os países. Sendo apenas o estudo sobre a refinaria, na qual 60% das ações são da CNPC e 40% do governo do Chade, concluído e entregue aos ministérios do Chade antes do início da construção (Shinn, 2016).

Foram recebidas queixas por parte da população local, desde o início da construção, relacionadas com o ruído e poluição criados pelos camiões afetos à obra, alertando ainda para as descargas de água poluída de uma das centrais de processamento de resíduos do projeto, estas reclamações levaram a CNPC a tomar medidas para solucionar os problemas (Dittgen et al., 2012). Ainda no que respeita a relação com a população, a empresa ofereceu compensações aos agricultores locais pelas perdas causadas como resultado da desapropriação dos terrenos incluídos na construção do projeto. Apesar do impacto na vida das pessoas ter sido evidente, o impacto na vida selvagem resultante do projeto Rônier foi mínimo (Dittgen et al., 2012).

Embora a relação parece-se seguir normalmente, a CNPC viu as suas operações no Chade suspensas em 2013 após flagrantes violações das leis ambientais chadianas durante a exploração petrolífera, acusada de não possuir o equipamento necessário para limpeza de derrames de crude e de permitir deliberadamente que tais derrames acontecessem. Esta acusação concedeu, em 2014, o direito ao governo do Chade de retirar 5 das licenças de exploração da CNPC, no momento em que esta se recusou a pagar 1,2 mil milhões de dólares em compensações pelas suas práticas inaceitáveis (Shinn, 2016).

Para além das 5 licenças de exploração “perdidas”, a CNPC concordou em pagar compensações na ordem dos 400 milhões de dólares pelas violações ambientais, e ainda em ceder 10% das ações da exploração petrolífera ativa à data do acordo, e 25% nas ações das explorações petrolíferas a serem realizadas pela empresa chinesa depois de 2014. Existe a possibilidade de que as alegadas violações ambientais tenham sido uma tática usada pelo governo chadiano para garantir ou obrigar a China a pagar mais pelas concessões petrolíferas neste país africano (Shinn, 2016).

### 10.2.2.2. Setor Mineiro (Républica Democrática do Congo e Gabão)

#### Républica Democrática do Congo

Em 2008, um consórcio de empresas chinesas com 60% das ações e a Gécamines congoleza com 32%, assinaram um acordo de *joint-venture* denominado *Sino-Congolais des Mines* ou *Sicomines* (Jansson, 2011; Shinn, 2016). O presente acordo garantiu a exploração de recursos em território congolês por parte das empresas chinesas, em contrapartida de ajuda externa e investimento direto estrangeiro ao governo da República Democrática do Congo. O consórcio era constituído por cinco empresas, a *China Railway Engineering Corporation* à qual se juntaram a *Sinohydro*, a *China Three Gorges*, a *Zhejiang Huayou Cobalt*, e a *China Machinery Engineering Corporation*. O acordo original previa um investimento de cerca de 9 mil milhões de dólares em empréstimos chineses, a aplicar no setor mineiro congolês e no desenvolvimento de infraestruturas no país anfitrião, valor este que seria pago através dos lucros da *joint-venture* da *Sicomines*, especificamente das explorações de cobre e cobalto (Jansson, 2011; Shinn, 2016).

Devido à dimensão do projeto e à quantidade avultada de dinheiro emprestado à República Democrática do Congo, o Clube de Paris e o FMI demonstraram preocupações relativamente ao peso que estes empréstimos teriam na dívida externa deste país africano, ressaltando a possível dependência da China e insustentabilidade da dívida externa congoleza. Estas apreensões fizeram com que a envergadura do projeto fosse reduzida de 9 para 6 mil milhões, que deveriam ser aplicados com igual peso no setor de exploração mineira e o desenvolvimento das infraestruturas, ou seja, metade em cada uma destas áreas (Jansson, 2011; Shinn, 2016).

O acordo de exploração concedia ainda à *Sicomines* os direitos de exploração de uma das maiores reservas confirmadas de cobre do mundo perto de Kolwezi, conhecida por Dikulwe-Mashamba (DIMA). Segundo estimativas, contém cerca de dez milhões de toneladas de cobre e cobalto. Os lucros obtidos a partir da exploração desta reserva seriam divididos em conformidade com a percentagem da *joint-venture* da *Sicomines*. A exploração mineira da reserva DIMA seria realizada na sua maioria em locais onde a atividade mineira já existia e, por isso, em locais onde o impacto ambiental da desflorestação para aumentar a produção tinha sido efetuado antes da presença chinesa no setor (Shinn, 2016).



Contudo, não deixaram de existir preocupações relativas a violações ambientais, uma vez que as empresas chinesas e o governo congolês assinaram os acordos de exploração antes sequer de estudarem o impacto ambiental dos mesmos, bem como os planos para mitigar tal impacto, algo que é exigido pela lei do país anfitrião. Posto isto, não se sabe se existe um plano para mitigar as consequências ambientais do projeto e, caso exista, qual ou quais dos parceiros da *joint-venture* terá de cumpri-lo graças à partilha de responsabilidades dos exploradores da concessão DIMA (Shinn, 2016).

Durante o período inicial de prospeção, foi reportada a destruição de campos agrícolas e a perturbação da atividade escolar, para além disso, a atividade teve como resultado a expulsão sem compensação de 200 habitantes locais. Outra preocupação levantada foi a exportação ilegal de minérios, dado que segundo fontes locais, saíram da DIMA cerca de 300 camiões com “amostras geológicas” cujo conteúdo foi destinado à China, levantando questões sobre a legitimidade das amostras sendo uma quantidade relativamente elevada para tais fins (Putzel & Kabuyaya, 2011).

O governo chinês lembrou, a partir da sua embaixada em Kinshasa, que não possui qualquer responsabilidade pela implantação de meios para mitigar o impacto ambiental de exploração por parte de empresas chinesas, mas que estas estão, no entanto, a par de tais métodos. Por outro lado, os bancos de investimento chineses afirmaram não estar também eles em posição para salvaguardar planos nem métodos de mitigação de impacto ambiental. O facto de nem todas as empresas chinesas apresentarem os seus planos e métodos publicamente, tendo mesmo de forma geral se mostrado relutantes em fazê-lo, deixa pouco claro quais são e até se foram aprovados pelas autoridades do país anfitrião (Shinn, 2016).

No caso da República Democrática do Congo, a percepção da presença chinesa é degradada pela atividade de um grupo de pequenas empresas privadas chinesas, implementadas na região de Katanga, que têm um péssimo historial de gestão de impacto ambiental. Apesar de não estarem relacionadas com o acordo sino-congolês da *Sicomines*, mancham o nome de todas as empresas chinesas que operam não só no país, como no continente africano (Shinn, 2016).

A República Democrática do Congo criou o Grupo de Estudo Ambiental, com o intuito de recolher e gerir dados sobre os impactos ambientais, assim como coordenar todas as atividades que tenham consequências ambientais ou sociais da exploração de recursos naturais no país, garantir o cumprimento das normas nacionais de proteção

ambiental, promover a capacidade de resposta governamental em relação à questão ambiental e preparar um relatório anual do estado da mesma. No entanto, este grupo é composto apenas por 17 funcionários, que são obrigados a dividir-se pelos vários setores de atividade afetados pela presença de empresas estrangeiras a operar no país, tornando, ainda assim, a capacidade de regulação desta nação africana demasiado débil, e enfatizando a necessidade de que as empresas estrangeiras atuem de uma forma responsável (Shinn, 2016).

### **Gabão**

Por volta da mesma altura da retoma da exploração petrolífera da Sinopec no Gabão em 2008, a *China National Machinery and Equipment Import and Export Corporation* (CMEC) juntamente com a *Sinosteel Corporation*, adquiriram uma concessão de exploração mineral de ferro nas montanhas de Bélinga. Esta *joint-venture* ficaria conhecida como *Comibel*. O projeto realizado para a implantação da mina e respetiva infraestrutura, incluía não só a construção de uma barragem para satisfazer as suas necessidades energéticas, a Barragem de Ivindo, como também 560 quilómetros de caminhos de ferro, conectando Bélinga à costa, e o desenvolvimento de um porto de águas profundas na capital do Gabão, Libreville. O financiamento seria efetuado pelo Banco EXIM chinês, e pago através das receitas da exploração dos seguintes 25 anos (Shinn, 2016).

As negociações do projeto foram realizadas à porta fechada, fazendo desta forma com que o Banco Mundial e várias organizações não governamentais se opusessem ao mesmo, tendo em conta que a falta de transparência poderia significar falta de preocupação com o impacto ambiental, uma vez que este seria realizado dentro do Parque Nacional de Ivindo.

Em 2008, a organização ambiental Brainforest denunciou que o trabalho de construção do projeto estaria a causar imensa desflorestação ameaçando a cascata de Kongou no Rio Ivindo, acusando ainda o projeto de ser responsável por elevados níveis de poluição que seriam prejudiciais para a indústria de pesca local, e o governo do Gabão de ir contra a lei nacional que obrigava a uma campanha de informação com a população local sobre o impacto do projeto, nunca realizada.

Em 2011, devido a atrasos na construção do projeto, o governo do Gabão retirou à *Comibel* a sua concessão de exploração. Todavia, dois anos mais tarde, depois do governo

ter revisto o código de exploração mineira do país para responder aos problemas levantados pelo projeto até então, foi possível voltar a chegar a um acordo que permitiu reabrir os depósitos de ferro e retomar a exploração. No entanto, grupos ambientais, assim como a população local, continuam a mostrar o seu desagrado pois segundo estes a exploração está a ser efetuada numa área de elevada biodiversidade do Parque Nacional de Ivindo (Shinn, 2016).

### **10.2.2.3. Setor Madeireiro (Moçambique)**

A madeira não processada é um dos recursos mais importantes na relação económica entre China e Moçambique sendo um dos recursos mais exportados do país africano para a China. Consequentemente, este setor económico é dominado, em Moçambique, por empresas ou indivíduos chineses, e é para a China que maior parte dessa madeira é exportada (cerca de 90%), sendo aí tratada, processada e transformada (Abbas, 2018).

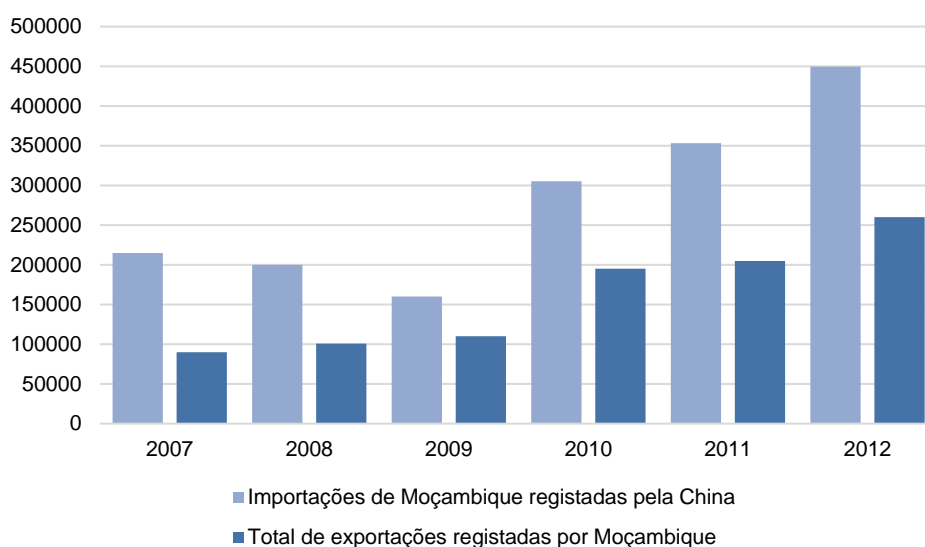
O envolvimento chinês no setor da madeira é maioritariamente composto por trocas comerciais em revés de investimento direto estrangeiro, esta realidade gera descontentamento entre os moçambicanos.

O facto de algumas espécies de árvores demorarem mais de duzentos anos a atingir a maturidade cria uma procura consideravelmente elevada da sua madeira, tanto por parte de produtores de imobiliário chineses, como de consumidores de bens que a incorporam pelo mundo fora. Posto isto, a força dos mercados estrangeiros exerce pressão sobre a melhor maneira de gerir as florestas moçambicanas e questionando ainda a sustentabilidade das explorações madeireiras em risco (Shinn, 2016).

Foram introduzidas restrições na exportação de madeira não processada, com o intuito de dar resposta às preocupações referidas, bem como de contribuir para a sustentabilidade do setor e de gerar emprego entre a população local. No entanto, tal não tem acontecido, as comunidades locais não são compensadas pela extração da madeira e, uma vez que têm rendimentos baixos, são facilmente convencidas a abdicar dos seus direitos. Acresce ainda que, de maneira a contornar as restrições locais as empresas chinesas tendem a não adquirir a madeira a empresas locais legalizadas de extração, optando ao invés por pagar a exploradores e madeireiros ilegais que lhes forneçam as quantidades procuradas, promovendo desta forma a extração ilegal e não contabilizada do recurso (Abbas, 2018).

Esta ilegalidade torna-se evidente quando comparados os valores oficiais das exportações totais de madeira registadas por Moçambique com os valores das importações de madeira provenientes de Moçambique registados pela China. Sem exceção entre 2007 e 2012 os valores registados entre ambas as partes demonstram discrepâncias enormes, em alguns casos mais do dobro das exportações registadas por Moçambique é contabilizado como importações pelas autoridades chinesas, como pode ser constatado no gráfico a baixo:

**Gráfico 8 – Importações chinesas e exportações moçambicanas de madeira 2007-2012 (m<sup>3</sup>)**



Fonte: Abbas, 2018 p.22

Segundo a Agência de Investigação Ambiental (EIA-*Environmental Investigation Agency*), cerca de metade da madeira que Moçambique fornece à China é contrabandeada e, tendo em conta que, por exemplo, o valor oficial de madeira exportada para a China em 2013 foi de meio milhão de metros cúbicos, o impacto ambiental é significativo, como espectacular (Sun et al., 2017). A EIA alega ainda no seu relatório que este processo ilegal não só é efetuado com o conhecimento da elite política moçambicana como com o seu apoio, chegando a mencionar o ex-ministro da Agricultura e Segurança Alimentar José Pacheco, e o na altura deputado da Assembleia da República Moçambicana Tomás Mandlate, da FRELIMO.

Apesar de Moçambique ser conhecido pela sua abundância em recursos naturais o atual método de exploração de madeira põe em causa a sustentabilidade da continua extração deste recurso. Existem mesmo apreensões por parte das populações locais, que por um lado o ritmo e o modo a que se está a executar a extração dizem completamente

partes substanciais das florestas de Moçambique, deixando pelo outro os ganhos da exploração reservados à atual elite política moçambicana e a um grupo exclusivo de empresários chineses, e com isto não se crie desenvolvimento económico nacional e se deixe as populações afetadas ainda mais pobres do que eram antes da presença chinesa no setor (Abbas, 2018).

#### **10.2.2.4. Setor das Pescas (África Ocidental)**

Por vezes as violações ambientais não se restringem a um só país e são criadas por políticas governamentais generalizadas chinesas. A pesca feita por embarcações chinesas na costa ocidental do continente africano, subsidiada pelo governo chinês, captura a mesma quantidade de peixe numa semana que as embarcações locais num ano.

Em 2015 a Greenpeace expôs várias situações de pesca ilegal chinesa, que incluíam tanto situações em que as embarcações chinesas reportavam incorretamente a localização da sua atividade, como situações nas quais eram registadas quantidades pescadas muito abaixo das realmente extraída. Estima-se que esta atividade ilegal tenha um impacto negativo na ordem dos dois mil milhões de dólares nas economias da região da costa ocidental africana. Motivo pelo qual o stock de peixe em países como o Senegal diminuiu consideravelmente, ameaçando os pescadores locais e aumentando os preços destes alimentos para os cidadãos, que dependem em grande número do peixe como principal fonte de proteína (Sun et al., 2017).

#### **10.2.3. Violações Laborais**

De acordo com o Observatório dos Direitos Humanos, existem sérias violações de segurança no trabalho por parte de empresas chinesas, neste caso públicas, mais concretamente nas minas de cobre no Zâmbia. Foram identificadas condições desumanas de trabalho, que incluíam fraca ventilação, excesso de horas de trabalho, não substituição de equipamento protetivo e ameaças de despedimento para aqueles que se recusassem a trabalhar em condições não seguras. Estas condições, para além de poderem vir a afetar a saúde dos trabalhadores, com problemas pulmonares graves, são também ilegais, no caso, por exemplo, das horas trabalhadas.

A tentativa de manter competitividade com empresas estrangeiras e de captar investimento levou a que em países como a Etiópia, algumas empresas locais descessem os ordenados dos seus trabalhadores para valores perto de 1\$ por dia fazendo parte de

uma corrida para o fundo (“*Race to the bottom*”) que leva até a classe trabalhadora com emprego no país a viver no que as Nações Unidas entendem por pobreza extrema (Wells, 2018).

Mesmo com a criação de emprego, as condições do mesmo, nomeadamente, baixos ordenados, posições precárias, falta de estabilidade e prospetos de futuro, não permitem aos trabalhadores melhorar os seus rendimentos ao ponto de desenvolverem o seu poder de compra, nem de obterem melhores condições de vida. Por conseguinte, existem denúncias de vários países relacionados com abuso de trabalhadores, ordenados significativamente baixos, falta de condições de trabalho, não criação de contratos e desrespeito às leis laborais dos países anfitriões (Abbas, 2018).

#### **10.2.4. Corrupção**

Outro ponto negativo recorrente na presença chinesa em África é a corrupção de responsáveis locais. Este não é um problema exclusivo dos negócios entre locais e chineses, acontecendo também com os restantes parceiros comerciais.

A maioria dos empresários chineses, entre 60 a 87%, admitem que já tiveram de pagar “impostos” e “taxas” extra, no entanto, continuam a estar mais dispostos a pagar os subornos, tanto a baixo como a alto nível, para manter os seus projetos a operar sem atrito por parte das autoridades locais, que os ocidentais, sendo estes últimos mais céticos levando-os mesmo, em certos casos, a abandonar os projetos nesses países (Sun et al., 2017).

Por estarem mais dispostos a pagar subornos, que os europeus, os empresários chineses são vistos como alvos (mais) fáceis pelos africanos. Por outro lado, do ponto de vista chinês existe a perceção de que é necessário pagar estes subornos, estas “taxas” e estes “impostos”, para os seus projetos não encontrarem contratempos ou dificuldades, como, por exemplo, atrasos burocráticos, complicações logísticas, e restrições de mobilidade no país.

Existem dezenas de testemunhos não só de cidadãos chineses, mas também de ocidentais, nos quais é afirmado que a primeira interação que têm com as autoridades locais mal desembarcam é realizada com o intuito de lhes requisitar uma “gorjeta” para poderem entrar no país, mesmo tendo toda a papelada em ordem.

Outros casos de “inspeções aleatórias” por parte de autoridades governamentais também comuns, são em empresas estrangeiras a operar no continente africano, onde são solicitados “impostos” e “gorjetas” para que seja permitida a continuação da atividade da empresa.

Nas empresas chinesas o valor destes subornos não costuma ser elevado, sendo que a maioria reporta que os mesmos não ultrapassam 1% dos seus rendimentos anuais. Existem, no entanto, casos nos quais estes montantes são mais elevados chegando a representar cerca de 10% dos rendimentos anuais das empresas, embora pareçam tratar-se de casos raros segundo a pesquisa feita pela *McKinsey&Company* (Sun et al., 2017), não deixando, mesmo assim, de criar atrito e desconfiança entre os agentes económicos.

A corrupção nos países africanos não passa só pelo desvio de fundos para subornos, incluindo também a deterioração de condições ambientais, laborais e/ou sociais, com o objetivo de beneficiar uma elite política ou económica local em detrimento das populações. Alguns dos projetos de cooperação sino-africanos, como mencionado neste documento aquando da descrição das violações ambientais e laborais, parecem beneficiar apenas as elites locais e alguns agricultores ricos, tendo pouco ou nenhum efeito positivo nas comunidades. Estas violações acontecem não por serem uma política de negócio das empresas chinesas a operar no continente africano, mas sim porque as elites locais o permitem através das suas decisões, tendo como único objetivo a obtenção de um ganho de curto prazo em seu benefício mesmo que às custas do desenvolvimento local e da qualidade de vida das populações (Abbas, 2018).

Posto isto, o verdadeiro custo económico desta corrupção não recai sobre as empresas estrangeiras, mas sim sobre as economias africanas. Para além das oportunidades perdidas quando muitos investidores optam em deslocalizar o seu capital para mercados mais bem governados, o aumento dos custos de atividade dá origem a um aumento nos preços dos bens adquiridos por consumidores locais traduzindo-se em menos poder de compra local. Outra agravante, recai sobre o facto de as economias terem recursos finitos que devem por isso ser alocados da melhor forma possível, não contribuindo o seu uso impróprio ou mesmo desperdício para o desenvolvimento dessas nações. Assim se desperdiçam oportunidades de desenvolvimento coletivo a fim de aumentar o nível de riqueza de um pequeno grupo de indivíduos não afetado pelo baixo poder de compra do resto dos seus compatriotas.

O baixo poder de compra dos locais é um dos motivos pelos quais os subornos se tornam tão recorrentes. Relembrando o exemplo da “gorjeta” solicitada aos estrangeiros para que possam entrar no país mesmo com toda a papelada em ordem, esta ação é realizada por membros das autoridades, que têm eles próprios poucos rendimentos, mas que detêm um estatuto de superioridade que lhes permite aliviar mesmo que ligeiramente a sua situação financeira através da extorsão de cidadãos estrangeiros que estão em condição de pagar. Por outro lado, os estrangeiros pagam estes “impostos” por terem a percepção de que terão problemas ao não o fazer, criando-se desta forma um ciclo vicioso alimentado por percepções indesejáveis de ambos os lados.

#### **10.2.5. “Armadilha” da Dívida**

Por fim, o último ponto potencialmente negativo da presença chinesa em África é a armadilha da dívida.

Por armadilha da dívida entende-se o processo através do qual países pobres ou em desenvolvimento são postos numa situação na qual se veem obrigados a aceitar empréstimos insustentáveis para conseguirem desenvolver projetos de desenvolvimento nacional e, quando estes inevitavelmente ficam numa situação financeira complicada, fiquem obrigados a ceder ativos físicos ao país proveniente do empréstimos indo de encontro aos objetivos estratégicos ou militares dos mesmos (Jones & Hameiri, 2020).

Um relatório de 2018 do Centro para o Desenvolvimento Global destacou o Djibouti como um de oito países em situação preocupante devido ao excesso de dívida a entidades chinesas. Com a dívida pública aumentando de 50 para 85% do PIB em apenas dois anos. Pequim também detém 50% da dívida externa angolana, e mais de 70% da queniana com um aumento de 1000% desde 2013 (Sun et al., 2017). A RPC aumentou por várias vezes o teto da dívida a estes países para que não entrassem em colapso económico, todavia, existe sempre a possibilidade de a China começar a aceitar ativos físicos como, por exemplo empresas estatais ou portos marítimos, quando os países devedores deixarem de conseguir atingir uma situação de sustentabilidade em relação aos pagamentos.

Tal aconteceu no Sri Lanka onde a China aceitou como pagamento o porto de águas profundas de Hambantota por \$1,2 mil milhões passando a controlar 70% das ações do porto com um período de exploração de 99 anos (Abi-Habib, 2018).

Foi dos acontecimentos no Sri Lanka que o conceito de “armadilha da dívida” nasceu, sendo praticamente um caso de estudo no ocidente no que diz respeito à



diplomacia externa chinesa. Analistas de países cujos interesses no âmbito da política externa entram geralmente em rutura com a China, como a Índia ou os Estados Unidos, sugerem que a China procura propositadamente parceiros económicos frágeis, para com eles realizar grandes projetos, obrigando-os a aceitar planos de investimento que sejam prejudiciais para as suas economias no longo prazo, para no futuro, quando a sua dívida externa se tornar inevitavelmente insustentável utilizarem os termos do pagamento da dívida para adquirir o projeto na totalidade (assim como os seus rendimentos futuros) e/ou usufruírem da situação para ganhar influência política nesse país (Jones & Hameiri, 2020).

No entanto, uma análise mais detalhada da situação no Sri Lanka revela que a origem do problema não vem de empréstimos “predatórios” realizados por parte de entidades chinesas, mas sim da má gestão dos projetos por parte do país que os recebeu (Jones & Hameiri, 2020).

A construção do porto de Hambantota foi projetada não por políticos chineses, mas sim por políticos cingaleses com vista ao desenvolvimento económico do país. A ideia de um porto de águas profundas, dada a posição estratégica da ilha no Oceano Índico foi pensada inicialmente nos anos 1970, mas os estudos de viabilidade da sua construção só foram efetuados em 2001 e concluíram que a localização não era adequada, não impedindo mesmo assim que o porto fosse incluído na estratégia de desenvolvimento governamental “*Regaining Sri Lanka*” em 2002 (Jones & Hameiri, 2020).

Em 2006, foi realizado outro estudo de viabilidade pela empresa dinamarquesa Rambøll que concluiu que o projeto seria economicamente viável numa primeira fase, levando a Autoridade de Portos do Sri Lanka (*Sri Lankan Ports Authority- SLPA*) a promover o projeto. Em 2007, o Sri Lanka fez um “pedido aberto para financiamento” com o intuito de procurar investidores estrangeiros, nomeadamente a vizinha Índia, mas foi a China a primeira a responder favoravelmente. O então Presidente Mahinda Rajapaksa, filho do político que primeiro sugeriu a construção do porto de Hambantota, iniciou conversações com a China e conseguiu garantir o seu apoio ao projeto (SLPA, 2010).

Em 2009, Rajapaksa explicou o porquê de o investimento ser chinês e não indiano ou americano, esclarecendo que fora ele a pedir a Pequim, e que não se tratava duma proposta chinesa, mas sim duma proposta do Sri Lanka à China. Disse ainda que se a Índia oferecesse um porto ao Sri Lanka aceitaria de bom grado, assim como não veria razão para recusar se os americanos oferecessem um aeroporto completamente equipado,

mas que não era esse o caso, uma vez que infelizmente nada disso tinha sido sugerido por qualquer um dos países (Jones & Hameiri, 2020).

O embaixador cingalês na China fez também questão de afirmar que fora o Sri Lanka a fazer um pedido de empréstimo para o projeto de Hambantota, e que seria injusto culpar o Estado, bancos ou empresas chinesas envolvidas na construção do mesmo. Se a decisão de desenvolver o projeto foi errada então seriam os cingaleses os responsáveis e não os chineses (Global Times, 2018).

Projetos como o do Porto de Hambantota refletiram a vontade do Presidente Rajapaksa de dirigir recursos económicos para a sua terra natal e a região envolvente por motivos políticos e não por razões racionais de planeamento de desenvolvimento. Por serem projetos de grande dimensão seriam boa publicidade para o presidente e o seu partido político, mas as necessidades reais da região, os tipos de projetos que criariam empregos e aumentariam o nível de vida para a população local foram negligenciados. Não houve visão estratégica para o desenvolvimento da região assim como não houve coordenação entre as entidades responsáveis pelos diferentes projetos em Hambantota (Jones & Hameiri, 2020).

O desenvolvimento de projetos como o de Hambantota serviram a rede próxima do presidente cingalês centrada na sua família. O governo do Sri Lanka deu projetos governamentais a elementos ligados a esta rede, como aconteceu neste projeto onde alegadamente \$7,6 mil milhões foram desviados para os bolsos de parceiros de Rajapaksa para contribuir para a campanha de reeleição para a presidência do Sri Lanka em 2015 (Abi-Habib, 2018).

A primeira fase de construção do Porto de Hambantota foi entre 2008 e 2010, apressada de modo a estar terminada a tempo de a inauguração coincidir com o aniversário de Rajapaksa, ignorando o facto de que ainda existia um enorme rochedo a bloquear a entrada do porto. A segunda fase de construção teria como objetivo tornar o porto o maior do sudeste asiático até 2014. O porto não se tornou uma opção economicamente viável, com demasiada capacidade para a procura real, gerou perdas enormes para a SLPA. Em 2014, uma *joint-venture* estatal chinesa concordou em desenvolver e gerir um novo terminal de contentores por 65% das ações do mesmo, fornecendo todo o equipamento necessário e administrando o terminal durante 35 anos, durante os quais 35% dos rendimentos seriam usados para pagar dívidas aos investidores chineses iniciais do Porto

(Banco chinês EXIM), e depois dos quais o porto seria devolvido às autoridades cingalesas da SLPA (Jones & Hameiri, 2020).

A crise de dívida do Sri Lanka nasceu dos programas de estímulo económico de Rajapaksa que, em 2014, se demonstraram insustentáveis. Esta crise foi criada não pela China, mas pelo governo do Sri Lanka e em mercados de financiamento internacionais, tipicamente dominados por entidades ocidentais. A má gestão, autoritarismo e corrupção do seu governo resultaram na derrota nas eleições de 2015 para o candidato presidencial Maithriola Sirisena. O novo presidente recorreu ao Fundo Monetário Internacional para assistência económica através de um pacote de estabilização económica de 1,5 mil milhões de dólares (Jones & Hameiri, 2020).

Em 2016, 61% do défice do Sri Lanka era alimentado por empréstimos estrangeiros tendo sido verificado um aumento de 52% da dívida pública entre 2009 e 2016, para um total de \$64,5 mil milhões. Destes 32,4%, cerca de \$22 mil milhões, fariam parte de empréstimos do estrangeiro, sendo que 44% das receitas do estado cingalês seriam para pagar os juros da dívida externa (Central Bank of Sri Lanka, 2017). Pondo em perspectiva, com a exceção de empréstimos de empresas estatais chinesas, a dívida à China representava, em 2016, apenas cerca de 9% de toda a dívida externa cingalesa, com taxas de juro em média de 2,5% e, maturidades entre os 15 e os 20 anos sendo menos urgentes que outros empréstimos. Os pagamentos anuais ao banco chinês EXIM representaram 5% dos juros da dívida anuais cingaleses. Especificamente para o Porto de Hambantota, os empréstimos chineses que totalizaram \$1,3 mil milhões representaram apenas 5% da dívida externa do Sri Lanka (Jones & Hameiri, 2020).

Tomando o caso do Sri Lanka como exemplo, podemos constatar que países que contraem problemas devido a excessiva dívida externa não são “vítimas desamparadas” que caem na “armadilha” da dívida chinesa num plano maquiavélico de domínio geopolítico, mas sim países cuja administração e gestão de políticas monetárias e de desenvolvimento levam a situações de insustentabilidade financeira, criadas por planos e projetos mal calculados ou negligenciados com o intuito de servir interesses diferentes dos de desenvolvimento nacional.

Em suma, a presença de entidades financeiras chinesas (tal como ocidentais) permite a países em desenvolvimento contraírem elevados níveis de dívida externa como forma de alavancar o seu desenvolvimento, podendo entrar em colapso económico no caso de esse nível de dívida se tornar insustentável. Crises económicas internacionais ou

quebras de preços de bens como o petróleo podem alterar as receitas do país devedor, fazendo com que seja incapaz de manter os pagamentos de juro da dívida, e levando a situações economicamente insustentáveis, não sendo esta consequência exclusiva a países recipientes de investimento chinês. Cabe a cada um destes países assegurar-se que os projetos de investimento são viáveis e economicamente sustentáveis, bem como negociar os termos dos mesmos com os parceiros chineses (que são maioritariamente motivados pelo lucro), assumindo a liderança e assegurando o desenvolvimento benéfico para as suas populações, sem depender de decisões chinesas para assegurar a viabilidade dos projetos, uma vez que o financiamento para desenvolvimento chinês é baseado no recipiente e nas suas políticas de governação não culpando os investidores quando os investimentos são mal sucedidos (Jones & Hameiri, 2020).

### **10.3. Mitos sobre o investimento chinês**

À medida que a China avança têm se criado ideias e rumores sobre os métodos usados pelas empresas chinesas, assim como sobre a sua organização e método de operação, que nem sempre estão perto da verdade. Alguns exemplos destes mitos serão enumerados em seguida.

#### **“Investimento Chinês é praticamente todo em Infraestruturas”**

Apesar do setor de construção e imobiliário ser um dos principais focos da presença chinesa, este não é, nem o setor com mais empresas chinesas, nem o mais lucrativo. As suas receitas anuais são de cerca de \$40 mil milhões, enquanto que as do setor da manufatura rondam os \$60 mil milhões, compondo cerca de 12% da produção industrial do continente africano valorizada em aproximadamente \$500 mil milhões. Esta percentagem é justificada em parte pela deslocalização da produção manufatureira da China para o continente africano, reduzindo desta maneira os custos de mão-de-obra na China, sendo os produtos produzidos por este setor vendidos em mercados locais ou regionais (Sun et al., 2017).

Este mito nasce do facto do domínio das empresas chinesas no setor da construção e imobiliário ser tão acentuado, detendo cerca de metade do mercado. A presença chinesa neste setor nas últimas três décadas criou empresas com umas das mais eficientes estruturas de custo do mundo. Até em projetos abertos do Banco Mundial as empresas chinesas ganham cerca de 42% do valor dos contratos. Segundo alguns empresários africanos as empresas chinesas são cerca de 40% mais baratas que os seus concorrentes ocidentais, tendo semelhantes níveis de qualidade (Sun et al., 2017). O domínio chinês

deste mercado é o maior responsável pela difusão do mito uma vez que os seus concorrentes, que têm vindo a perder cada vez mais contratos nas últimas décadas, não olham de bom grado a presença chinesa.

### **“Todo o investimento é orquestrado por Pequim”**

O mito da China Inc. é bastante usado por ocidentais para fazer com que a presença chinesa em África seja um projeto levado a cabo, direcionado e completamente dependente das decisões do Partido Comunista Chinês que governa a RPC. No entanto, esta é apenas mais uma conceção incorreta, tendo em conta que 90% das empresas chinesas no continente são privadas e não públicas. Acresce ainda o facto de que as empresas privadas chinesas investem maioritariamente com o seu próprio dinheiro, estando apenas 15% deste ligado ao governo chinês (Sun et al., 2017).

### **“Os governos africanos «deixam-se levar» pelos chineses”**

A ideia de que os governantes africanos não sabem negociar com os chineses acabando sempre por negociar contratos menos favoráveis do que poderiam ser, também é recorrente. Apesar de não ser possível afirmar com certeza que os líderes africanos estão tão bem preparados para a negociação como estão os seus parceiros chineses, ao olharmos para os contratos podemos constatar que estes são estabelecidos com o longo prazo sempre em mente, deixando claro que o objetivo dos chineses em África não é de extrair o máximo de recursos naturais e desaparecer, tentando estes, pelo contrário, estabelecer longas e duradoras parcerias mutuamente benéficas (Hruby, 2018).

### **“As empresas de construção chinesa são as mais competitivas porque usam trabalho de prisioneiros chineses aos quais apenas pagam em redução da pena”**

Em Portugal, este é o mito mais comum sobre o investimento chinês, despoletado provavelmente pela concorrência observada entre companhias de construção portuguesas e chinesas, tendo as últimas ganho terreno nas últimas décadas. No entanto, tal não passa de completa especulação, uma vez que a mão-de-obra local compõe em média cerca de 89% do total da mão-de-obra utilizada por empresas chinesas (Sun et al., 2017).

### **“Os locais usam os chineses como multibancos portáteis”**

Este é o único mito que tem alguma verdade por trás sendo estranhamente o menos falado. A falta de segurança por parte dos trabalhadores chineses é uma das principais

preocupações dos mesmos. Assaltos a cidadãos estrangeiros é comum no continente, e não exclusivo a chineses. Contudo este fenómeno, não tem afetado a vontade dos empresários chineses de ficar, visto que mesmo aqueles que temem pela sua segurança tendem a ser otimistas em relação ao futuro deles no respetivo país africano (Sun et al., 2017).

## **11. Potencial das Relações Sino-Lusófonas**

### **11.1. Potencial das Relações Sino-Africanas**

Fazendo um balanço dos pontos positivos e negativos da presença chinesa no continente africano torna-se evidente que é do interesse de ambos - governo e empresas chinesas e dos seus parceiros africanos - de continuar a aprofundar a sua ligação económica e política. Para que esta seja uma relação a longo prazo e resulte é necessário evidentemente que seja mutuamente vantajosa. As empresas chinesas estão conscientes de que para continuarem a obter retornos saudáveis será necessário continuar a investir no desenvolvimento e progresso dos seus parceiros, criando a partir daí benefícios tanto para as nações africanas como para as suas empresas e os seus trabalhadores.

A esmagadora maioria dos líderes e empresários africanos vê a relação África-China como a melhor oportunidade que têm, situando-se esta acima de qualquer outra proporcionada por outros parceiros estrangeiros.

Apesar dos pontos negativos a presença chinesa no continente africano parece ser tendencialmente positiva quando olhamos para o desenvolvimento fruto das parcerias sino-africanas.

Posto isto, existem dois cenários possíveis, ou pelo menos mais prováveis:

Num primeiro cenário os retornos das empresas chinesas crescem a um ritmo saudável atingindo cerca de \$250 mil milhões em 2025 relativamente aos \$180 mil milhões atuais. Este cenário pressupõe o mesmo ritmo crescimento de negócios, com as empresas chinesas a crescerem nos mercados onde operam mantendo as suas quotas atuais, enquanto as economias africanas crescem. Neste cenário, os setores de maior presença chinesa continuam a ser manufatura, infraestrutura e extração de recursos.

Num segundo cenário, mais provável ainda que o anterior, as empresas chinesas em África aceleram o seu crescimento ao expandir agressivamente, tanto nos setores onde estão atualmente como em setores onde ainda não operam, atingindo potencialmente \$440 mil milhões em 2025. Assim, neste cenário, não só os três setores já existentes crescem mais rápido que as economias onde estão presentes, como o investimento chinês se expande para outros como a agricultura, banca, habitação, telecomunicações e transportes. Esta expansão começaria pelos setores de atividade relacionados e/ou complementares àqueles que as empresas chinesas já dominam, como por exemplo aproveitando o setor da construção para entrar no da habitação. Outra parte do

crescimento acelerado passaria pela aplicação nos países africanos de medidas e tecnologias já usadas com sucesso na China, incluindo modelos de negócio em tecnologia de consumo, agricultura e finanças digitais. Assim as economias africanas ganhariam maior produtividade, competitividade e nível de tecnologia, assim como assegurariam milhões de postos de trabalho contínuos (Sun et al., 2017).

Em suma, não parecem existir cenários negativos na parceria África-China num contexto global. Todavia, é importante ter em mente que algumas situações específicas poderiam levar à não garantia de futuro sucesso, reforçando a necessidade de desenvolver canais através dos quais as nações africanas possam ter uma maior capacidade de negociação, e onde possam ainda defender os seus interesses nacionais.

## **11.2. Potencial do fortalecimento da CPLP**

### **11.2.1. Oportunidades das relações China-CPLP**

Os países que compõem a CPLP têm quase 300 milhões de habitantes, produziram, em 2014, 2.056.380 milhões de euros, representando 3,59% do PIB mundial, e apresentando uma média de PIB per capita apenas € 367 abaixo da média mundial. Atualmente, o povo brasileiro é o maior povo lusófono, com cerca de 209 milhões de habitantes, no entanto, segundo as palavras do secretário executivo da CPLP, Francisco Ribeiro Telles, o português está a tornar-se cada vez mais numa língua africana, com uma previsão no crescimento de falantes de português para cerca de 521 milhões, em 2100, dos quais 173 milhões estarão em Angola e 135 milhões em Moçambique, segundo estimativas (Reto et al., 2018).

Longe, mas próxima, a CPLP foi criada ligando pontos distantes, numa geografia que se espalha por cinco continentes. Existe um fator comum a unir estes países que potencia a existência de um sentimento de pertença para além da herança histórica, permitindo-lhes comunicar uns com os outros como se estivessem a comunicar com muitos dos seus compatriotas, a Língua Portuguesa. Apesar de realidades muito diferentes, desde os 22 mil dólares de PIB per capita de Portugal até aos 567 euros da Guiné-Bissau, é significativamente mais fácil comunicar e desenvolver relações entre culturas que partilham tanto, como as dos países lusófonos. Assim, se a proximidade e o sentido de pertença, ancorado em laços construídos pela história trouxer um conjunto de fatores que induzem maior eficiência às trocas, onde a língua, as comunidades migrantes e a própria rede de contactos e conhecimento empresarial, fortalecidos desde a criação da CPLP, permitam mitigar as dificuldades e constrangimentos passíveis de surgir no momento de decisão em



investir ou aprofundar o nível de envolvimento de líderes da lusofonia nos mercados de outros países lusófonos.

Cada mercado tem as suas especificidades, tornando por vezes difícil para agentes exteriores a compreensão das suas necessidades, exigências e potencial. Estar fora da rede do mercado onde se pretende envolver, seja a investir, exportar ou importar, têm um impacto na eficiência do processo de internacionalização. São elementos como a proximidade que permitem ao decisor uma mais rápida identificação e entendimento sobre o mercado de destino, para isto contribuem todos os aspetos/fatores que garantam uma melhor comunicação entre os atores envolvidos no processo de internacionalização, quer no caso de uma exportação direta, quer igualmente de investimento direto estrangeiro (Dias, 2016).

Outros destes elementos são, o idioma - Língua Portuguesa - com potencial económico, a existência de entidades políticas comuns - CPLP – e, a existência de comunidades emigrantes e imigrantes que constroem pontes entre culturas e mercados, funcionando como catalisadores de transferência de conhecimento.

Tal torna-se evidente quando olhamos, por exemplo para a relação luso-angolana uma vez que Angola é o 4<sup>o</sup> mercado de exportação de Portugal, e o primeiro fora da UE (Reto et al., 2018).

Deste modo, pode concluir-se, que a decisão de um empresário tende a associar menos risco a mercados onde encontra melhor acesso à informação, fazendo com que empresários portugueses procurem no mundo lusófono respostas mais simples para desenvolver os seus negócios.

O multilateralismo é definido como a coordenação de políticas nacionais em grupos de três ou mais estados através de meios de acordos institucionais. Esta definição aplica-se à atuação institucional da CPLP, uma instituição multilateral representada por nove Estados membros, com uma coordenação de políticas comuns baseadas em planos estratégicos setoriais que estabelecem instrumentos políticos comuns. Este processo de decisão e coordenação multilateral é um mecanismo que favorece a representatividade de todos os Estados membros pertencentes à instituição e pode, de igual forma, potenciar uma das vantagens do multilateralismo, a da resolução de conflitos num contexto diplomático (Varela, 2016).

Nos últimos anos a cooperação no seio da organização tem vindo a aumentar, passando do foco inicial da defesa do idioma comum para a cooperação social, comercial e política. Esta tendência é demonstrada com o novo acordo de 2019, que assenta na Livre Circulação e Mobilidade na CPLP, onde Portugal tem vindo a negociar com os restantes países lusófonos com o objetivo de valorizar a CPLP como “comunidade de língua, cidadania, cooperação político diplomática e espaço económico”. Portugal pretende tirar partido de instrumentos de financiamento como o Compacto Lusófono acordado com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). Isto mostra empenho em desenvolver maior cooperação portuguesa na CPLP, tendo como prioridades a educação e formação de profissionais, as áreas sociais e da governação com um reforço do papel da sociedade civil e do poder local na criação e implementação de projetos conjuntos de cooperação.

Tendo em conta a descrita tendência para aprofundamento das relações entre países da CPLP e o enorme potencial do desenvolvimento sino-africano é possível que, num futuro não muito distante, exista um alinhamento de interesses que possibilite a criação de uma ponte, comercial, social e/ou política entre Estados Membros da CPLP e a RPC que crie situações mutuamente vantajosas para os envolvidos com uma organização lusófona mais ou menos coesa.

É indiscutível a partilha histórica entre a China e Portugal criada a partir de quase cinco séculos de laços históricos através de Macau, mas também é indiscutível a significância da presença contemporânea da China em todos os países de Língua Portuguesa. A disponibilidade de linhas de crédito, de investimento e de potenciais mercados de exportação tem uma grande força atrativa dos PLP's para a China.

A China como maior exportadora de bens no mundo vai continuar a usar o meio logístico que seja mais eficiente em termos de transporte de mercadorias, e esse meio continua a ser a via marítima. Como a herança histórica que une todos os PLP's passa necessariamente pelo mar e pela descoberta dos caminhos marítimos pelos portugueses, os fluxos de mercadorias entre EM da CPLP e entre estes e a China podem encontrar aí um meio crucial para aumentar a sua produtividade, através da presença nos 5 continentes e o acesso marítimo que todos detêm (Varela, 2016).

O desenvolvimento de infraestrutura portuária que permita o estabelecimento de bons sistemas logísticos nacionais torna-se não só do interesse dos PLP's mas também da China, sendo que esta última já investe no desenvolvimento dos mesmos, que ao serem bem aproveitados podem abrir acessos a novos mercados, dentro e fora do mundo

lusófono. O processo de facilitar o transporte de bens e recursos não passa só pela qualidade da infraestrutura, mas também pela qualidade do processo alfandegário e competências humanas do serviço logístico. Através de um organismo multilateral os EM da CPLP poderiam facilitar as trocas comerciais entre EM e com a China ao mesmo tempo que desenvolviam os recursos humanos necessários para operar a infraestrutura do sistema logístico portuário. Este procedimento não é sinónimo de total abertura dos mercados lusófonos à China com a aprovação da CPLP, mas sim de uma procura de melhorar em conjunto processos burocráticos e alfandegários, bem como de otimizar custos em trocas comerciais.

Quando falamos em *soft power* estamos a referir-nos à “habilidade de conseguir o que se quer através da atração em vez da coerção ou de pagamentos”. Sendo esta uma das únicas formas de influência que os pequenos Estados possuem e que cada vez mais são aproveitadas nas relações com os grandes estados. Portugal ocupa a 22<sup>o</sup> posição dos países com maior *soft power*, 5 lugares acima da China e da Rússia (Gaspar, 2018). Dado o prestígio de Portugal que lhe permite ter esta posição, esta nação, a mais desenvolvida dos PLP, pode (e deve) usar o seu *soft power* no seio da CPLP, não só para alcançar os seus próprios interesses como os do resto do mundo lusófono, principalmente a negociar com um gigante como a China.

A China apesar de não precisar de Portugal para negociar com os PALOP's poderá ter vantagem em cooperar com Portugal para contrabalançar o poder na região em relação a outros países europeus. Lisboa poderia ir à “boleia” da China e integrar consórcios luso-chineses, usando o poder da língua como uma mais-valia (Lopes, 2011).

Combinar o prestígio e a capacidade diplomática portuguesa, com o potencial dos PALOP's, a grandeza do Brasil e o apoio da China, com o objetivo de obter o melhor resultado possível e benéfico para todas as partes envolvidas não é uma tarefa para um único Estado, por mais forte ou desenvolvido que este seja. Contudo, o potencial do multilateralismo da CPLP pode, se os seus EM assim o desejarem, servir de ferramenta, tornando propícia a evolução económica de todos com base no diálogo e na diplomacia, bem como promovendo a cooperação internacional destes países com a China usando plataformas comuns como o Fórum Macau.

Um mundo lusófono a falar numa só voz a partir da CPLP permitiria uma melhor capacidade diplomática e de negociação não só com a China, mas também com todas as quatorze organizações (Anexo 1) de que os seus EM fazem parte.

Atualmente as áreas e os setores de intervenção marcados como prioritários na agenda comunitária são: o ambiente; a ciência, tecnologia e ensino superior; a cultura; os direitos humanos e boa governação; a educação; a energia; a igualdade de género; a juventude e desportos; a saúde; a segurança alimentar e nutricional; a defesa; e o turismo (CPLP, 2019). Os países lusófonos já cooperam em muitas destas áreas, tanto entre eles como com a China.

Sendo este o caso na ciência, tecnologia e ensino superior, educação e saúde, como referido anteriormente neste documento, a partir da transferência de tecnologia bem como de conhecimento através de formações profissionais e ao facilitar o acesso ao ensino superior (no Brasil, na China e em Portugal), da construção de hospitais e da prestação de apoio médico a países do mundo lusófono.

Relativamente ao setor do turismo, foi referido o projeto do resort em Praia realizado por via de investimento chinês e de *know-how* português, uma vez que Portugal é um país no qual o setor turístico se encontra de tal forma desenvolvido permitindo a transferência de conhecimentos e aumentando a eficiência do setor.

No setor da energia foram nomeados grandes investimentos chineses em hidrocarbonetos, adicionando ainda a presença de empresas portuguesas e brasileiras deste domínio nos PALOP's, como a GALP em Angola ou a Petrobras em Moçambique.

No que diz respeito à segurança alimentar e nutricional, constata-se a determinação da China em assegurar a capacidade de alimentar o povo chinês, apoiando empresas chinesas na aquisição de terrenos no estrangeiro com o intuito de produzir alimentos para o seu mercado interno. Atualmente, este tipo de investimento encontra-se presente em Angola, Moçambique e no Brasil, no entanto, continua a tratar-se de um setor subdesenvolvido tendo em conta as carências alimentares/produtivas destes países (Abbas, 2018). A segurança alimentar no mundo lusófono poderia passar pela vontade já expressa pela China em aumentar a oferta para o seu mercado interno, permitindo ao mesmo tempo trazer estabilidade a países que passam dificuldades neste domínio, como Angola e Moçambique. Além do mais a independência alimentar do mundo lusófono seria não só um símbolo de prestígio e uma base importante de estabilidade e desenvolvimento, como permitiria aos países da lusofonia uma menor dependência comercial e diplomática dos mercados externos.

O setor da defesa incorpora uma das bases mais importantes para o desenvolvimento, tendo em conta que sem paz um país dificilmente consegue progredir.

Portugal coopera militarmente com os países lusófonos, em especial com Angola (Lopes, 2011). Tanto Portugal como a China são países que se destacam na luta pela paz e estabilidade em África através do envio de forças militares para missões de paz da ONU, pela qualidade das intervenções em que participam, como é o caso de Portugal na República Centro Africana (RTP, 2017), ou pela quantidade das intervenções, sendo a China o país do mundo com uma das maiores forças de manutenção de paz do mundo e o segundo maior doador à ONU para esse tipo de missões (Duchâtel et al., 2016). Este tipo de intervenção difere da direta convencional e deixa a China numa posição confortável onde participa em operações desta natureza através da ONU não interferindo de uma forma direta nas políticas internas destes países, mas ao mesmo tempo promove a paz, o desenvolvimento e a estabilidade nos mesmos. Atualmente, a situação extremamente preocupante de terrorismo no norte de Moçambique, na província de Cabo Delgado requer soluções que possam ser encontradas pelo governo moçambicano que já se mostrou aberto a ajuda para lidar com a violência no país (RTP, 2020b) e Portugal já se mostrou disponível para ajudar o “país irmão” (Observador, 2020).

No caso de uma CPLP mais forte é possível esperar que a organização venha a possuir também uma voz mais forte na ONU, conseguindo desta forma alocar mais recursos para a estabilização de regiões que afetem direta ou indiretamente o desenvolvimento da CPLP. Uma CPLP mais forte e coesa conseguiria ainda, mais facilmente, a cooperação entre os seus Estados Membros e forças externas, com o objetivo de melhorar a estabilidade dentro de um país da organização através das Nações Unidas, assim como convencer EM a aceitar essa ajuda caso esta seja mutuamente benéfica.

As restantes áreas e setores de intervenção considerados como prioritários, referem-se a temas mais complexos. Logo, apesar de existirem iniciativas da CPLP relacionadas com avanços nas áreas do ambiente, direitos humanos e boa governação, cultura, juventude e desportos, onde se verificam progressos notáveis (CPLP, 2019), estas não deixam de ser áreas com um maior potencial de crescimento à medida que os países se desenvolvem. Posto isto, para que exista evolução nestes aspetos é necessário progresso económico, que resultará, naturalmente, no amadurecer das sociedades, permitindo-lhes a partir daí olhar com maior atenção para estas problemáticas, sendo difícil fazê-lo quando as condições materiais desses países estão pouco desenvolvidas.

O progresso no mundo lusófono encontra muito potencial na cooperação entre os seus povos que, mais uma vez é de realçar, estão irmanados por uma herança histórica tendo um espaço geográfico descontínuo, mas que partilham a Língua Portuguesa.

## 11.2.2. Ameaças das relações China-CPLP

### Multilateralismo VS Bilateralismo

Apesar de ser a nação mais desenvolvida dos PLP's, Portugal não possui qualquer estratégia ou agenda consistentes definidas para a cooperação, carecendo de um plano coerente assente em objetivos estratégicos fundamentais, sem se comprometer demasiado com a organização nem com a República Popular da China. Portugal tem capacidade para ser a nação a indicar o melhor caminho aos países lusófonos, mas para isso tem de investir tanto nas relações bilaterais como multilaterais com os mesmos. A inexistência de resultados a curto prazo parece impossibilitar os sucessivos governos portugueses de investir na CPLP mesmo quando reconhecem o seu potencial.

A CPLP é o que os EM dela quiserem e esta é provavelmente a maior barreira para o desenvolvimento da organização lusófona. Apesar de possuir capacidade jurídica própria "A CPLP não tem um padrão e isso faz a diferença em relação à *Commonwealth*" como diz o secretário executivo da CPLP, Francisco Ribeiro Telles. A *Commonwealth* é uma organização multinacional inicialmente nomeada *British Commonwealth of Nations* que nasceu do Império Britânico sendo o Reino Unido o seu atual "padrão", possibilitando uma gestão facilitada da sua agenda, uma vez que esta é encabeçada pelos britânicos. No caso da CPLP todas as agendas têm de ser definidas, seja em que campo for, por todos os EM o que de certa forma atrasa o processo de decisão, mas o torna ao mesmo tempo mais democrático. Sendo este um dos motivos pelo qual, o fortalecimento da organização que é a CPLP apenas acontecerá se assim for o desejo de todos os participantes.

Esta condição cria problemas até no âmbito do Fórum de Macau visto que os países lusófonos estão habituados a discutir individualmente com a China melhores condições dos seus acordos e não de uma forma multilateral a uma só voz. É indiscutível que a China já não precisa de países como Portugal para negociar com os PALOP's ou com o Brasil, e provavelmente não seria do agrado dos enviados chineses terem de discutir todos os assuntos das suas relações com um país lusófono multilateralmente com todo o mundo da lusofonia.

Existe, no entanto, um equilíbrio passível de ser encontrado, que poderia passar pela negociação multilateral da China com os países lusófonos em assuntos relacionados com a relação entre o gigante asiático e apenas um dos PLP's quando este assim o entender,

e cujas autoridades nacionais considerem que precisam de ajuda dos seus “países irmãos”. Através deste processo poder-se-iam atingir não só mais situações mutuamente vantajosas como aumentar o prestígio dos atores envolvidos.

### **Abertura de Mercados VS Protecionismo**

À medida que o investimento chinês aumenta no mundo lusófono aumenta também a pressão para os mercados destes países se abrirem a condições impostas pelos investidores chineses. Tal abertura permitiria aumentar as vantagens competitivas chinesas, tendo como contrapartida o detrimento das economias e do prestígio dos PLP's (Xing et al., 2020). Abrir completamente os mercados à China, bilateralmente ou multilateralmente, não é vantajoso para os países lusófonos, todavia promover multilateralmente o desenvolvimento de infraestrutura e a industrialização dos PLP's pode dar origem a uma situação *win-win*. Este resultado requer uma análise dos mercados e da capacidade industrial de cada PLP, e permitiria desenvolver a cooperação internacional destes países com a China usando plataformas comuns como o Fórum Macau (Xing et al., 2020).

### **Corrupção**

Tal como referido anteriormente neste documento, a corrupção é um problema para as relações sino-africanas e os PALOP's não são exceção. A maioria dos empresários chineses, entre 60 a 87% admitem que já tiveram de pagar “impostos” e “taxas” extra (Sun et al., 2017). Existem dezenas de exemplos não só de cidadãos chineses, mas também de ocidentais em que a primeira interação que têm com as autoridades locais mal desembarcam do avião é ser lhes pedida uma “gorjeta” para poderem entrar no país, mesmo tendo toda a papelada em ordem. Outros casos de “inspeções aleatórias” por parte de autoridades governamentais também são comuns entre empresas estrangeiras a operar no continente africano. São então pedidos “impostos” e “gorjetas” para a continuação da atividade da empresa. Este fenómeno cria constrangimentos no investimento estrangeiro, faz com que sejam desperdiçadas oportunidades de criação de negócios e leva muitos agentes a deslocar o seu capital para mercados mais bem governados.

### **Insegurança**

A seguir à corrupção a insegurança é a maior preocupação dos empresários chineses que operam no continente africano. Alguns chineses têm a percepção que existem locais os

consideram “caixas multibanco andantes”. Esta ameaça estende-se a todos os estrangeiros, incluindo portugueses, não sendo incomum assaltos, raptos ou até homicídios de cidadãos estrangeiros a tentarem operar no continente (Público, 2019). A existência de um ambiente que transmita uma sensação de segurança é um fator muito importante, pois possibilita a entrada de investimento de cidadãos estrangeiros sem que estes temam pelas suas vidas ao tentarem abrir um negócio nesses países.

### **11.3. Previsões e cenários de cooperação futura dos PLP's**

À semelhança do que acontece com as relações sino-africanas, existe uma forte probabilidade que as relações sino-lusófonas cresçam e se desenvolvam ao longo do tempo. Tal acontecerá com ou sem maior cooperação entre os países da lusofonia. Como dito anteriormente é indiscutível que a China já não precisa de países como Portugal para negociar com os PALOP's ou com o Brasil. Posto isto existem dois caminhos que os PLP's podem seguir:

(1) Cada país continua a desenvolver individualmente a sua relação com a China e com os seus restantes parceiros comerciais, tornando-se a dependência destes parceiros cada vez maior sobretudo se as economias destes PLP's não se diversificarem, ficando demasiado focadas num único recurso ou setor de atividade económica. Este cenário poderá ser do interesse chinês no curto-prazo graças ao seu poder gigantesco comparativamente a qualquer um dos países lusófonos, permitindo-lhe estabelecer desta forma termos benéficos para a China em detrimento do recetor que terá dificuldades em recusar a “ajuda”. Nesta conjuntura, o Fórum de Macau continuaria a ser uma ferramenta através da qual os chineses inequivocamente perseguiriam os seus interesses, e a abertura dos mercados dos países da CPLP tornar-se-ia cada vez maior mesmo que isso não significasse ganhos para os mesmos.

(2) Os governos do mundo lusófono acreditam coletivamente no potencial que tem a união entre os seus povos e usam as ferramentas que têm à sua disposição como a CPLP e o Fórum de Macau para atingir objetivos mutuamente benéficos em termos socioeconómicos. Isto passaria por encontrar o equilíbrio entre quando agir multilateralmente e quando agir bilateralmente, podendo contar uns com os outros em negociações com parceiros comerciais mais fortes, permitindo desta forma estabelecer objetivos de longo prazo e dinamizar a cooperação dentro da CPLP. Este cenário, é não só complexo como



tem um grau de dificuldade de aplicação elevado, devido à inexistência de uma agenda que inclua objetivos claros que todos os PLP's queiram atingir assim como o caminho que estão dispostos a percorrer para os concretizar. Portugal como o país mais desenvolvido de toda a comunidade deverá continuar a negociar com os restantes países lusófonos com o objetivo de valorizar a CPLP como “comunidade de língua, cidadania, cooperação político diplomática e espaço económico”. Tirando partido de instrumentos de financiamento como o Compacto Lusófono acordado com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). Mostrando desta forma a vontade de desenvolver uma maior cooperação portuguesa na CPLP, tendo como prioridades a educação, a formação de profissionais, as áreas sociais e da governação, com um reforço do papel da sociedade civil e do poder local na criação e implementação de projetos conjuntos de cooperação. Tendo em conta a descrita tendência para aprofundamento das relações entre países da CPLP e o enorme potencial do desenvolvimento sino-africano, é possível que, num futuro não muito distante, exista um alinhamento de interesses que possibilite a criação de uma ponte, comercial, social e/ou política entre os Estados Membros da CPLP e a RPC que crie situações mutuamente vantajosas para os envolvidos com uma organização lusófona mais ou menos coesa.

## 12. Conclusão

Ao analisar as relações entre a China e o mundo lusófono é visível o seu progresso histórico, bem como a tendência para o aprofundamento das mesmas. Os laços são fortes entre o gigante asiático e cada um dos países lusófonos, sendo no caso dos PALOP's tão antigos como os próprios países.

O processo que se insere nas relações sino-africanas, tem-se mostrado tendencialmente positivo e mutuamente benéfico. No entanto, em termos relativos, os benefícios para o lado chinês aparentam ser maiores, ainda que seja visível o esforço para promover o desenvolvimento dos países que compõem a CPLP, sendo de realçar o empenho no desenvolvimento de infraestruturas nos PALOP's e o crescimento das trocas comerciais entre as nações lusófonas e a China nas últimas décadas.

Também no seio da CPLP é perceptível uma tendência de aumento da cooperação, passando de uma vertente quase exclusivamente direcionada para a defesa do idioma comum, para uma comunidade de língua, cidadania, cooperação político diplomática e espaço económico. Estes países partilham um legado histórico que os torna hoje em nações fraternas, geograficamente dispersas pelo planeta, mas unidas pela Língua Portuguesa.

Tendo em conta a descrita tendência para aprofundamento das relações entre países da CPLP e o enorme potencial do desenvolvimento sino-africano é possível que, num futuro não muito distante, exista um alinhamento de interesses que possibilite a criação de uma ponte, comercial, social e/ou política entre EM da CPLP e a RPC, fomentando situações mutuamente vantajosas para os envolvidos com uma organização lusófona mais ou menos coesa.

Esta projeção apresenta tanto oportunidades como desafios. Existem problemas estruturais nos PLP's que constituem uma ameaça não só às relações uns com os outros, mas também com outros parceiros internacionais, como a China. Os principais e imediatos são a corrupção e a insegurança (principalmente nos PALOP's), criando um clima propício ao desencorajamento de trocas económicas e diplomáticas. Outros problemas passam pelo encontro por parte de cada um dos PLP's de um equilíbrio, tanto entre bilateralismo e multilateralismo, como entre a abertura de mercado e o protecionismo.

A CPLP é o que os seus EM fizerem dela, nada mais, nada menos. O desenvolvimento do multilateralismo dentro da lusofonia tem de ser feito com o esforço

político diplomático de todos e no interesse de todos, todavia, existe atualmente uma falta de visão estratégica para tal, tendo em conta que não existe uma estratégia definida, nem mesmo por parte do país mais desenvolvido desta comunidade. Contudo, abrir completamente os mercados à China, bilateralmente ou multilateralmente, não seria benéfico para os países lusófonos, tendo em conta as vantagens comparativas destes com o gigante asiático, no entanto, promover multilateralmente o desenvolvimento de infraestrutura e a industrialização dos PLP's poderá dar origem uma situação *win-win* para ambas as partes. Porém, é necessário ter em atenção que a criação de barreiras excessivas ao investimento chinês pode ser sinónimo de abrandar o desenvolvimento. Qualquer que seja a estratégia escolhida cabe a cada uma das nações lusófonas decidir qual o equilíbrio que melhor se adequa à sua realidade socioeconómica e lhe permite atingir uma situação benéfica no longo prazo.

Apesar de serem um entrave ao desenvolvimento do mundo lusófono estas ameaças são acompanhadas de oportunidades, impulsionadas pelo idioma comum - a Língua Portuguesa - e a existência de comunidades migrantes que constroem pontes entre culturas e mercados, funcionando como catalisadores de transferência de conhecimento.

Os países lusófonos são todos eles costeiros, este facto associado à herança histórica que os une, proporciona-lhes acesso imediato ao meio logístico mais eficiente em termos de transporte de mercadorias. Para além disso, são vários os setores cujo potencial aumenta com a intensificação das relações sino-lusófonas, destacando-se os seguintes: ciência, tecnologia e ensino superior; educação; saúde; turismo; energia; defesa; e segurança alimentar e nutricional.

Um mundo lusófono a falar numa só voz a partir da CPLP permitiria uma melhor capacidade diplomática e de negociação não só com a China, mas também com os restantes parceiros comerciais e com em todas as quatorze organizações de que fazem parte países de Língua Portuguesa.

Tal como será o caso das relações sino-africanas, as relações sino-lusófonas devem muito provavelmente crescer e desenvolver-se, o que acontecerá com ou sem maior unidade por parte das nações lusófonas. A China não precisa de Portugal ou qualquer outra nação para intensificar estas relações, principalmente com os PALOP's, uma vez que tem ao seu dispor uma ferramenta importante, o Fórum de Macau, que aliada ao seu gigantesco poder comparativamente a qualquer um dos países lusófonos, lhe permite estabelecer termos que a podem beneficiar em detrimento da vontade do recetor. Contudo,

se os governos do mundo lusófono agirem coletivamente através da união entre os seus povos, fazendo uso das ferramentas já criadas que se encontram à sua disposição, como a CPLP e o Fórum de Macau, podem possibilitar ganhos mutuamente benéficos em termos socioeconómicos. Embora, se trate de um cenário complexo e de difícil aplicação, apresenta um maior potencial que o desenvolvimento em termos bilaterais das relações entre a China e cada um dos EM da CPLP.

Em suma, torna-se difícil dizer ao certo qual o caminho que será adotado pelos países lusófonos, contudo é nas mãos destes que está o verdadeiro potencial das relações sino-lusófonas, e será a sua postura em relação ao mundo exterior que permitirá explorar (ou não) esse potencial.

### 13. Bibliografia

- Abbas, M. (2018). *China's "Friendship" projects in Mozambique: cooperation or recolonization.*
- Abi-Habib, M. (2018). *How China Got Sri Lanka to Cough Up a Port - The New York Times.*  
<https://www.nytimes.com/2018/06/25/world/asia/china-sri-lanka-port.html>
- Alves, A. (2008). China's Lusophone Connection. In *China in Africa Report* (Issue 2).
- Angonotícias. (2005). *China assume participação em dois blocos de exploração petrolífera em Angola.* <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/6650/china-assume-participacao-em-doisblocos-de-exploracao-petrolifera-em-angola>
- Angonotícias. (2006). *Financiamento chinês: Lei obriga a subcontratação de empresas angolanas.* <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/9903/financiamento-chines-lei-obriga-asubcontratacao-de-empresas-angolanas>
- Angonotícias. (2007). *Fim de parceria entre Sonangol e Sinopec, Pequim desvaloriza.*  
<http://www.angonoticias.com/Artigos/item/12710/fim-de-parceria-entre-sonangol-esinopec-pequim-desvaloriza>
- Banco Mundial. (2018a). *Guiné-Bissau Aspectos gerais.*  
<https://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau/overview#1>
- Banco Mundial. (2018b). *Moçambique: aspectos gerais.*  
<https://www.worldbank.org/pt/country/mozambique/overview>
- Banco Mundial. (2019). *Data for United States, China.*  
<https://data.worldbank.org/?fbclid=IwAR0UCRdkN53xkwxwIFjjZLpblC1ECRU58R64ZLrLFcDe9wrx9vsDNkHL8XI&locations=US-CN>
- Banco Mundial. (2020a). *São Tomé e Príncipe: aspectos gerais.*  
<https://www.worldbank.org/pt/country/saotome/overview>
- Banco Mundial. (2020b). *Timor-Leste Overview.*  
<https://www.worldbank.org/en/country/timor-leste/overview>
- Becard, D. (2011). *O que Esperar das Relações Brasil-China?*
- Bernardo, A. (2019). *Cooperação Bilateral Angola e China: Mitos e Verdades.* Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Cabo Verde TradeInvest. (n.d.). *10 razões para investir em Cabo Verde.*
- Campos, I., & Vines, A. (2008). *Angola and China - A Pragmatic Partnership* (Issue March).
- Central Bank of Sri Lanka. (2017). *Public Debt Management in Sri Lanka.*  
<https://doi.org/10.7551/mitpress/3759.003.0012>
- China Hoje. (2018). *740 milhões de pessoas saíram da pobreza na China desde 1978.*  
[http://www.chinahoje.net/740-milhoes-de-pessoas-sairam-da-pobreza-na-china-desde-1978/?fbclid=IwAR38IVHn1TaGrwTtPvkThyi-UVo\\_J\\_r0oWfKUetLQgZ\\_EaE0SodmrvIE\\_Y0](http://www.chinahoje.net/740-milhoes-de-pessoas-sairam-da-pobreza-na-china-desde-1978/?fbclid=IwAR38IVHn1TaGrwTtPvkThyi-UVo_J_r0oWfKUetLQgZ_EaE0SodmrvIE_Y0)

- CPLP. (n.d.-a). *Angola*. Retrieved December 14, 2020, from <https://www.cplp.org/id-2771.aspx>
- CPLP. (n.d.-b). *Brasil*. Retrieved December 14, 2020, from <https://www.cplp.org/id-2772.aspx>
- CPLP. (n.d.-c). *Cabo Verde*. Retrieved December 14, 2020, from <https://www.cplp.org/id-2773.aspx>
- CPLP. (n.d.-d). *Guiné-Bissau*. Retrieved December 14, 2020, from <https://www.cplp.org/id-2774.aspx>
- CPLP. (n.d.-e). *Moçambique*. Retrieved December 14, 2020, from <https://www.cplp.org/id-2775.aspx>
- CPLP. (n.d.-f). *Portugal*. Retrieved December 14, 2020, from <https://www.cplp.org/id-2776.aspx>
- CPLP. (n.d.-g). *São Tomé e Príncipe*. Retrieved December 14, 2020, from <https://www.cplp.org/id-2777.aspx>
- CPLP. (n.d.-h). *Timor-Leste*. Retrieved December 14, 2020, from <https://www.cplp.org/id-2778.aspx>
- CPLP. (1996). *Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. <http://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos/Essenciais/DeclaraoConstitutivaCPLP.pdf>
- CPLP. (2007). *Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. [http://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos/Essenciais/Estatutos\\_CPLP\\_REVLIS07.pdf](http://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos/Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLIS07.pdf)
- CPLP. (2019). *Documento Estratégico de Cooperação da CPLP 2020-2026*. 1–11.
- Deutsche Welle. (2015). *Brasil estreita laços com a China*. <https://www.dw.com/pt-br/brasil-estreita-laços-com-a-china/a-51233871>
- Diário de Notícias. (n.d.). *Navios de pesca chineses em São Tomé é "questão de tempo" - ministra do Comércio*. Retrieved December 14, 2020, from <https://www.dn.pt/lusa/navios-de-pesca-chineses-em-sao-tome-e-questao-de-tempo---ministra-do-comercio-11059135.html>
- Dias, E. (2016). *Logística e economia na CPLP: o Lado Oculto da Produtividade*.
- Dittgen, R., Doudjidingao, A., Liang, G., Lin, Y., Magrin, G., Maoundonodji, G., Tavares, M.-A., Vliet, G. van, Wang, F., & Yang, W. (2012). *The environmental challenges facing a Chinese oil company in Chad*. November.
- Duchâtel, M., Gowan, R., & Rapnouil, M. L. (2016). Into Africa: China's Global Security Shift. *European Council on Foreign Relations: Brief Policy*, 179(June), 1–16.
- Ferreira, I. (2018). *Grande projeto urbano num pequeno país insular: Projeto chinês "Cape Verde Integrated Resort and Casino"*. Universidade Federal de Pernambuco.
- Galinha, P. (2017). *China e Portugal: Dez anos de Parceria Estratégica Global*. Universidade Nova de Lisboa.

- Gaspar, R. (2018). *Portugal e o Porto de Sines na Grande Estratégia Geoeconómica Chinesa : A Belt and Road Initiative*.
- Global Times. (2018). *Sri Lanka not 'forced' to accept Chinese loans, wants more cooperation: envoy*. <https://www.globaltimes.cn/content/1116636.shtml>
- Governo da República de Angola. (n.d.). *Sobre Angola*. Retrieved October 14, 2020, from <https://governo.gov.ao/ao/angola/sobre-angola/>
- Governo da República Portuguesa. (n.d.). *Sobre Portugal*. Retrieved December 14, 2020, from <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/portugal/sobre-portugal>
- Governo de Cabo Verde. (n.d.). *Geografia*. Retrieved December 14, 2020, from <https://www.governo.cv/o-arquipelago/geografia/>
- Hao, Z. (2011). *Macau History and Society - Zhidong Hao*. [https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=LP9q1dzVRYQC&oi=fnd&pg=PR7&dq=Macau:+History+and+Society&ots=IYIA6Agfk7&sig=wdoDBVOtw\\_R2wk3TyjUtYN0FSCc&redir\\_esc=y#v=onepage&q=Macau%3A History and Society&f=false](https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=LP9q1dzVRYQC&oi=fnd&pg=PR7&dq=Macau:+History+and+Society&ots=IYIA6Agfk7&sig=wdoDBVOtw_R2wk3TyjUtYN0FSCc&redir_esc=y#v=onepage&q=Macau%3A History and Society&f=false)
- Hruby, A. (2018). *3 myths about China's investment in Africa and why they need to be dispelled*. <https://www.weforum.org/agenda/2018/09/three-myths-about-chinas-investment-in-africa-and-why-they-need-to-be-dispelled/>
- Jansson, J. (2011). The Sicomines agreement: Change and Continuity in the Democratic Republic of Congo's International Relations. *South African Inst. of Int'l Affairs, Occasional(97)*, 32.
- Jiang, L., Harding, A., Anseeuw, W., & Alden, C. (2016). Chinese agriculture technology demonstration centres in Southern Africa: the new business of development. *The Public Sphere*, 9–36.
- Jones, L., & Hameiri, S. (2020). Debunking the Myth of “Debt-trap Diplomacy”: How Recipient Countries Shape China's Belt and Road Initiative. In *Chatham House* (Issue August).
- Jornal i. (2020). *Moçambique. Governo pede ajuda para lidar com a violência. Quem vai responder?* <https://ionline.sapo.pt/artigo/709643/mocambique-governo-pede-ajuda-para-lidar-com-a-viol-ncia-quem-vai-responder-?seccao=Mundo>
- Junior, L. F. (2007). *Fronteiras terrestres e marítimas do*.
- Keohane, R. (2006). *The contingent legitimacy of multilateralism*. June.
- Kurlantzick, J. (2007). *Charm Offensive: How China's Soft Power is Transforming the World*.
- Lin, J. Y. (2015). *The China Miracle: Development Strategy and Economic Reform Demystifying the Chinese Economy*. January 2015. <https://doi.org/10.2307/2667712>
- Lopes, T. (2011). *A Importância da Crescente Influência da China nos Países da CPLP- Consequências para Portugal*.

- Macauhub. (2019). *China é um “parceiro importantíssimo” para São Tomé e Príncipe, afirma primeiro-ministro*. <https://macauhub.com.mo/pt/feature/pt-china-e-um-parceiro-importantissimo-para-sao-tome-e-principe-afirma-primeiro-ministro/>
- Macauhub. (2020). *Novo embaixador chinês promete apoiar grandes obras na Guiné-Bissau*. <https://macauhub.com.mo/pt/2020/10/16/20201016003/>
- Madeira, J. P. (2017). O Dragão abraça África: Relações Cabo Verde-China. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v.6, n.12, 1, 132–151.
- Matias, J. C. (2009). Macau, China and the Portuguese Speaking Countries. *“Inside/Outside: 60 Years of Chinese Politics,”* 1–27.
- MNE. (n.d.-a). *Dados gerais - Sobre o Brasil - Embaixada de Portugal no Brasil*. Retrieved December 14, 2020, from <https://brasil.embaxadaportugal.mne.gov.pt/pt/sobre-o-brasil/dados-gerais>
- MNE. (n.d.-b). *Economia - Sobre Portugal - Portugal - Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia*. Retrieved December 14, 2020, from <https://ue.missaoportugal.mne.gov.pt/pt/portugal/sobre-portugal/economia>
- Observador. (2016). *China já financiou Angola com 13,4 mil milhões de euros desde 2004*. <https://observador.pt/2016/11/07/china-ja-financiou-angola-com-134-mil-milhoes-de-euros-desde-2004/>
- Observador. (2020). *Ataques em Moçambique. Portugal disponível para ajuda militar a “país irmão.”* [https://observador.pt/2020/11/25/ataques-em-mocambique-portugal-disponivel-para-ajuda-militar-a-pais-irmao/?fbclid=IwAR2oFHWndcdUWNv80I\\_yk0xSdxhd4mfb4SILCxzRBjsS\\_4epPIhXRuAGIBI](https://observador.pt/2020/11/25/ataques-em-mocambique-portugal-disponivel-para-ajuda-militar-a-pais-irmao/?fbclid=IwAR2oFHWndcdUWNv80I_yk0xSdxhd4mfb4SILCxzRBjsS_4epPIhXRuAGIBI)
- Ouweneel, E.-J. (2019). *18 of the last 20 centuries China and India were the biggest economies*. <https://urbanlogics.eu/china-india-biggest-economies/>
- People.cn. (2017). *Esforço da China para reduzir a pobreza é histórico, diz Banco Mundial*. <http://portuguese.people.com.cn/n3/2017/1013/c309808-9279551.html>
- Portal de Angola. (2016). *China quer alterar relação com Angola*. <https://www.portaldeangola.com/2016/10/21/china-quer-alterar-relacao-com-angola/>
- Público. (2019). *Mais um cidadão português assassinado em Angola, o quarto em dois meses e meio | Crime*. <https://www.publico.pt/2019/04/24/mundo/noticia/cidadao-portugues-assassinado-angola-quarto-dois-meses-meio-1870373>
- Putzel, L., & Kabuyaya, N. (2011). Chinese aid, trade and investment and the forests of the Democratic Republic of Congo. In *CIFOR Working papers* (Vol. 82).
- Ramos, S. D. (2017). *O papel do Fórum de Macau no posicionamento geoestratégico da República Popular da China nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: Relações de cooperação entre a República Popular da China e a República de Moçambique*.
- Rede Angola. (2015). *Apenas 30% da população tem acesso à electricidade*. <http://www.redeangola.info/apenas-30-da-populacao-tem-acesso-electricidade/>



- Rede Angola. (2016). *Empresas chinesas com mais 24 obras públicas*. <http://m.redeangola.info/chineses-com-mais-24-obras-publicas-adjudicadas-por-usd-1-265-milhoes/>
- Reto, L. A., Machado, F. L., & Esperança, J. P. (2018). *Novo Atlas da Língua Portuguesa* (I.-I. N. C. da Moeda (Ed.); 01–2018th ed.).
- RTP. (2017). *ONU elogia militares portugueses na República Centro Africana*. [https://www.rtp.pt/noticias/politica/onu-elogia-militares-portugueses-na-republica-centro-africana\\_v986907](https://www.rtp.pt/noticias/politica/onu-elogia-militares-portugueses-na-republica-centro-africana_v986907)
- RTP. (2019). *Portugal e China deram “bom exemplo” à comunidade internacional na transição*. [https://www.rtp.pt/noticias/mundo/portugal-e-china-deram-bom-exemplo-a-comunidade-internacional-na-transicao\\_n1193089](https://www.rtp.pt/noticias/mundo/portugal-e-china-deram-bom-exemplo-a-comunidade-internacional-na-transicao_n1193089)
- RTP. (2020a). *Mais de 50 pessoas decapitadas numa aldeia de Muidumbe em Moçambique*. [https://www.rtp.pt/noticias/mundo/mais-de-50-pessoas-decapitadas-numa-aldeia-de-muidumbe-em-mocambique\\_v1274727](https://www.rtp.pt/noticias/mundo/mais-de-50-pessoas-decapitadas-numa-aldeia-de-muidumbe-em-mocambique_v1274727)
- RTP. (2020b). *Moçambique aberto a ajuda para lidar com violência em Cabo Delgado*. [https://www.rtp.pt/noticias/mundo/mocambique-aberto-a-ajuda-para-lidar-com-violencia-em-cabo-delgado\\_v1276481](https://www.rtp.pt/noticias/mundo/mocambique-aberto-a-ajuda-para-lidar-com-violencia-em-cabo-delgado_v1276481)
- Ruggie, J. G. (1992). *Multilateralism : the Anatomy of an Institution*.
- Shinn, D. H. (2016). The environmental impact of China's investment in Africa. *Cornell International Law Journal*, 49(1), 25–67.
- SLPA. (2010). *Sri Lanka Port Authority*. [https://web.archive.org/web/20200214203513/http://portcom.slpa.lk/news\\_events\\_220.asp](https://web.archive.org/web/20200214203513/http://portcom.slpa.lk/news_events_220.asp)
- Sun, Y., Jayaram, K., & Kassiri, O. (2017). Dance of the lions and dragons. *McKinsey Global Institute*, 23 Fe, 1–84.
- The Diplomat. (2016). *Is China's Influence in Timor-Leste Rising?* <https://thediplomat.com/2016/11/is-chinas-influence-in-timor-leste-rising/>
- The Guardian. (2005). *Mugabe turns back on west and looks east*. <https://www.theguardian.com/world/2005/apr/19/zimbabwe.andrewmeldrum>
- The Ministry of Oil and Gas. (2016). *Introduction » Ministry of Energy & Mining*. <http://www.mop.gov.sd/eng/page/overview>
- TSF. (2020). *Bolsonaro afirma que vai "erradicar o comunismo" do Brasil*. <https://www.tsf.pt/mundo/bolsonaro-afirma-que-vai-erradicar-o-comunismo-do-brasil-12979568.html>
- Varela, A. (2016). *Diplomacia Científica no Quadro das Relações Multilaterais: o Caso da CPLP*.
- Visentini, P. G. F., & Oliveira, G. (2012). *As Relações Sino-Africanas: (Muitos) Mitos e (Algumas) Realidades*. 25–40.
- Wells, M. (2018). *Grim Conditions and Miserable Wages Guide Apparel Brands in Their*.

Xing, L., Wang, D., Li, Y., Guan, J., & Dong, X. (2020). Simulation analysis of the competitive status between China and Portuguese-speaking countries under the background of one belt and one road initiative. *Physica A: Statistical Mechanics and Its Applications*. <https://doi.org/10.1016/j.physa.2019.122895>

## 14. Anexos

### Anexo 1 – Organizações Internacionais de Estados das quais os PLP's fazem parte por data de constituição



Fonte: Novo Atlas da Língua Portuguesa, p. 94 -95

## Anexo 2 – Visitas periódicas entre a China e Angola (1983-2016)

Ano/mês	Entidades
1983/05	Gong Dafai, Vice Ministro das Relações Exteriores da China, desloca-se a Angola
1988/10	José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola, desloca-se à China
1989/08	Qian Gichen, Ministro dos Negócios Estrangeiro da China, desloca-se a Angola
1993/11	Fernando José de França Dias Van Dunem, Presidente da Assembleia Nacional de Angola, desloca-se à China
1994/03	De Mora, Ministro das Relações Exteriores de Angola, desloca-se à China
1995/08	Zhu Rongji, Vice-Primeiro Ministro da China, desloca-se a Angola
1996/04	Li Zhaoxing, Vice-Ministro das Relações Exteriores da China, desloca-se a Angola
1997/09	Ji Peiding, Ministro-adjunto das Relações Exteriores da China, desloca-se a Angola
1998/09	Opo do Nascimento, Secretário-geral do MPLA, desloca-se à China
1998/10	José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola, desloca-se à China
2000/05	Kundi Payama, Ministro da Defesa de Angola, desloca-se à China
2000/05	João Lourenço, Secretário-geral do MPLA, desloca-se à China
2001/01	Tang Jiaxuan, Ministro das Relações Exteriores da China, desloca-se a Angola
2001/05	Roberto de Almeida, Falante da Assembleia Nacional de Angola, desloca-se à China
2001/10	Li Tiejing- Membro do Departamento Político, Comité Central do Partido Comunista, desloca-se a Angola
2002/04	Wang Wenyuan, Vice-presidente Chinês, Consultor Político do Povo, desloca-se a Angola
2002/07	Wang Wenchang, Vice-Ministro das Relações Exteriores da China, desloca-se a Angola
2004/03	Manuel Vicente, CEO, Sonangol, desloca-se à China
2004/03	Zeng Peiyan, Vice-Ministro da China, desloca-se a Angola
2004/05	João Bernardo de Miranda, Ministro das Relações Exteriores de Angola, desloca-se à China
2004/05	Fernando da Piedade dos Santos, Primeiro-ministro de Angola, desloca-se à China
2004/09	Yang Zilin, Presidente do EximBank da China, desloca-se a Angola
2005/02	Zeng Peiyan, Vice-Ministro da China, desloca-se a Angola
2005/06	General Agostinho Nelumba Sanjar, Comandante das Forças Armadas Angolanas, desloca-se à China
2005/07	Lu Xinhua, Vice-Ministro das Relações Exteriores d China, desloca-se a Angola
2005/11	Jiang Yaoping, Vice-Ministro da Informação da Indústria da China, desloca-se a Angola
2006/06	Wen Jiabao, Primeiro-Ministro da China, desloca-se a Angola
2006/09	Joaquim Icuma Muafuma, Ministro do Comércio de Angola, desloca-se à China
2006/09	Irene Neto, Vice-Ministra das Relações Exteriores de Angola, visita à China
2006/11	Fernando da Piedade dos Santos, Primeiro-ministro de Angola, desloca-se à China
2007/09	Li Ruogu, Presidente do EximBank da China, desloca-se a Angola
2007/10	António Burity da Silva, Ministro da Educação de Angola, desloca-se à China
2009/09	Li Ruogu, Presidente do EximBank da China, desloca-se a Angola
2010/11	Xi Jinping, Vice-Presidente da China, desloca-se a Angola
2014/03	Li Keqiang, Primeiro-ministro da China, desloca-se a Angola
2015/06	José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola, desloca-se à China
2016/11	Archer Mangureira, Ministro das Finanças de Angola, desloca-se à China

Fonte: Bernardo, 2019 p.58

### Anexo 3 – Algumas das infraestruturas angolanas com intervenção de empresas chinesas

<b>Infraestrutura:</b>	<b>Grande Hospital Geral de Luanda (HGL)</b>
<b>Empresa Chinesa:</b>	<i>China Overseas Engineering Group Co., LTD</i>
<b>Observações:</b>	Encerrado 4 anos após construção devido a problemas estruturais
<b>Infraestrutura:</b>	<b>Grande Hospital Geral de Luanda (HGL)</b>
<b>Empresa Chinesa:</b>	<i>China Tiesiju Civil Engineering Group Co</i>
<b>Observações:</b>	Reconstrução
<b>Infraestrutura:</b>	<b>Cidade do Kilamba</b>
<b>Empresa Chinesa:</b>	<i>China International Trust Investment Corporation-Construction</i>
<b>Observações:</b>	Trata-se duma das principais obras de habitação realizadas pelo Governo no pós-guerra.
<b>Infraestrutura:</b>	<b>Novo Aeroporto Internacional de Luanda (NAIL)</b>
<b>Empresa Chinesa:</b>	<i>China International Fund Limited</i>
<b>Observações:</b>	Um dos maiores aeroportos africanos.
<b>Infraestrutura:</b>	<b>Rede de acesso às estradas do NAIL</b>
<b>Empresa Chinesa:</b>	<i>China Tiesiju Civil Engineering</i>
<b>Observações:</b>	No valor de \$695,1 milhões.
<b>Infraestrutura:</b>	<b>Caminho-de-ferro de Luanda (CFL) - Cinco novas estações</b>
<b>Empresa Chinesa:</b>	<i>China Hyway Group Limited</i>
<b>Observações:</b>	No valor de \$255 milhões.
<b>Infraestrutura:</b>	<b>Refinaria do Soyo</b>
<b>Empresa Chinesa:</b>	<i>China Tiachen Engineering Corporation</i>
<b>Observações:</b>	Financiamento chinês para além da adjudicação de empresa chinesa.
<b>Infraestrutura:</b>	<b>Ciclo Combinado do Soyo</b>
<b>Empresa Chinesa:</b>	<i>China Machinery Engineering Corporation</i>
<b>Observações:</b>	Objetivo: Produzir eletricidade para a rede pública, a partir de gás natural
<b>Infraestrutura:</b>	<b>Barragem Hidroelétrica de Caculo Cabaça</b>
<b>Empresa Chinesa:</b>	<i>Sunshine</i>
<b>Observações:</b>	Maior barragem do país.
<b>Infraestrutura:</b>	<b>Porto das Águas Profundas no Caio</b>
<b>Empresa Chinesa:</b>	<i>China Road and Bridge Corporation</i>
<b>Observações:</b>	Infraestruturas portuárias e implementação de área de serviços de cargas.
<b>Infraestrutura:</b>	<b>Estádio de Tundavala - Campeonato Africano das Nações de 2010</b>
<b>Empresa Chinesa:</b>	<i>Sinohydro Corporation</i>
<b>Observações:</b>	Província de Lubango. No valor de \$69 milhões.
<b>Infraestrutura:</b>	<b>Estádio de Ombaka - Campeonato Africano das Nações de 2010</b>
<b>Empresa Chinesa:</b>	<i>Sinohydro Corporation</i>
<b>Observações:</b>	Província de Benguela. No valor de \$100 milhões.

<b>Infraestrutura:</b>	<b>Estádio de Chiazí - Campeonato Africano das Nações de 2010</b>
<b>Empresa</b>	<i>China Jiangsu International</i>
<b>Chinesa:</b>	
<b>Observações:</b>	Província de Cabinda. No valor de \$80 milhões.
<b>Infraestrutura:</b>	<b>Estádio 11 de novembro - Campeonato Africano das Nações de 2010</b>
<b>Empresa</b>	<i>Shanghai Urban Construction Group Corporation</i>
<b>Chinesa:</b>	
<b>Observações:</b>	Província de Luanda.

Fonte: Bernardo, 2019 p.67-68

**Anexo 4 – Imagem capturada pela câmara fotográfica de um smartphone desenvolvido pela empresa Tecno, e comparação com as câmaras da concorrência**



Tecno



Concorrente

Fonte: Sun at all., 2017 p.45